

Semanário

Director:
António Dias Lourenço

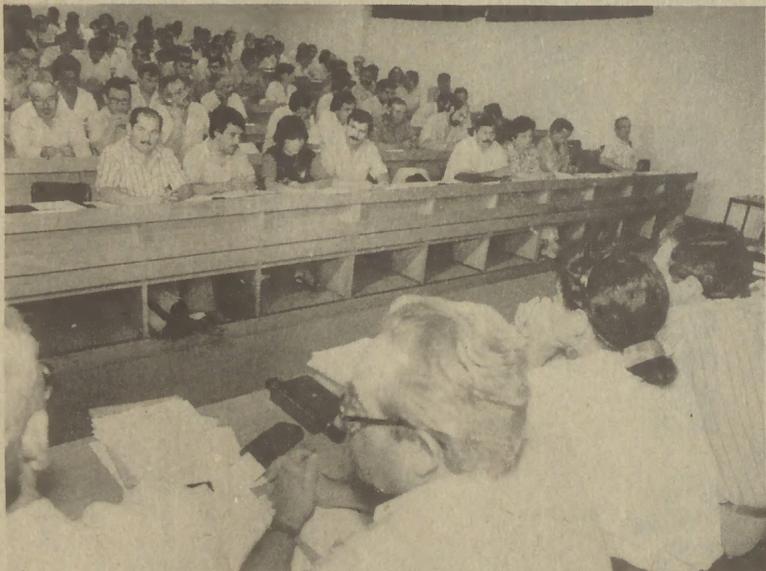
Ano 60 - Série VII - N.º 864
12 de Julho de 1990
Preço: 80\$00

Propriedade do Partido Comunista Português Dir./Red. - Soeiro Pereira Gomes, 1699 Lisboa-CODEX Tel. 76 97 22 / 25 - Telex 18390 Composição e impressão - Heska Portuguesa Distribuição - CDL, R. Santos Dumont, 57-2.º - 1000 Lisboa

150
mil Contos
para o Terreno
da festa
Avante com a Campanha

Mais de 70 mil contos - 47%! Meio caminho vencido!

Pág. 8 / Suplemento A Festa

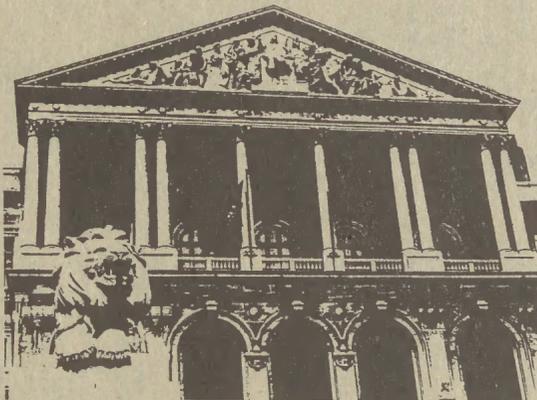


Reunião plenária do Comité Central

• Aprovada resolução sobre a situação política:

1. Necessidade e urgência da substituição do Governo PSD
2. O desenvolvimento da luta em três frentes principais
3. As eleições de 1991
4. Reforço da organização e direcção do Partido

Págs. 1, 2 e 3 / Semana



O escândalo dos aumentos dos titulares dos cargos públicos *continua!*

Pág. 4 / Semana



BRAGA 14.15 JULHO

PARQUE MUNICIPAL DE EXPOSIÇÕES

Avante! festa! /
ANORA-BIXAL - 7, 8 e 9 SETEMBRO



Na Lúa

Um abraço
galaico-português

TELECTU



Uma composição
especialmente
encomendada
pela Festa do «Avante!»



Em selos
e postais
Lisboa,
o Tejo
e tudo!

A Europa segundo o acordo de Schengen

Pág. 4 / Em Foco

ACABAR COM AS FRONTEIRAS E REFORÇAR AS POLÍCIAS

Crónicas do enviado especial do «Avante!»
Leandro Martins

XXVIII Congresso do PCUS

- Gorbatchov reeleito
secretário-geral do PCUS
- Mensagem de saudação
do CC do PCP



Págs. 1, 2 e 3 / Em Foco

Causas objectivas para afastar a direita do Poder

Alterar o rumo de desastre da política nacional sob o domínio do Governo PSD/Cavaco Silva tornou-se nos tempos actuais uma questão essencial.

Que medidas centrais essa necessária mudança de rumo coloca ao movimento popular e democrático, sob que formas e em que circunstâncias deve operar-se de maneira a assegurar a sua efectividade e viabilização política, são questões a que urge dar resposta.

O Comité Central do PCP, reunido em plenário no último fim-de-semana, procurou na linha das decisões do XIII Congresso, responder-lhe de maneira cabal, convicto de que a política cavaquista conduz à colisão frontal com os interesses básicos do povo, da democracia e do país.

O afastamento do PSD do governo é, sem equívoco, a primeira medida e a condição fundamental para entrar e inverter o rumo de desastre da política nacional.

A busca e a formalização de uma alternativa democrática àquele governo e à sua desastrosa política é o passo politicamente conexo e coerente com aquela primeira medida - o passo que é imperioso encarar com grande realismo e noção de responsabilidade pelas forças da oposição democrática no seu conjunto.

As eleições legislativas de 1991, precedidas no início do ano pelas presidenciais, podem apontar-se como horizonte temporal e como ponto de decisiva viragem da política portuguesa se a oposição democrática, principalmente os seus dois partidos com maior representatividade na Assembleia da República e nos órgãos do Poder Local - o PCPE e o PS - a isso se dispuserem.

O rumo de colisão frontal com os interesses básicos do povo, da democracia e do país da política cavaquista corresponde a uma leitura real da prática governativa do PSD e de Cavaco Silva, não é de modo algum, uma «predição» fatalista de «profetas da desgraça».

Não vale a pena repetirmos aqui as largas considerações de recuados meses sobre as condições que tornaram possível a ascensão do partido cavaquista. É, sim, útil referir-las de novo, ainda que resumidamente.

Por bambúrio da cegueira política daqueles de quem na altura teria dependido uma solução institucional diferente para a crise governativa da primeira metade de 1987 e por bambúrio também da excepcional conjuntura económica e financeira externa temporariamente favorável a Portugal, Cavaco Silva e o PSD, puderam consolidar a sua posição no governo com a conquista da maioria nas eleições de Julho de 87 e a formação do seu novo governo, unipartidário apoiado numa maioria parlamentar absoluta.

Os resultados eleitorais e os excepcionais recursos financeiros, principalmente oriundos das contribuições líquidas do processo de

adesão à CEE, deram a Cavaco Silva e ao seu Governo meios materiais e espaço de manobra que foram aproveitados, não para atacar e corrigir o nosso atraso tecnológico e as nossas assimetrias económicas, sociais e regionais mas para impulsionar a ofensiva contra-revolucionária de reconstituição dos monopólios e do capitalismo monopolista de Estado e do seu apêndice mais retrógrado - o latifundismo.

Da forma como foram correspondidos na prática os votos de confiança de centenas de milhares de portugueses iludidos pelas promessas de estabilidade e bem estar do governo cavaquista, da forma como foram geridos os volumosos recursos financeiros de origem externa, falam exuberantemente as realidades económicas, sociais e culturais do país na hora presente.

Um défice comercial saltou de 515 milhões de contos em 1987 para um défice acumulado até Maio de 1990 superior a 2630 milhões de contos (!); decréscimo da taxa de cobertura das nossas exportações sobre as importações; aumento das nossas exportações em produtos de fraca acumulação de trabalho dos portugueses (em particular da pasta de papel e dos minérios cuja exportação no caso concreto do cobre de Neves Corvo, passou de 49 000 toneladas em 1988 para 455 000 toneladas em 1989 (!); crescente importação de produtos agrícolas e pecuários que com a anunciada liberalização já este ano das importações agrícolas (de alimentação e bebidas) vai provocar a ruína dos pequenos e médios agricultores incapazes de concorrer com a produção estrangeira no nosso próprio mercado nacional.

Neste capítulo é oportuno lembrar que os custos dos factores de produção mais elevados para os agricultores portugueses (gasóleo, adubos, máquinas agrícolas, e outros) agravados com o aumento dos custos inerentes à menor dimensão da área média das nossas explorações agrícolas e a redução comparativa dos subsídios de produção ou por efeito das calamidades naturais, colocam os nossos agricultores numa posição altamente desfavorável em relação aos produtores estrangeiros.

E significativo que o próprio presidente da Casa do Douro tenha agora vindo denunciar a estagnação dos preços ao produtor dos vinhos de mesa nos últimos três anos e a subida dos preços ao consumidor e a ameaça de invasão de vinhos de mesa dos produtores vinícolas dos outros países da Comunidade.

A CAP - que demagogicamente decidiu apoiar a manifestação nacional de agricultores em Torres Vedras e se faz eco das queixas dos produtores portugueses contra a liberalização das importações agrícolas - silencia a ligação dos seus dirigentes a fortes interesses comerciais comprometidos na importação de produtos agrícolas e pecuários.

De modo significativo, é sobre os trabalhadores e as classes, camadas e sectores da população mais carenciados que principalmente pesa a política de discriminação social do Governo PSD/Cavaco Silva.

Os problemas salariais, as carências da Segurança Social, designadamente no capítulo das pensões e reformas, dos cuidados da saúde, da habitação e outros, o peso relativo da carga fiscal, o aumento da taxa de inflação e do custo de vida, são factores que flagelam mais duramente a população de menores recursos e estão na base da intensa movimentação dos trabalhadores nas últimas semanas e da intensificação das acções parlamentares do PCP e de outros partidos da oposição democrática na Assembleia da República.

É elucidativo do protesto social dos trabalhadores - na base principal da reivindicação da diminuição do horário de trabalho - a participação de mais de 500 000 trabalhadores na semana de luta da CGTP-IN e as greves dos transportes (de que a da Carris, participada a quase 100% é um exemplo) e do protesto agrícola a nova acção dos agricultores do Oeste contra a importação em massa de fruta estrangeira (da África do Sul) e a importante reunião de produtores agrícolas das Beiras, no Fundão.

A inflação - desmentindo os valores demagógicos do Governo - atingiu em Junho os 14%, as dívidas da Segurança Social ascenderam no princípio do ano a mais de 150 milhões de contos.

A política da Habitação - concretamente da nova proposta de lei da renda urbana - marcou a «maratona» parlamentar da semana em curso, na onda dos pedidos de autorização legislativa apresentados pelo governo cavaquista na eminência das férias parlamentares.

O Grupo Parlamentar do PCP que na última semana fez uma vigorosa interpelação contra a política do Governo, teve uma atitude destacada na discussão da autorização legislativa visando as alterações da lei das rendas urbanas num sentimento que inevitavelmente agravará o problema da habitação das classes mais desfavorecidas.

A intenção de impor o regime de contratos de renda a prazo por 5 anos ameaça a estabilidade habitacional das famílias de menores recursos e favorece sem dúvida a especulação dos senhorios para o aumento crescente das rendas de casa. É significativo que os proprietários tenham decidido protelar os arrendamentos de novas casas enquanto a proposta da nova lei das rendas urbanas não for aprovada.

Só na área da Grande Lisboa onde proliferam os «bairros de lata», onde vivem cerca de 80 000 pessoas, é significativo que os proprietários de 70 000 fogos desabitados protelem o arrendamento que ao abrigo da actual (e mesmo assim iníqua) lei das rendas, poderiam

garantir prazos mais estáveis aos arrendatários.

A par de declarações e medidas demagógicas o Governo mostra o propósito de prosseguir e mesmo acelerar a sua política antidemocrática.

É o aumento das indemnizações aos agrários e financeiros expropriados em simultâneo com a intensificação da ofensiva de destruição da Reforma Agrária e da reprivatização do Sector Empresarial do Estado; é o novo projecto de «pacote» legislativo anti-autárquico; é a proposta de uma Lei de Bases da Saúde; é a Lei do Referendo; são as novas tentativas de modificar a Lei Eleitoral; é a criação já aprovada da Alta Autoridade para a Comunicação Social que dá aos representantes do Governo e da direita um peso decisivo; é a governamentalização totalitária da Televisão, quando está em perspectiva no próximo ano duas decisivas campanhas eleitorais, são um conjunto de iniciativas que o Governo PSD/Cavaco Silva põe na esteira da batalha eleitoral das legislativas (e também das presidenciais) que o Primeiro-Ministro põe como prioritária dos objectivos políticos imediatos do governo.

A oposição institucional, política e de massas e de massas à acção do Governo está elevando e diversificando a convergência das forças democráticas na perspectiva das importantes batalhas políticas e movimentações sociais que se aviznam, em particular para as eleições legislativas de 1991.

Na base do agravamento da situação económica, social e política, e do afastamento da corrupção nas áreas do Governo, o Comité Central do PCP concluiu justamente pela continuação da existência de condições favoráveis para derrotar a direita e afastá-la do poder, para a sua substituição por um governo democrático de alternativa.

Mas com igual justeza o CC do PCP alerta para o facto de, com a permanência de causas objectivas para a acentuação da redução da base de apoio da direita, se intensificar a acção concertada do PSD e do seu Governo para inverter aquela tendência.

Toda a actividade governativa e legislativa do Governo está virada para esse objectivo. Seria lamentável e extremamente prejudicial à causa da democracia que as concepções hegemónicas do PS de bipolarização do poder político e de domínio dos principais órgãos de soberania, condensassem a nova derrota as forças democráticas.

Na base da convergência na luta institucional e política e na intensificação do movimento unitário de massas repousam a possibilidade efectiva de derrotar a direita e de colocar à frente do País um governo democrático de alternativa.

Uma política de vistas curtas da oposição democrática poderia comprometer gravemente esta perspectiva real de alterar de maneira viável o rumo da política nacional.

Resumo

4 Quarta-feira

O Parlamento aprova por unanimidade a proposta do Governo para suspender a actualização dos ordenados dos titulares políticos ■ O Sindicato dos Descarregadores de Mar e Terra suspende a greve que desde Fevereiro mantinha quase parado o porto de Setúbal ■ O Presidente da República promulga em Coimbra o diploma legislativo de alteração à lei eleitoral que reduz de 250 para 230, o número de deputados da Assembleia da República ■ O ministro dos Negócios Estrangeiros iraniano afirma em Genebra que o Irão e o Iraque estão decididos a eliminar as diferenças que os opõem no alcance da paz ■ A coligação governamental oeste-alemã pronuncia-se a favor da realização das eleições gerais pangermânicas no dia 2 de Dezembro ■ Uma carta aberta sobre o papel do exército soviético é discutida durante os trabalhos do XXVIII Congresso do PCUS ■ A FENPROF anuncia a intenção de ajudar os docentes em formação na Universidade Aberta ■ Dois milhões de trabalhadores assalariados e comerciantes gregos aderem a uma greve geral convocada pela Confederação dos Artesãos e Pequenos Comerciantes para protestar contra um projecto-lei sobre a modernização da economia ■ O grupo Sonae decide reavaliá-la a sua planeada candidatura à atribuição de um canal privado de televisão e suspender os compromissos firmados a este respeito com outras entidades.

5 Quinta-feira

Inicia-se a cimeira da NATO, que discutirá entre outras questões a integração da Alemanha unida ■ O CDS apresenta na Assembleia da República um projecto-lei de revisão da lei das indemnizações ■ A comissão Parlamentar de Timor-Leste toma conhecimento de um parecer do ministro dos Negócios Estrangeiros em que se considera altamente inoportuna a actual aprovação pela AR de uma iniciativa com vista à realização de emissões da Rádio Difusão Portuguesa para Timor-Leste ■ Fonte do Ministério das Finanças revela que a Transinário vai ser privatizada até ao início de Agosto ■ O ministro do Comércio e Turismo afirma que 50 por cento das propostas de investimento estrangeiro em Angola têm origem em Portugal ■ A direcção do grupo parlamentar do PSD acusa o dirigente do CDS, Freitas do Amaral, de hipocrisia a propósito de acusações que faz ao actual Governo sobre as indemnizações aos expropriados no após 25 de Abril ■ Um decreto aprovado pelo Conselho de Ministros reduz os efectivos das Forças Armadas em aproximadamente 12 por cento ■ Mário Soares insiste em afirmar não estar inclinado em se recandidatar à presidência da República ■ A república da Sérvia dissolve a assembleia regional da província de

Kosovo, depois de deputados rebeldes terem declarado a independência em relação à Sérvia.

6 Sexta-feira

Realiza-se uma reunião do Comité Central do PCP onde se decide apresentar uma candidatura comunista às próximas eleições presidenciais ■ É aprovada na especialidade a Lei da Televisão pela Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos e Garantias ■ A Associação Industrial Portuguesa e a Câmara de Comércio e Indústria Portuguesa realizam um seminário sobre o investimento na Zona Económica Exclusiva de Zhuhai e as relações económicas luso-chinesas ■ O PSD convida o Presidente da República a partilhar o «esforço nacional de despesas não essenciais» ■ O primeiro-ministro polaco, Tadeusz Mazowiecki, anuncia uma reestruturação no seu governo ■ O presidente búlgaro, Petar Mladenov, demite-se do seu cargo na sequência de pressões de quase todos os quadrantes políticos ■ Os 16 chefes de governo da NATO aprovam a declaração de Londres que representa o compromisso formal da organização de adaptar às mudanças no Leste da Europa e promover reformas radicais na sua estratégia ■ As autoridades da Coreia do Norte anunciam que dentro de 40 dias os cidadãos de ambas as Coreias poderão atravessar em algumas zonas a linha divisória da península ■ A RDA e a RFA começam a preparar a união política menos de uma semana depois de vigorar a união económica ■ As forças policiais albanesas dispersam a bastonada milhares de manifestantes concentrados na Praça Skanderberg.

7 Sábado

A dieta polaca recusa dar o seu aval à candidatura de Artur Balazs ao cargo de ministro da Agricultura, proposta pelo primeiro-ministro no quadro de uma remodelação ministerial ■ O Partido Popular Monárquico reúne para debate a União Política Europeia, apreciar os resultados da cimeira de Dublin e a posição de Portugal ■ O primeiro-ministro japonês, Toshiki Kaifu, encontra-se com o presidente americano, George Bush, para discutir os principais aspectos da próxima cimeira dos sete países mais industrializados.

8 Domingo

Tem início em Coimbra a segunda fase do exercício militar denominado ORIONA ■ É inaugurada a nova estação de pilotos de Viana do Castelo, do Instituto Nacional de Pilotagem dos Portos ■ O líder da OLP, Yasser Arafat, e o secretário-geral da ONU, Perez de Cuellar, encontram-se em Ge-

nebra para discutir a situação nos territórios ocupados e no Médio Oriente em geral ■ A RFA consagra-se vencedora do campeonato mundial de futebol ao vencer por 1-0 a equipa argentina ■ O afluxo de albaneses às embarcadas em Tirana interrompe-se bruscamente, depois de 600 militares e polícias terem cercado o bairro impedindo a entrada da população na área ■ Morre a actriz portuguesa Amélia Rey Colaço.

9 Segunda-feira

A UGT e a CGTP chegam a acordo para exigir da Assembleia da República o agendamento da votação dos diplomas referentes à redução do horário de trabalho ■ Em conferência de imprensa, o secretário-geral do PS, Jorte Sampaio, denuncia haver desregulamento no Sistema de Informações do Estado ■ A greve dos trabalhadores da limpeza dos hospitais regista uma adesão na ordem dos 100 por cento ■ O presidente do PRD, Hermínio Martinho, admite a hipótese de apresentar um candidato próprio às eleições presidenciais ■ Decorre o oitavo dia de greve na Nicarágua ■ Inicia-se em Houston a cimeira dos sete países mais ricos ■ O antigo responsável do Partido Comunista checo em Praga, Miroslav Stepan, é condenado a quatro anos de prisão, por participar na repressão de manifestações contra o regime ■ A aviação militar israelita lança pela segunda vez em 24 horas dois ataques a bases do hezbollah no Líbano do Sul ■ O presidente do Uganda, Yoweri Museveni, é eleito na capital da Etiópia presidente da Organização de Unidade Africana ■ A Unita afirma-se pronta a assinar um acordo de cessar-fogo na próxima ronda de conversações com o governo de Luanda ■ Rebeldes da Renamo provocam a morte de sete pessoas durante uma emboscada a uma coluna de veículos no Leste da Zâmbia.

10 Terça-feira

Numa sessão que decorreu de manhã, à tarde e à noite, a AR aprova uma série de autorizações legislativas (nomeadamente sobre o regime de arrendamento urbano e matérias fiscais) e elege os seus representantes na Alta Autoridade para a Comunicação Social e para o Concelho Nacional da Ética para as Ciências da Vida ■ Cavaco Silva recebe uma delegação da CGTP-IN, a quem promete a redução do horário de trabalho para 44 horas semanais até final deste ano ■ Joaquim Miranda apresenta no PE um relatório crítico do acordo de pescas CEE-Gronelândia ■ No XXVIII Congresso do PCUS Mikhail Gorbachov é reeleito secretário-geral ■ O «Grupo dos Sete» países capitalistas mais industrializados, reunido em Houston, promete apoiar o processo de reformas económicas e políticas na URSS, embora sem especificar a forma desse apoio.

Proprietários de todos os países: UNI-VOS
O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo
PROPRIEDADE: Partido Comunista Português, Rua Soares Pereira Gomes - 1699 - Lisboa
CODICEX, Tel. 76 83 45
DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soares Pereira Gomes - 1699 Lisboa
CODICEX, Tel. 76 97 25/76 97 22

ADMINISTRAÇÃO: EDITORIAL - AVANTE!, SA Rua de São Bernardo, 14, 2.º 1200 Lisboa
Capital social: 15 000 000\$000
CRC matricula: 47059
NIF - 500 090 440
DISTRIBUIÇÃO: CDL Central Distribuidora Livreira, SARL, Serviços Centrais: Av. Santos Dumont, 57 - 2.º - 1000 Lisboa
Tel. 73 22 75/76 11 31/73 43 17
Casa de Venda em Lisboa: Rua do Século, 80 - 1200 Lisboa
Tel. 32 19 16

ASSINATURAS: Av. Santos Dumont, 57-4.º, Esq.º - 1000 Lisboa. Tel. 76 64 02
ALTERAÇÕES DE ÚLTIMA HORA Das 22 às 2 horas - Tel. 90 00 44
EXPEDIÇÃO: R. João de Deus, 24 - Venda Nova 2700 Amadora. Tel. 90 00 44
PUBLICIDADE CENTRAL: Rua de São Bernardo, 14, 2.º Tel. 67 01 93
Porto - Rua do Almada, 18-2.º Esq.º - 4000 Porto. Tel. 38 10 67

Delegação do Norte Centro Distribuidor do Porto: R. Miguel Bombarda, 578 4000 Porto. Tel. 69 30 06/69 96 15
Centro Distribuidor de Coimbra: Terrero da Erva, 5 - 3000 Coimbra Tel. 28394
Composto e impresso na Haska Portuguesa - R. Elias Garcia, 27 Venda Nova - 2700 Amadora
Depósito legal n.º 205/85

Resolução do Comité Central do PCP sobre a situação política

O Comité Central do PCP, na sua reunião de 6 de Julho de 1990, examinou a situação política, as perspectivas da sua evolução e tarefas do Partido nos tempos próximos.

O Comité Central considera que o afastamento do PSD do Governo e uma alternativa democrática ao Governo e à política de direita são as questões políticas centrais da actualidade.

A evolução da situação posterior às eleições de 1987 e à formação do Governo maioritário de Cavaco Silva, desenvolveu-se no sentido da redução progressiva da sua base de apoio social, político e eleitoral claramente revelada em poderosas movimentações sociais contra o Governo e em sérias derrotas eleitorais do PSD, designadamente nas eleições autárquicas de 1989.

No momento actual, permanecendo causas objectivas para a acentuação da redução da base de apoio da direita e para o alargamento da base de apoio das forças democráticas, o PSD e o seu Governo desenvolvem uma intensa e concertada actividade no sentido de inverter essa tendência e se possível recuperar importantes áreas da base de apoio que têm perdido.

O Comité Central concluiu, na base da análise da situação económica, social e política, que continuam a existir condições favoráveis para derrotar a direita e afastá-la do poder e para a formação de um Governo democrático de alternativa.

A concretização desta possibilidade depende em parte decisiva da firme e quotidiana oposição institucional e de massas à política do Governo e da convergência das forças democráticas na grande oportunidade aberta pelas eleições de 1991.

1. Necessidade é urgência da substituição do Governo PSD

1. O Comité Central do PCP, analisando a evolução recente da política governamental, constatou que a conjugação entre a tentativa de aceleração das contra-reformas e medidas antide-

mocráticas e o eleitoralismo se tornaram preocupação dominante em toda a acção do Governo.

2. Assim, são aspectos essenciais das contra-reformas e medidas antidemocráticas em curso ou anunciadas:

— A transferência apressada do património público para o grande capital, da qual é exemplo a privatização total do capital da UNICER, confirmando a acusação do PCP de que o processo de privatizações assenta fundamentalmente em condenáveis cedências do Governo ao grande capital, e desmentindo a demagogia governamental do «capitalismo popular» e da «democratização do capital» por virtude dos «trabalhadores accionistas».

— A lei de liquidação da Reforma Agrária, que visa inconstitucionalmente a restauração integral do latifúndio, a destruição das UCPS/Cooperativas e a eliminação dos direitos dos pequenos agricultores que beneficiaram de terras da Reforma Agrária.

— A ofensiva contra o poder local democrático cujas mais graves expressões são a tentativa de asfixia financeira das autarquias através da transferência de enormes encargos simultânea com a redução de meios, como é o caso da amputação de receitas de sisa e contribuição autárquica, actuação tanto mais gravosa quanto é certo que o Governo, ao mesmo tempo que é devedor de avultadas somas a numerosos municípios, cobra coercivamente dívidas das Câmaras e faz descontos na fonte.

— O negócio subjacente à afirmação do Ministro dos Transportes de que o Governo prevê a entrega ao sector privado da exploração da ligação ferroviária entre as margens do Tejo através da Ponte 25 de Abril, sendo posteriormente a CP única utilizadora da via, a ser obrigada a pagar a respectiva «portagem» que, logicamente, teria que cobrir não apenas os custos da construção e exploração mas também o lucro que beneficiaria o explorador privado.

— O projecto do PSD de Lei do Referendo, que desrespeitando o estabelecido na Constituição, facilita a perversão plebiscitária do referendo, ao mesmo tempo que introduz drásticas limitações à propaganda eleitoral, alarga ilimitada e inconstitucionalmente o voto a não residentes no território nacional e o voto por correspondência e distorce as regras sobre o voto dos deficientes.

— A proposta do PSD de Lei de bases da saúde que tem em vista acabar com o Serviço Nacional de Saúde substituindo-o por um chamado «sistema de saúde» que inclui todos os serviços privados de saúde desde que «convencionados», que passariam

a beneficiar de um apoio estatal igual ou superior ao dos serviços públicos.

— No ensino, a intenção de liquidar a gestão democrática das escolas dos ensinos básico e secundário, o corte de 20% nos orçamentos das escolas públicas, a asfixia financeira de algumas universidades, ao mesmo tempo que privilegia o ensino privado, tudo indicando que a pretexto de combater o insucesso escolar, pretende alterar gravemente o sistema de avaliação escolar do ensino obrigatório.

— A proposta de lei do Governo PSD de nova Lei Eleitoral para a Assembleia da República, introduzindo a manipulação dos círculos eleitorais e uma profunda distorção do princípio da proporcionalidade.

3. O Comité Central, ao mesmo tempo que considera um importante êxito da democracia a rejeição dos aspectos mais negativos da proposta de nova Lei Eleitoral pelo voto dos partidos democráticos, não só adverte dos perigos de novas tentativas no mesmo sentido (aliás já anunciadas) como esclarece que o PSD dispõe de maioria suficiente para aprovar grande parte da restante legislação referida. Chama entretanto a atenção para a importância que pode revestir a luta conjunta dos partidos democráticos, designadamente de comunistas e socialistas, no sentido de impedir a aprovação dos aspectos mais negativos e de contestar a constitucionalidade destes diplomas. O PCP não rejeitará esforços para se obter este resultado.

4. O Comité Central sublinhou que muito, ao contrário das promessas feitas, a política do Governo conduz ao agravamento de aspectos importantes da evolução económica nacional, bem patente na permanente aceleração da taxa de inflação — lesando os salários e rendimentos fixos das pequenas poupanças —, no significativo aumento do défice da balança comercial, no agravamento do défice orçamental (ao mesmo tempo que são concedidos novos benefícios fiscais aos grupos económicos) e no contínuo aumento das taxas de juro do crédito interno, que afecta pesadamente as pequenas e médias empresas. Com o apoio do Governo destacam-se objectivos meramente especulativos na penetração do investimento estrangeiro (imobiliário, aplicações em bolsa, operações contra o escudo).

5. A demagogia do discurso governamental intensifica-se dia a dia. Mas a par das palavras e processos demagógicos habituais o Governo vê-se agora forçado, face à perspectiva das eleições de 1991, a ceder a algumas reivindicações populares, há muito apresentadas e defendidas pelo PCP, de que é exemplo significativo a justa atribuição do 14.º mês aos pensionistas e reformados.

É uma evidência que o eleitoralismo da acção do Governo não consegue esconder a essência da sua política de manutenção e agravamento das profundas desigualdades e injustiças existentes na sociedade portuguesa, como foi posto em evidência na recente interpelação do PCP na Assembleia da República, designadamente no âmbito da habitação, do acesso aos cuidados de saúde e à educação, da distribuição da riqueza criada e da carga fiscal.

6. A entrega pelo Governo de meios de comunicação social a grupos político-económicos inteiramente enfeudados ao PSD e directamente a Cavaco Silva tem vindo a assumir aspectos escandalosos, de que são exemplos mais recentes, após as privatizações do «Comércio do Porto» e do «Jornal de Notícias» e sobretudo a entrega das frequências de cobertura regional em «FM» ao «Correio da Manhã» e à «Rádio-Press».

A luta pelo controlo férreo da comunicação social passa hoje por dentro da própria direita e do próprio PSD: além dos casos citados, são disso claros exemplos os conflitos em torno de nomeação de chefias e de situações orgânicas e laborais na RTP e na RDP que opõem grupos diversos do partido do Governo.

A postura arrogante do PSD aprovando e impondo na As-



Improvisos

Toda a gente se farta de dizer mal do Governo — o que é sempre fácil — e ninguém ainda se deteve no, talvez, principal mérito deste executivo: a capacidade de improviso. É verdade que o penacho tecnocrático com que o Primeiro-Ministro se penteia não o deixa visualizar a amplitude desta virtude — aliás lusitaníssima — insistindo, por isso, na transmissão de uma imagem geométrica onde palavras como «eficácia» ou «rigor» mais parecem bissetrizes. Abissal, como equívoco, esta mania de Cavaco Silva; a eficácia ou o rigor de uma acção política não se expressam pelas linhas do colarinho ou o risco do penteado — sem dúvida rigorosos e eficazes na pessoa do Primeiro-Ministro, mas insuficientes como suporte governamental — e exigem práticas e resultados que a administração PSD nunca esteve, e cada vez menos está, em condições de dar. Referimo-nos, naturalmente, àquelas pequenas coisas que são no fim de contas o salzinho da vida, como a estabilidade do custo de vida e do poder de compra, a segurança no emprego, a assistência médica e segurança social, escolas e ensino para todos, etc., por aí fora que, ao serem prometidas como o Governo de Cavaco Silva o fez para obter a maioria absoluta, devem ser cumpridas por quem se reclama dono da «eficácia» e do «rigor».

Insistir em tal imagem já é lamentável, além de penoso. Entretanto toda a gente passa ao lado, a começar pelos próprios serviços de propaganda governamental, do grande e inequívoco mérito do executivo: a sua capacidade de improviso.

Veja-se, por exemplo, como foi resolvido o problema dos engarrafamentos na Ponte 25 de Abril, em Lisboa. Aquilo era já um disparate de carros e trânsito, as bichas não tinham fim nem horários, a principal ligação Norte-Sul perdera completamente o Norte, quanto mais o Sul. Impunha-se, por isso, a concretização do antigo projecto de alargamento do tabuleiro (aliás previsto logo na construção da ponte), coisa a dar para o caro mas, sem dúvida, indispensável. O Governo pôs-se a fazer contas e percebeu logo que o dinheiro, mesmo sacado às carradas do cidadão trabalhador, não podia dar para tudo, sobretudo quando nesse tudo está, por exemplo, a ainda mais indispensável necessidade de indemnizar os pobres capitalistas que continuam a queixar-se de terem ficado capitalistas pobres por mor da Revolução de Abril. Vai daí o Governo improvisou. É preciso mais uma faixa de rodagem na ponte? Pois vão tê-la: arranca-se a divisória central, aconchegam-se as quatro faixas existentes, soma-se tudo e aí temos, quase a estrear, cinco faixas onde antes havia só quatro. Se mais tarde começar tudo ao encontrão com a desculpa, aliás cientificamente comprovada, de que dois corpos não podem ocupar o mesmo espaço ao mesmo tempo, o Governo há-de improvisar alguma coisa que responda à questão. Entretanto o problema está resolvido, e essa é que é essa, senhor eleitor.

Outro exemplo significativo é o da política governamental para com as Forças Armadas, onde a capacidade de improviso roça a genialidade. Respiquemos dois «casos» ao acaso: queria-se aviões de combate novos, mas como não havia dinheiro compraram-se 50 velhos em 2.ª mão, e como depois não havia peças sobressalentes, toca a alimentar os «A7-Corsair» com bocados uns dos outros (como entretanto vão caindo com notável regularidade, o problema há-de autoliquidar-se em pouco tempo); o Governo precisou de uma manobra eleitoral que cativasse a juventude, e toca a utilizar o Serviço Militar Obrigatório anunciando-lhe uma redução para quatro meses, sem promover quaisquer estudos nem consultar a tropa, que é quem sabe disso; perante os protestos e a denúncia de que tal medida apontava, pura e simplesmente, para a extinção do Exército, o Governo volta a improvisar e garante que dará «estímulos» aos recrutas para que se decidam a ficar mais de quatro meses. Entretanto os militares em geral continuam à espera que lhes dignifiquem a profissão e atendam os seus interesses, mas quem já pôde esperar tanto, também pode esperar mais um bocadinho. Se estiverem muito aflitos façam o favor de improvisar, que não são mais que o Governo. E os exemplos poderiam ir por aí fora: as Faculdades não têm dinheiro para pagar aos professores nem as escolas para comprar giz, mas o Governo já improvisou vários planos de reestruturação do Ensino sobre pilhas de milhões de contos; o desemprego grassa nos campos da Reforma Agrária mas o Governo confia na «consciência» dos latifundiários para dar trabalho às pessoas; a habitação degrada-se e pratica preços inalcançáveis, e o Governo improvisa nova lei onde alivia o problema despejando mais uma quantidade de gente; o mundo quer paz e o Governo apoia o reforço militar, num improviso de todos os alcances — longo, curto e médio.

Este executivo cumpre, assim e sem dúvida, um destino histórico: a seguir ao 25 de Abril houve a instabilidade dos governos provisórios; com Cavaco atingimos, finalmente, a glória do Governo improvisador.

■ H.C.

Resolução do Comité Central do PCP sobre a situação política

sembleia da República, inteiramente isolado, a lei sobre a Alta Autoridade para Comunicação Social, constitui igualmente um atentado contra o pluralismo e a liberdade da informação.

O Comité Central sublinha que o Governo na tentativa de inverter o crescente descrédito da sua acção e imagem intensifica a instrumentalização da comunicação social estatizada e a intervenção arbitrária no sector.

7. O Comité Central realçou ainda, no quadro do exame da actuação do Governo, que a política do Governo e a sua actuação continuam a gerar uma crescente proliferação de casos de corrupção, que atingem publicamente figuras destacadas da Direcção do PSD e do seu governo.

8. Relativamente à integração na CEE o Comité Central examinou a grave situação criada pelo facto de o Governo continuar a fugir ao controlo democrático e a insistir no secretismo e na governamentalização com prejuízo dos interesses nacionais e do reforço do poder negocial de Portugal.

O debate na Assembleia da República e os encontros do Primeiro-Ministro com os líderes da Oposição não substituí o debate nacional que se impõe nomeadamente sobre as questões levantadas pela União Económica e Monetária, União Política e preparação das respectivas conferências intergovernamentais. É também imperioso que o Governo informe e debata com a Assembleia da República e as organizações da lavoura as condições de passagem da agricultura portuguesa para a segunda etapa do período de transição.

O Comité Central alerta os agentes sociais e económicos para o facto de o Governo não estar a preparar a economia portuguesa para os embates do Mercado Único e da União Monetária. É indispensável que o Governo acompanhe atentamente o *dossier* dos têxteis nas negociações do GATT. É necessário e urgente, ainda antes das conferências intergovernamentais, a obtenção por parte da CEE, de garantias, orientações e medidas que dêem concretização aos princípios da coesão económica e da coesão social.

9. Os factos mostram que se torna cada vez mais imperioso e urgente a substituição do Governo e a formação de um Governo democrático que represente uma verdadeira alternativa à política antipopular e antidemocrática do Governo de Cavaco Silva.

2.

O desenvolvimento da luta em três frentes principais

1. A concretização da substituição do Governo do PSD e de uma alternativa democrática exige o empenhamento firme e confiante das forças democráticas no desenvolvimento da luta em três frentes principais: a movimentação social de massas, a luta institucional (designadamente na Assembleia da República, nas autarquias e no Parlamento Europeu) e as eleições.

2. A movimentação social de massas tem como base objectiva que a justifica e a exige, e que a vaga eleitoralista do Governo do PSD não consegue disfarçar a degradação da situação social, o agravamento das condições de vida (aumento dos preços, rendas de casa, IRS, etc.) e o acentuar das injustiças e desigualdades sociais e das assimetrias regionais, nem altera uma política que prossegue e se acentua e que fere os interesses de vastas camadas sociais.

As acções dos trabalhadores em defesa dos seus direitos e por melhores salários (CP, Carris, RN, STCP, CTT, Função Pública e Administração Local, Marconi, EDP, Banca, Sorefame,

Cimpor) e em particular o significativo surto grevista das últimas semanas, os protestos e descontentamento dos agricultores contra a liberalização das importações de produtos agrícolas e o congelamento de preços nos produtores decididos pelo Governo, as movimentações que se alargam em sectores das Forças Armadas, as lutas das populações por melhoria de transportes, traduzem um profundo descontentamento popular e um efectivo isolamento social do Governo PSD/Cavaco Silva.

A recente «Jornada de Luta» pela redução do horário de trabalho e outras reivindicações, convocada e organizada pela CGTP-IN, mobilizando centenas de milhar de trabalhadores (mais de 500 mil, segundo cálculos do movimento sindical), constitui uma extraordinária manifestação de força e unidade dos trabalhadores e grande determinação em lutar pela satisfação de uma sentida aspiração — a redução do horário de trabalho — e que o Governo persiste em boicotar.

Os trabalhadores de numerosas empresas alcançaram uma importante vitória ao conseguirem, na sequência da «Jornada de Luta», a redução do horário de trabalho.

O prosseguimento da luta pela redução do horário de trabalho, os aumentos de salários, incluindo os aumentos intercalares, pela defesa dos direitos e conquistas sociais, devem constituir no imediato direcções fundamentais da luta de massas dos trabalhadores.

Merece referência especial, o Tribunal de Opinião Pública realizado em Aveiro pelo Movimento Democrático de Mulheres (MDM) sobre a proliferação da prostituição, incluindo a infantil e a juvenil, que mobilizou o interesse e a participação de sectores muito diversificados, e constituiu um libelo acusatório contra a política social e económica do Governo, reconhecida como primeira causa do agravamento deste flagelo social.

3. Na Assembleia da República, a par da firme oposição às propostas antidemocráticas e actuação do Governo (através de interpelações ao Governo, da apreciação de decretos governamentais, debates, intervenções e outras formas de fiscalização) o Grupo Parlamentar do PCP, procurando a convergência com os deputados de outros partidos democráticos, tem tomado e continua a tomar importantes iniciativas legislativas sobre alguns problemas cruciais do povo e do País. Assim, salientam-se, entre estas, os projectos de lei sobre: as garantias dos eleitos dos trabalhadores; a valorização do abono de família; as rendas apoiadas; o cartão de deficiente e as associações de deficientes; o apoio à edição e preços dos manuais escolares; a prevenção do consumo de drogas e de tratamento e reinserção social dos toxicodependentes; o direito de petição; as áreas metropolitanas de Lisboa e Porto; a análise do impacto ambiental e a lei quadro das áreas protegidas; o Conselho Económico e social; o direito de queixa dos militares ao Provedor de Justiça bem como as ratificações relativas ao Estatuto das Forças Armadas e o regime remuneratório dos militares. Inseriu-se nos mesmos objectivos o colóquio promovido pelo Grupo Parlamentar em relação à «Língua portuguesa e acordo de unificação ortográfica».

Na área social, as propostas apresentadas na Assembleia da República pelo Grupo Parlamentar do PCP (fixação do horário máximo de 40 horas semanais, aumento intercalar do salário mínimo nacional e das reformas mais degradadas, a valorização dos abonos de família, a redefinição do sistema das rendas apoiadas, a fixação de critérios justos de acesso ao ensino superior, a adequação da rede de transportes às necessidades dos utentes) correspondem a sentidas aspirações das massas e são necessárias e indispensáveis para dar combate às desigualdades e melhorar as condições de vida do povo.

O Comité Central apela às organizações do Partido para darem ampla divulgação a estas propostas e se empenharem na luta para a sua concretização.

4. Nas autarquias, mesmo debaixo da ofensiva asfíxiadora do Governo, os eleitos comunistas e outros democratas (como



Porto

Apresentação do Livro do XIII Congresso do PCP

Realizou-se na passada segunda-feira, no Porto, no Auditório da Cooperativa Árvore, a apresentação pública do livro «XIII Congresso do PCP — Um Partido para o nosso tempo», recentemente lançado pelas Edições «Avante!», que contém a Resolução Política, o Manifesto, as intervenções e outros materiais do Congresso.

Emídio Ribeiro, da Comissão Executiva Nacional e da DORP do PCP, a quem coube a apresentação da edição, referiu-a como «um acto simbólico, mas que traduz a razão de ser profunda do Partido Comunista Português», «um Par-

tido que não existe para si próprio, mas antes que está aberto aos outros e à vida», que «leva ao povo português as suas análises e propostas e está sinceramente empenhado em discuti-las e confrontá-las com todos os que com ele buscam as soluções e desejam um Portugal de Paz, Progresso e Justiça».

Neste século que caminha para o seu final, disse Emídio Ribeiro, assistimos a aceleradas e grandes transformações em Portugal e no Mundo e, tal como se afirma no Manifesto aprovado no XIII Congresso «vivemos o tempo novo não apenas do fim do século e do

princípio de um outro: é também um mundo novo que quer nascer», por isso «a luta das ideias, a luta entre o velho e o novo assumem uma extraordinária agudeza».

«Ao realizarem o seu Congresso os comunistas portugueses não se colocaram como espectadores da História e dos acontecimentos. Abordaram com coragem e audácia os problemas do mundo contemporâneo, da actual fase da vida nacional e do seu próprio Partido. Analisaram, traçaram objectivos e orientações. Isto não significa que pretendemos que o Congresso tenha dado resposta a

tudo, que nos fechámos a outras contribuições e análises. Pois talvez nunca na História a evolução do mundo tenha apresentado num só momento tantas incertezas e indefinições», afirmou.

A finalizar, Emídio Ribeiro referiu ainda que «ao contrário do que pretende a campanha de silenciamento e imensa deturpação de que tem sido alvo o PCP, é porque somos um Partido para o nosso tempo, que não está para morrer, mas sim para viver e lutar, que ler o livro do XIII Congresso é ouvir da boca dos próprios comunistas o que são, o que pensam, o que querem».

foi salientado pelo Comité Central), continuam a desenvolver importantes actividades, obras e projectos, com destaque neste período do ano para importantes equipamentos e iniciativas culturais e desportivas e obras de embelezamento das povoações.

Prosseguindo o seu trabalho de resolução dos problemas das populações, as autarquias intensificam a luta pela defesa e reforço da sua capacidade financeira e pelo pleno aproveitamento dos fundos Comunitários, para o progresso de todas as regiões de Portugal.

O Comité Central considera que a denúncia concreta e quantificada das verbas subtraídas pelo Governo às autarquias deve ser acompanhada de medidas de informação e sensibilização das populações para os prejuízos que tal política lhes está ou poderá vir a causar.

O debate e votação na Assembleia da República dos projectos de lei sobre as Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto evidenciam o carácter muito limitado das posições do PSD e do PS em tão importante matéria. O PCP continuará a pugnar pela criação de autênticas autarquias metropolitanas, legitimadas por eleições directas e com reais poderes para resolver os inúmeros problemas das zonas metropolitanas e sublinha que tal solução constituirá um estímulo à regionalização do País.

O Comité Central reafirma ainda o apoio activo do PCP à luta das freguesias portuguesas pelo reforço das suas competências e meios financeiros, pela consagração do regime de permanência para os seus eleitos e pelo pleno reconhecimento da sua Associação Nacional.

O Comité Central volta a chamar a atenção para a obstrução antidemocrática que o Governo e o PSD continuam a fazer ao processo da criação das regiões administrativas e apela às forças democráticas, aos eleitos locais e a todos que apoiam a regionalização para que se desencadeiem novas iniciativas para pôr cobro a esta situação.

5. No que respeita à CEE, os acontecimentos têm confirmado a justeza das posições do PCP, nomeadamente em relação às questões fulcrais da dimensão social do desenvolvimento da Comunidade e da identidade e soberania nacionais. O debate realizado na Assembleia da República nas vésperas da Cimeira de Dublin uma vez mais o mostrou. Da mesma forma o mostra a **actividade dos deputados do PCP no Parlamento Europeu**.

São disso exemplo os Pareceres e Relatórios de que os deputados do PCP são autores nomeadamente sobre: o «Acordô Multifibras», a «Indústria Europeia de Calçado», o «Acordô de Pescas entre a CEE e o Governo da Dinamarca», a «Fixação dos Preços dos Produtos Agrícolas», o «Financiamento Futuro da CEE a Países Terceiros depois de 1992», as «Despesas Relativas ao Sector Social no Âmbito do FSE» e ainda a «Liberdade de Associação. Negociação Colectiva. Informação, Consulta e Participação dos Trabalhadores».

Com dezenas de intervenções realizadas e perguntas feitas à Comissão e ao Conselho das CE's, os deputados do PCP têm também apresentado atempadamente Propostas de Resolução que se têm traduzido em importantes benefícios para o povo português. Seja sobre questões ambientais como Campos de Tiro na Península Ibérica, Poluição Marítima ou Agência Europeia de Ambiente, seja para cobrir prejuízos face às intempéries verificadas, seja assuntos tão variados como Área Metropolitana de Lisboa, Zona Histórica do Porto, Desertificação, Medidas Comunitárias sobre a Habitação para Lisboa ou Reestruturação da Indústria Têxtil na CEE, e outros.

O PCP confirma assim a sua consequente atitude e actividade na defesa dos interesses portugueses no quadro da Comunidade em que Portugal está integrado.

3.

As eleições de 1991

1. O Comité Central examinou a perspectiva das eleições a realizar em 1991 para a Presidência da República em princípios do ano e para a Assembleia da República em data dependente de factores diversos.

2. As eleições para a Presidência da República adquirem particular importância na situação política actual. Pelo que elas próprias representam no que respeita ao exercício do cargo e pelas repercussões dos seus resultados nas eleições para a Assembleia da República que também se realizam em 1991.

Este segundo aspecto tem sido realçado por praticamente todos as forças políticas. As forças de direita, não tendo nenhuma hipótese credível de um candidato próprio em condições de vencer as eleições, encontram-se de momento divididas. Desistindo de apresentar um candidato da direita, Cavaco Silva declarou apoiar a candidatura de Mário Soares e, minimizando as eleições presidenciais, declarou que as eleições de 1991 verdadeiramente importantes são as eleições para a Assembleia da República. O CDS avança a candidatura de Lucas Pires, não com qualquer esperança de vencer as eleições, mas com a declarada intenção de, aproveitando a ausência de um candidato do PSD, recuperar ao PSD votos e lugares na Assembleia perdidos em 1987. Dirigentes do PS, embora com certa contenção, vão lembrando que M. Soares é socialista, ex-secretário-geral do PS, e que a sua vitória nas presidenciais será uma vitória do PS a projectar-se nas eleições legislativas. Há mesmo quem não exclua que, sendo reeleito, o socialista M. Soares dissolva a Assembleia da Re-

Nota do Gabinete de Imprensa

O Gabinete de Imprensa do PCP, correspondendo a solicitações feitas pelos de meios de comunicação social, divulgou as alterações decididas na última reunião do Comité Central no quadro da organização do trabalho de direcção do Partido, em que foram definidas as seguintes áreas de trabalho e intervenção política e respectivos responsáveis:

Área do trabalho sindical, das organizações e lutas de massas - Domingos Abrantes;

Área do trabalho autárquico, desenvolvimento regional e ambiente - Luís Sá;

Área dos assuntos económicos - Agostinho Lopes e Octávio Teixeira;

Área da saúde e dos assuntos sociais - José Soeiro;

Área do trabalho para a juventude - Francisco Lopes;

Área da educação, ciência e tecnologia - Edgar Correia;

Área da política cultural para as artes e letras - José Casanova;

Área do trabalho ideológico e da comunicação - Vítor Dias;

Área institucional, dos direitos, liberdades e garantias - Carlos Brito e Luís Sá;

Área da política internacional e da integração comunitária - Carlos Carvalhas.

pública e promova eleições antecipadas, favorecendo assim o PS nas legislativas.

O Comité Central do PCP, continuando a atribuir grande importância às eleições presidenciais, sublinha, tal como as outras forças políticas, que um dos eixos das campanhas nas presidenciais de qualquer das forças concorrentes será a perspectiva das legislativas.

Nestas circunstâncias, o Comité Central resolve que, **nas eleições para a Presidência da República, o PCP apresentará um candidato próprio cuja tarefa essencial será o esclarecimento do eleitorado acerca, não apenas das eleições presidenciais, mas acerca da situação e de toda a problemática nacional e das incidências nas eleições para a Assembleia da República em 1991.**

No momento julgado adequado o Comité Central designará o seu candidato e tornará pública a candidatura.

3. **As eleições para a Assembleia da República de 1991 revestem de facto um papel determinante para a evolução ulterior da situação política portuguesa. Oferecem uma real oportunidade de afastar a direita do poder e de assegurar a formação de um governo democrático com uma política democrática.**

Este objectivo está inteiramente ao alcance das forças democráticas. Mas está também condicionado pela actuação dessas mesmas forças.

Se no imediato as forças democráticas se opuserem firmemente às decisões e medidas antidemocráticas do Governo de Cavaco Silva e desmascararem com acutilância a sua demagogia, estão de facto em condições de impedir que o Governo do PSD consiga recuperar o apoio eleitoral que tem perdido nos últimos anos (e bem evidenciado nos resultados das eleições autárquicas de 1989), estão em condições de acentuar a redução da base de apoio do PSD e de **assim conduzir o PSD e as forças de direita em geral a uma grande derrota nas eleições legislativas de 1991.**

Ao mesmo tempo que expressa estes factores de confiança, o Comité Central sublinha uma vez mais que, no quadro partidário nacional existente, nenhum partido democrático sozinho está em condições de alcançar maioria absoluta de votos e de deputados e de conseguir assim o suporte institucional necessário na Assembleia da República para a formação de um Governo de alternativa à direita. **Reduzindo a direita a uma minoria nas eleições legislativas de 1991, a formação de um Governo democrático de alternativa à direita só será possível através da convergência dos partidos democráticos, designadamente do PCP e do PS.**

A experiência já mostrou que, para a formação de um governo democrático de alternativa à direita, não basta que exista na Assembleia da República uma maioria de deputados dos partidos democráticos. É indispensável que eles se entendam.

O Comité Central sublinha uma vez mais que tendências expressas no PS no sentido bipolarizador e de hegemonização da esquerda através da redução da influência do PCP constituem um caminho susceptível de prejudicar e mesmo inviabilizar a possibilidade de uma alternativa democrática ao governo de direita.

A recusa do PS a um entendimento com o PCP não conduziria o PS à constituição de um Governo democrático, mas a novas alianças do PS com os partidos de direita, seja o CDS (como já alguns responsáveis socialistas defendem) seja mesmo com o PSD.

Um PCP com forte representação na Assembleia da República é condição indispensável para conseguir uma alternativa à direita. O PCP defende a convergência dos democratas, designadamente do PCP e do PS. Os votos no PCP são os únicos votos certos para uma alternativa democrática.

Dai serem objectivos fundamentais nas eleições para a Assembleia da República em 1991, a par da derrota da direita (PSD e CDS) colocando de novo estes partidos em minoria, o **reforço das posições do PCP e seus aliados e a convergência e entendimento dos partidos democráticos, designadamente do PS e PCP, para viabilizar uma alternativa democrática ao Governo de direita.**

4.

Reforço da organização e direcção do Partido

1. O Comité Central examinou alguns aspectos do reforço da organização, capacidade de intervenção e direcção do Partido.

2. Foi considerada a necessidade de proceder a uma análise aprofundada e global por todo o Partido da evolução e tarefas de organização, do funcionamento, da vida interna, dos métodos de trabalho e à definição de linhas de orientação que correspondam à situação e aos problemas existentes. Com tal finalidade e no quadro de grandes iniciativas a calendarizar, o Comité Central resolveu promover desde já o desenvolvimento de tal análise pelas Direcções Regionais e sectoriais com vista à realização no último trimestre do ano corrente de uma Conferência ou Encontro Nacional sobre a matéria.

3. O Comité Central apreciou e confirmou a subdivisão para um nível distrital das Organizações e Direcções Regionais, a fim de reforçar a eficiência e capacidade de resposta do Partido tanto em relação aos problemas nacionais como aos regionais e locais.

4. Aprofundando a rica experiência acumulada no trabalho de direcção, nomeadamente o trabalho colectivo e a estreita ligação às organizações e sectores da actividade partidária, o Comité Central debateu e aprovou uma resolução sobre a reestruturação de alguns aspectos da organização do trabalho de Direcção Central do Partido.

A reestruturação das estruturas de apoio ao trabalho de Direcção Central tem como objectivos a melhor racionalização e articulação nas diferentes áreas da actividade partidária, de modo a garantir uma mais eficaz intervenção política do Partido, o melhoramento da iniciativa e a resposta aos acontecimentos nacionais e internacionais, políticos, sociais, económicos e culturais. A reestruturação visa também potenciar a intervenção do conjunto de membros do Partido que em cada área específica são susceptíveis de um maior envolvimento partidário e realizar uma mais eficaz coordenação dos diversos sectores de uma mesma área.

O Comité Central decidiu a criação de 10 grandes Áreas de Trabalho e Intervenção Política, abrangendo frentes e sectores específicos afins: Área do Trabalho Sindical, das Organizações e Lutas de Massas; Área do Trabalho Autárquico, Desenvolvimento Regional e Ambiente; Área dos Assuntos Económicos; Área da Saúde e dos Assuntos Sociais; Área do Trabalho para a Juventude; Área da Educação, Ciência e Tecnologia; Área da Política Cultural para as Artes e Letras; Área do Trabalho Ideológico e da Comunicação; Área Institucional, dos Direitos, Liberdades e Garantias; Área da Política Internacional e da Integração Comunitária.

As áreas de trabalho e intervenção serão espaços de coordenação política de diferentes estruturas — Comissões, Gabinetes Técnicos, Grupos de Estudo, etc. — às quais caberá aprofundar o estudo de problemas, elaborar pareceres e propostas relativos às frentes específicas e desenvolver trabalho de apoio político, informativo e técnico ao trabalho do Comité Central, dos seus Organismos Executivos e de diferentes organismos do Partido, nomeadamente Direcções Regionais, a par da promoção de iniciativas na esfera das actividades respectivas.

As Comissões junto do Comité Central — orientadas para o acompanhamento de grandes sectores sociais e políticos — nomeadamente as viradas para sectores como o Sindical, Autárquico, Agricultura, Mulheres e Juventude, pelo importante papel que desempenham na coordenação e dinamização da actividade do Partido nas frentes específicas, deverão ser objecto de um estudo cuidadoso quanto a funcionamento, objectivos, composição e formas de intervenção.

5. O Comité Central examinou ainda o andamento dos preparativos da **Festa do «Avante!»**. Verifica-se um grande entusiasmo e expectativa, o empenhamento de um número crescente de camaradas nos trabalhos na Atalaia e a subida a mais de 60 mil contos do montante já apurado para o pagamento do terreno. Valorizando o grande e positivo esforço colectivo realizado, o Comité Central apela a uma mais larga e intensa participação nos trabalhos e à intensificação de iniciativas para apressar o ritmo da Campanha dos 150 mil contos.

A Festa do «Avante!» constitui sempre uma iniciativa de extraordinário significado. No ano corrente, no seguimento do XIII Congresso (Extraordinário), e numa época que se pode desde já considerar como pré-eleitoral, a Festa adquire particular importância como factor de mobilização partidária e popular, de esclarecimento político e de confiança na vitória democrática contra a política de direita.

Lisboa, 6 de Julho de 1990

O Comité Central do Partido Comunista Português

Trabalhadores

Os trabalhadores da Carris continuam dispostos a lutar (na foto, um plenário no Arco do Cego, em Fevereiro passado)

Carris volta a parar hoje

Os trabalhadores da Carris, que estiveram em greve na manhã de anteontem, voltam a paralisar hoje à tarde, entre as 16 e as 19 horas, caso não haja evolução da posição do Governo e da Comissão Administrativa da empresa.

A luta na Carris trava-se por uma correcção salarial desde Janeiro deste ano, pela redução do horário de trabalho para as 40 horas semanais, pela negociação dos enquadramentos profissionais e para que sejam respeitados direitos e regalias já adquiridos pelos trabalhadores.

Numa informação à imprensa, a Federação dos Sindicatos dos Transportes Rodoviários e Urbanos revelou que a adesão à greve foi próxima dos 100 por cento, tanto no tráfego de autocarros e eléctricos, como nos sectores fixos. Segundo a FSTRU, na terça-feira de manhã, durante a paralisação, circularam apenas nove autocarros.

«Apesar do êxito da luta, a FSTRU mantém a sua disponibilidade para o diálogo, estando nas mãos do Governo e da Comissão Administrativa da Carris a resolução do problema» — conclui a Federação.

35 horas na Saúde CGTP prossegue contactos

Os trabalhadores do Ministério da Saúde passam de imediato a cumprir um horário de trabalho de 36 horas semanais e até final do ano terão um horário de 35 horas — informou a Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública.

A redução do horário foi conseguida durante a semana de luta da CGTP, diminuindo o tempo semanal de

trabalho de operários, motoristas e trabalhadores dos serviços gerais em 9, 6 e 4 horas.

Esta era uma reivindicação há muito exigida pelo movimento sindical e a sua satisfação vem contemplar cerca de 40 mil trabalhadores de hospitais, centros de saúde e outros serviços dependentes do Ministério da Saúde.

O problema dos horários

Governo retira verbas às escolas e à CP

A Comissão de Trabalhadores da CP e o Sindicato dos Professores da Grande Lisboa, em ocasiões diferentes e pronunciando-se sobre as respectivas áreas de intervenção, queixam-se do mesmo mal: o Governo faz muitas promessas e muita propaganda, mas retira verbas necessárias para a resolução dos problemas.

A CT dos Caminhos-de-Ferro Portugueses, comentando na quinta-feira passada os discursos proferidos na posse do novo conselho de gerência da empresa, refere que o ministro dos Transportes «prometeu mundos e fundos, prosseguindo assim a prática dos seus antecessores nos últimos oito anos, que consistiu em fazerem muita propaganda em torno de uma modernização da rede nacional de caminho-de-ferro, enquanto na dura prática do dia-a-dia os utentes e os ferroviários verificavam a crescente degradação da qualidade do serviço».

Depois de o ministro ter prestado homenagem ao pre-

sidente do CG — que a Comissão de Trabalhadores considera ser «o grande responsável pela crescente conflitualidade latente na empresa, onde é contestado por todos os quadrantes políticos e todos os sectores profissionais» — este «retribuiu os elogios do ministro, afirmando que o Governo tem tido a maior compreensão com a CP», relata a nota daquela estrutura representativa dos trabalhadores.

Só que, como refere a CT, há outra realidade para além das promessas: «O Governo tem, de facto, orçamentado verbas elevadas para a modernização da rede da CP, mas a meio do ano retira a

maior parte dessas verbas.»

A modernização, muito necessária, «não se faz com demagogia, mas com obras» — afirma a Comissão de Trabalhadores.

Poupança obrigatória

Numa atitude que é, para o SPGL, semelhante ao comportamento estimulado pelo ditador Salazar («Produzir e poupar»), o Governo veio forçar as escolas preparatórias e secundárias e cativaram 20 por cento dos seus orçamentos. A circular 13/90 obriga a reduzir despesas em rubricas fundamentais para o normal funcionamento das aulas.

O Sindicato dos Professores da Grande Lisboa mostra, num comunicado sobre o assunto, as contradições entre a propaganda eleitoralista do Governo e a prática:

• enquanto se faz a apologia da escola cultural, reduz-se em 20 por cento o mon-

tante a atribuir a visitas de estudo, transportes e material de cultura (livros, cassetes, slides, etc.);

• enquanto se implementa um sistema de formação não centrado na escola, reduz-se em 10 por cento a verba atribuída às deslocações de formandos e formadores;

• enquanto se apregoa uma reforma do ensino centrada no aluno, apelando à investigação, reduz-se a verba atribuída a fotocópias de textos de apoio, testes, fichas de trabalho, etc.

Além disso — alerta o SPGL, responsabilizando o Ministério da Educação e o Governo pelas consequências desta orientação — será difícil manter em funcionamento até ao final do ano lectivo escolas cujas despesas de combustíveis, lubrificantes (electricidade, gás, etc.) e material de limpeza foram reduzidas em 20 por cento.

Função Pública aguarda resposta

Os sindicatos dos trabalhadores da função pública aguardam que o Governo responda à contraproposta que apresentaram no dia 2 de Julho relativamente ao descongelamento da progressão nos escalões, considerando assim que o processo negocial continua em aberto.

Após a greve de 22 de Junho — como se referiu no «Avante!» da semana passa-

da — o Governo alterou a sua proposta inicial, aceitando a subida de um escalão após 10

anos na carreira e a subida de dois escalões após 16 anos na carreira. No entanto, esta «cedência efectiva» (como é interpretada pelas organizações sindicais) às reivindicações dos trabalhadores faria com que apenas 35 por cento dos trabalhadores fossem abrangidos pelo descongelamento.

O Governo recusa-se, por outro lado, a negociar a compensação intercalar para os salários de 1990 (depois de ter imposto aumentos de 12 por cento para 15 meses), bem como a redução e uniformização global dos horários de trabalho e a revisão do Estatuto de Aposentação.

Na semana passada a Assembleia de Delegados Sindi-

cais do STFPSA (Sul e Açores) aprovou uma resolução exigindo que o Governo diminua, na sua proposta, o tempo necessário para a passagem aos dois escalões imediatos, «por forma a que a maioria dos trabalhadores seja abrangida por este descongelamento». Os delegados sindicais exigiram ainda que o Governo negocie a revalorização das carreiras profissionais e a redução e uniformização dos horários de trabalho.

A Confederação Quadros (Confederação Portuguesa de Quadros Técnicos e Científicos) contesta também a posição do Governo sobre o descongelamento dos escalões na administração pública. Numa nota que fez chegar à nossa redacção, classifica as propostas apresentadas como «provocatórias e inaceitáveis para as carreiras técnica e técnica superior» e afirma que «o Governo não só não contempla em nenhuma das suas propostas a antiguidade dos quadros, como consegue na sua segunda proposta agravar a dificuldade de integração nos escalões descongelados dos técnicos e técnicos superiores».

Uma nota do STFPSA refere ainda a existência de «divergências profundas», sobretudo no plano salarial, entre os sindicatos e o Governo nas negociações para a nova estrutura de carreiras da **Informática** estatal, regida por um diploma que vigora há dez anos. Os sindicatos entregaram na passada sexta-feira uma contraproposta sobre os dois aspectos «indissociáveis»: a estrutura de carreiras e a grelha salarial.

PSD ataca direitos dos bancários

Na revisão do ACTV da banca o Governo e a Associação Portuguesa de Bancos procuram pôr em causa direitos conquistados pelos bancários. A posição partidária estende-se aos sindicatos, onde os responsáveis dos TSD actuam em cónivência com o Governo, a APB e os conselhos de gestão: «Por vezes escrevem não no papel, mas, ao encarar o Cavaco, abanam a cabeça para baixo e para cima, acusa a Coordenadora Nacional dos bancários do PCP, referindo

como exemplo a abstenção dos TSD no Conselho Geral do SBSI (Sindicato do Sul e Ilhas) para viabilizar as pretensões do Governo.

Em risco estão direitos que muito custaram conquistar. O Governo e a APB pretendem liberalizar os horários de trabalho, abrangendo também o sábado, liberalizar as transferências para outros concelhos, limitar os direitos sindicais e de organização dos trabalhadores, e impor uma tabela que não repõe o poder de compra

perdido, com absorção futura do subsídio de função.

Os bancários comunistas apontam o objectivo último do Governo e do PSD (enfraquecer os bancários e criar as melhores condições para a tomada da banca pelo grande capital privado nacional e estrangeiro) e apelam ao reforço da unidade e da determinação dos trabalhadores para conseguir uma revisão justa do ACTV, e para que os reformados bancários passem a receber também o 14.º mês.

Nacional

Agricultores de Castelo Branco

Cerca de 160 pessoas participaram no 1.º encontro distrital de agricultores de Castelo Branco, que se realizou no passado domingo no Fundão e onde foi eleita a comissão instaladora da associação distrital.

No encontro, em que esteve um representante da Confederação Nacional da Agricultura, foi debatida a situação actual do sector agrícola. Num distrito onde, num total

de 38 696 explorações agrícolas, 35 777 têm menos de 10 ha (86 por cento), são particularmente sentidos os problemas provocados pela discriminação no acesso aos fundos estruturais.

De acordo com os dados referidos no Fundão, as ajudas concedidas no âmbito do regulamento 797 contemplaram, a nível nacional, 1 por cento dos agricultores com explorações entre 1 e 5 ha, 6

por cento dos agricultores com mais de 100 ha. No distrito de Castelo Branco só 5,6 por cento dos agricultores receberam ajudas.

No encontro foi defendida a rápida e integral concretização do regadio da Cova da Beira, «indispensável para o desenvolvimento agrícola e da região» — como sublinha uma nota distribuída no final do encontro de 8 de Julho.

Assembleia da República

O biombo chinês do Governo

O escandaloso aumento de 56 por cento de que beneficiaram em finais do ano passado os titulares de cargos políticos voltou na passada semana a concitar as atenções do plenário da Assembleia da República quando se tratou de analisar a proposta governamental que suspende a partir de Janeiro de 1991 a actualização automática daqueles vencimentos.

Uma proposta que apesar de vir tarde e a más horas, nem por isso vem deixar de dar razão aos que condenaram aquela medida desde a primeira hora (entre os quais se encontravam o PCP, o PRD e os Verdes), de que beneficiaram directamente o Primeiro-Ministro e o Governo, e que na mesma ocasião apresentaram um projecto-de-lei que, entre outras medidas, propunha a suspensão da norma automática que o Governo veio suspender.

Sobre este aspecto se teve no decorrer do debate o líder da bancada comunista Carlos Brito, pondo em relevo as «falsas alegações» então invocadas por Cavaco Silva, mas chamando particularmente a atenção para a diferença que resulta da decisão de suspender a norma automática neste momento e não à dez meses atrás.

É que, sublinhou, em Novembro passado, estava em causa esse rotundo aumento,

cujas suspensões significativas para o Governo e o PSD «renunciaram pelas próprias mãos a esse magnífico benefício», o que, convenhamos, ironizou, «era pedir-lhes de mais».

Daí que a decisão governamental tenha ido no sentido de «embolsar primeiro» o aumento de 56 por cento para agora — a um ano das eleições gerais, quando é boa altura, pois, para «tomar uma medida que pareça moralizadora», como observou o dirigente comunista — vir de novo colocar o problema, propondo desta feita um aumento aos directores-gerais da Administração Pública na ordem dos 18 por cento a partir de Janeiro do próximo ano.

«Quem beneficiou há tão pouco tempo de um aumento tão grande pode agora renunciar a um aumento muito mais pequeno», comentou ainda Carlos Brito, pondo a nu o sentido político e a natureza moral da proposta, uma proposta que assemelhou a «um biombo chinês com que se pretende tapar a grande vergonha dos 56 por cento».

«O que precisamos — conclui o dirigente do PCP — é de uma solução global que tenha em conta as remunerações que se verificam no nosso país e que defina com frontalidade e transparência o que devem ganhar os titulares dos cargos políticos, sem prejuízo do funcionamento das instituições democráticas e do seu prestígio».



Um «dia negro» para a imprensa

A Alta Autoridade para a Comunicação Social tem já designados cinco dos seus treze membros. Foram eleitos terça-feira pelos deputados na Assembleia da República e é nesta qualidade de representantes destes órgãos de soberania que passarão a ter assento na polémica AACCS sobre quem recaem fortíssimas críticas, a maioria das quais decorrem do facto de a sua composição não oferecer garantias de isenção e imparcialidade.

Em resultado do processo eleitoral, a que se apresentaram três listas (PSD, PS e PCP/PRD), foram assim eleitos três membros indicados pela maioria, um pelo PS e um pela lista conjunta de comunistas e renovadores. Neste último caso, trata-se de José Garibaldi, um nome que na opinião do líder parlamentar comunista, Carlos Brito, «dá garantias de grande competência, conhecimento dos problemas e firmeza».

Sublinhando em primeiro lugar que, infelizmente, não foi possível conseguir a convergência necessária com o PS nesta matéria, o que levou o PCP a só conseguir entendimento com o PRD, Carlos Brito afirmou num breve comentário ao «Avante!» que, de um ponto de vista político, trata-se também de uma «solução muito positiva», uma vez que, salientou, «mostra que é possível contrariar as posições hegemónicas» do PSD e conseguir «resultados que servem os interesses das forças democráticas».

Corroborando a opinião dos que afirmam que este foi um «dia negro», quer para os jornalistas, quer para todos aqueles que defendem uma imprensa séria e independente, como salientou o Sindicato dos Jornalistas, Carlos Brito não deixou de chamar a atenção, contudo, para o facto de não ter sido menos negro o dia em que a AACCS foi consagrada na revisão da Constituição com o acordo PS/PSD ou o dia em que a lei foi aprovada na AR e posteriormente confirmada pelo PSD.

A eleição do professor Falcão de Freitas para o Conselho Nacional de Ética, numa lista igualmente conjunta do PCP e do PRD — sufrágio também realizado nos trabalhos de terça-feira — foi ainda comentada por Carlos Brito em termos elogiosos por considerar que se trata de uma «representação que honra igualmente a Assembleia da República», facto só possível pelo empenhamento de todos aqueles que se envolveram neste projecto de convergência democrática na AR, garantindo o seu êxito.

Em causa as indemnizações

CDS tenta reescrever a História e reconstituir ex-grupos monopolistas

«Uma tentativa de reescrever a história recente de Portugal» assim qualificou o deputado comunista Octávio Teixeira o projecto de lei do CDS que visa alterar substancialmente o regime de indemnizações pelas nacionalizações de empresas registadas após o 25 de Abril.

Apreciado faz hoje oito dias, o diploma foi justificado pela bancada centrista como um «acto de coerência e um acto de consciência», alegadamente destinado a uma maior e melhor justiça material das indemnizações.

O argumento acabou por não colher adeptos junto do Hemiciclo, sendo obviamente diferente, por exemplo, a opinião do Grupo Parlamentar do PCP para quem o projecto tem um «conteúdo marcada e fundamentalmente político» que escamoteia, como frisou Octávio Teixeira, «a justeza da opção política das nacionalizações», ao procurar transformar essa natureza política «num mero negócio

de compra e venda, em que os vendedores usufruíam substanciais lucros e mais-valias».

Ora sucede que o verdadeiro objectivo que presidiu à apresentação deste projecto, de acordo com a interpretação feita pela bancada comunista, é o de beneficiar os «ex-monopolistas, seus familiares e testas de ferro», a quem nas condições legais actuais foram já concedidas

indemnizações num valor global da ordem dos 200 milhões de contos.

Do que se trata, pois, segundo Octávio Teixeira, é de «possibilitar a efectiva reconstituição dos mesmos grupos económicos que existiam antes do 25 de Abril», razão pela qual a posição dos parlamentares comunistas não podia ser mais clara ao rejeitarem, politicamente e por completo, o projecto do CDS.

Tanto mais que, lembrou-o ainda Octávio Teixeira, as nacionalizações de empresas verificadas no processo de eliminação do regime fascista e de criação de um regime democrático no nosso País «foram uma opção política apoiada pela enorme maioria dos portugueses» e tem a sua justificação na «necessidade profunda de garantir a

sobrevivência da democracia no nosso País».

«As empresas nacionalizadas foram-no por integrarem os grupos monopolistas existentes que durante dezenas de anos sustentaram o regime fascista e espezinharam o povo português e que após o 25 de Abril de 1974, tudo fizeram para boicotar a economia nacional, visando gerar o caos e impedir a consagração irreversível da democracia em Portugal», recordou a propósito o deputado do PCP.

O projecto acabou, entretanto, por baixar à comissão especializada sem ser submetido à votação na generalidade, (evitando assim logo o chumbo nesta instância) viabilizado que foi um requerimento nesse sentido apresentado pela bancada centrista que contou com o apoio do PS.

Estatuto dos Militares

O Estatuto dos Militares das Forças Armadas e o seu regime remuneratório voltaram de novo à Assembleia na semana finda para serem submetidos à ratificação do plenário. A iniciativa partiu da bancada comunista, com ela visando, como explicou João Amaral, não a revogação do Estatuto, mas sim a sua profunda alteração.

Posição que contaria com o apoio das restantes bancadas da oposição, designadamente do PS e PRD, de quem partiu também um razoável lote de propostas de alteração, destinadas a «sanar o erro», segundo Marques Júnior, que constitui a publicação de um «Estatuto desastrososo», aprovado «à revelia de qualquer contributo parlamentar», como frisou José Lello (PS).

Esta «falta de auscultação prévia», a par da falta de participação dos interessados na sua elaboração, depois de um longo atraso de muitos anos na reforma dos estatutos militares, terá sido mesmo uma das razões, na opinião do deputado comunista João Amaral, para que o Estatuto viesse a ser um diploma «frustrante, antiquado, injusto e limitativo».

Analisando o Estatuto nos seus aspectos essenciais, João Amaral referiu ainda que dele está ausente «uma doutrina» e um «enquadramento conceptual», concluindo que o Governo que aprovou os Estatutos «não sabia o que queria» e que «gastar menos é o único fio condutor visível».

Este economicismo que ressalta do Estatuto como «o único critério de gestão do pessoal a que Governo teve capacidade de

recorrer», foi, como não podia deixar de ser, fortemente verberado pelo deputado comunista, que a propósito invocou ainda o facto de nele não existir «uma perspectiva de modernização e inovação», nem de «tornar as carreiras aliciantes, valorizar a formação militar, rasgar barreiras».

Pelo contrário, observou João Amaral, o «Estatuto corta caminhos, estabelece diferenciações inaceitáveis entre oficiais da mesma formação no que respeita às possibilidades de acesso a postos superiores», introduzindo, ainda, do seu ponto de vista, «uma enorme margem de arbítrio e falta de transparência de critério de avaliação e portanto de promoção».

As dificuldades levantadas à comunicação e acesso a carreiras superiores, a par da não definição de «tempos máximos» e da ausência de garantias na progressão, a que importa juntar também o «bloqueio» ao acesso (impedindo assim o rejuvenescimento), foram outros aspectos negativos para os quais João Amaral chamou a atenção da Câmara, concluindo a este respeito que em matéria do direito à carreira e do direito à dignificação dos militares, um campo que considerou «central», o Estatuto é «um mau documento, um documento que não presta» pelo que, disse, há que «reformulá-los profundamente».

Reformulação que, assinala-se, será feita na base do debate e votação das referidas propostas de alteração na Comissão de Defesa, cujos trabalhos deverão estar concluídos até 30 de Setembro, caso venha a ser aprovada a proposta nesse sentido apresentada pelo Grupo Parlamentar do PCP.

As opções pelo negócio

Retomando a interpelação ao Governo sobre desigualdades sociais o deputado comunista Sérgio Ribeiro considerou na passada semana como sinais significativos da actual política o «brutal e inesperado» congelamento e cativação de verbas nos orçamentos de escolas do ensino preparatório, secundário e superior, os quais, alertou, irão provocar a «maior instabilidade e insegurança», pondo ainda em risco de ruptura e encerramento algumas escolas.

Sérgio Ribeiro considerou também a transferência de verbas do OE para as autarquias pelo Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF), calculada na base de uma inflação que vai ser 50 por cento mais alta do que o inicialmente anunciado, com mais um exemplo que ilustra «a falta de credibilidade de uma política, e a aparente incapacidade de fazer contas e de orçamentar».

Referido foi ainda o caso da privatização a 100 por cento da UNICER, sublinhan-

do a este propósito que os mais de 300 mil títulos que ficaram por vender ilustram bem o evidente falhanço do chamado e tão propagandeado «capitalismo popular».

Detendo-se ainda sobre as privatizações, Sérgio Ribeiro estranhou a informação relativa ao concurso para a construção do troço de Caminho-de-Ferro na ponte sobre o Tejo, prevendo a sua entrega a privados em detrimento da CP, referindo na sua declaração política outros factos que ilustram o espírito de negócio, «sempre o negócio a ser privilegiado».

«Trata-se de privatizar e governamentalizar — acentuou —, de governamentalizar e não descentralizar, de não descentralizar e contrariar o processo de progressiva e democrática participação, o que tem toda a sua expressão na obstaculização da regionalização, de uma regionalização que seja reforço do Poder Local, descentralizadora e que promova a participação».

PCP

Comício com Alvaro Cunhal: sábado, 22.30 h

Festa da Alegria Braga à vista!

Um comício a começar às 22.30 h, já noite dentro, não é usual nas iniciativas do PCP. Mas é o que vai acontecer na Festa da Alegria, o grande convívio do Norte, que promete animar, no sábado e no domingo próximos, a cidade de Braga. Em perspectiva, um quente fim-de-semana de Verão, já com muitas pessoas em férias, vivido no Parque Municipal de Exposições, com múltiplas e diversificadas propostas de animação: dos espectáculos musicais às exposições, dos debates aos afamados «comes-e-bebes», do folclore ao «rock», do vídeo à feira de velharias...

Quando os ruidosos Zés-Pereiras, de Barcelinhos, se fizerem ouvir na cidade, a caminho do Parque, será o sinal da abertura da XI Festa da Alegria, no sábado, a meio da manhã. Depois, durante a tarde a música tradicional portuguesa marcará presença destacada no palco

principal do recinto, especialmente a partir das 15 horas. Por volta das 17.30 h; actuarão Luísa Basto, Jorge Lomba e a «Banda Ozono». A noite de sábado também promete: estarão em palco Fernando Tordo (21.00 h) e depois os Rádio Macau (23.30 h). Entre a actuação

de Tordo e da conhecida banda rock, haverá um «intervalo», passe a expressão, para o tal comício das 22.30, em que intervirá o secretário-geral do PCP, camarada Alvaro Cunhal, intervenção pública a realizar depois da última reunião do Comité Central do Partido, estando, pois, a suscitar especial interesse entre a opinião pública e os órgãos da Comunicação Social.

Não seria justo deixar em branco, ainda em termos do primeiro dia da Festa, o espaço da juventude, onde a tarde e a noite serão vividas ao som e em ambiente dum café-concerto. Que não ficará apenas pelo sábado...

Ary dos Santos presente!

Mário Pereira, Morais e Castro e José Manuel Mendes vão recordar José Ary dos Santos na Festa da Alegria. Naturalmente, com um recital de poesia. Do Ary, do Portugal de Abril.

Animadores da manhã infantil

Teatro: grupo O Pataco, de Viana do Castelo; fantoches: pelos Fantocheiros, de Lisboa.

Colóquios e debates

O «Diálogo com o PCP» é tema para colóquios e debates.

- A integração na CEE e o desenvolvimento regional — consequências para os têxteis, o calçado, a agricultura e os trabalhadores — será orientado pelos camaradas Agostinho Lopes, da CP do CC, e Sérgio Ribeiro, deputado.

- O XIII Congresso do PCP — orientado por José Casanova, da CP do PCP.

Mais rock

Rádio Macau e Xutos e Pontapés são nomes sonantes do panorama musical português. A Festa da Alegria conta com eles mas propõe também o «rock cá da casa»: são eles os Humus, de Famalicão; os Fan Fan La Tulipe, de Braga; e os Veni Vici, de Viana do Castelo.

Camilo Castelo Branco

Assinalando o primeiro centenário da sua morte, haverá um debate com o prof. Óscar Lopes, que falará da vida e obra de Camilo. Sábado. Às 17 e 30, no auditório da Festa.

Mais pequenos não foram esquecidos

Os mais pequenos têm a Festa da Alegria por sua conta na manhã de domingo, dia 15. Teatro, fantoches, jogos e animação permanente são, desde já, pontos confirmados dum programa diversificado, feito a pensar nos mais jovens.

Quem gosta de folclore também está de parabéns. Prepare-se. Não esqueça o boné e talvez uma garrafa de água. Depois, instale-se e acompanhe o movimento ritmado dos grupos bracarenses de S. Martinho de Tibães, de S.ª Maria de Ferreiros e de S.ª Maria de Sequeira. Fique atento ainda ao cortejo e leilão de segredos.

A noite de domingo será a noite do rock por excelência. Em palco, uma banda que dispensa apresentações: Xutos e Pontapés. Uma noite em grande, já no domingo, a fechar a Festa.

Uma Festa como a da Alegria não se esgota em meia dúzia de parágrafos. Tanto mais se o autor destas linhas



2 dias de Festa!

ESPECTÁCULOS,
ARTE,
CULTURA E TRADIÇÃO

AS PROPOSTAS
POLÍTICAS
DO PCP

ALEGRIA
E CONVÍVIO
NUMA FESTA
POPULAR

O AMBIENTE
DAS GRANDES
ROMARIAS
DO NORTE
DE PORTUGAL

O INGRESSO NA FESTA (IF)
À VENDA NAS SEDES DO PCP
750 ESCUDOS

é um habitué desse maravilhosos convívio, onde a terra minhota abraça uma boa parte do País, pois várias organizações do Partido aí marcam significativas presenças, com stands recheados de ar-

tesanato e riqueza gastronómica.

Vídeo gigante, jogos tradicionais populares, adega do fado amador, feira de velharias, baile, artesanato, vinhos e petiscos, filmes e feira do

livro e do disco contam-se entre os atractivos duma Festa que é aperitivo para a Festa do «Avante!», em Setembro.

■ JPO

Camaradas Falecidos

José Silveira Alves

Um acidente de trabalho na Lisnave roubou a vida ao nosso camarada José Silveira Alves, de 45 anos. Membro do Partido desde 1984, integrava o executivo da célula do PCP naquela empresa do ramo naval, onde era estimado por todos quantos o conheciam.

José Silveira Alves pertencia também ao secretariado da CGTP-IN.

António Gaspar Ramos

Faleceu recentemente o camarada António Gaspar Ramos, membro da Comissão Concelhia de Avis do PCP.

Natural da freguesia de Alcórrego, António Ramos, que

faleceu com 58 anos de idade, era membro do Partido Comunista Português desde longa data.

Participando activamente desde muito cedo nas lutas dos trabalhadores agrícolas do Alentejo, em especial no concelho de Avis, veio a ser preso pela Pide no ano de 1967 tendo permanecido nas prisões fascistas durante cerca de três anos.

Manifestando sempre uma grande dignidade e firmeza política, António Ramos foi um grande lutador pela liberdade e pela democracia, constituindo ponto de referência para muitos democratas do concelho de Avis.

Após o 25 de Abril foi Presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Agricultura do Distrito de Portalegre onde desenvolveu uma intensa actividade na construção da

Reforma Agrária e na melhoria das condições de vida dos trabalhadores agrícolas do distrito.

Foi presidente da Assembleia Municipal de Avis de 1976 a 1979 e presidente da Junta de Freguesia de Alcórrego de 1982 até à data da sua morte. Actualmente era também membro da Assembleia Municipal de Avis e da Assembleia Distrital de Portalegre.

António Fernandes («Tio Texugo»)

Com 78 anos, faleceu há dias o nosso camarada António Fernandes, mais conhecido na zona de Vale de Figueira (concelho de Almada) como o «Tio Texugo». Militante dedicado ao Partido, António Fernandes exerceu

sempre com responsabilidade e zelo as suas actividades no Partido, nomeadamente na Comissão Local de Vale de Figueira.

Manuel Fino Custódio

Vítima de acidente de viação faleceu recentemente o militante comunista Manuel Fino Custódio, membro do Partido desde 1950, natural da freguesia do Couço, concelho ribatejano de Coruche. O último adeus ao nosso camarada constituiu uma impressionante manifestação de pesar.

**

Aos familiares, amigos e companheiros dos comunistas falecidos, o colectivo do «Avante!» apresenta sentidas condolências.

«O Rumo»

Está em distribuição nas empresas da região do Porto o número dois de «O Rumo», boletim do Sector de Empresas da Organização Regional do Porto (ORP) do PCP. São quatro páginas que reflectem alguns dos mais prementes problemas dos trabalhadores e dão notícia das suas lutas e acções, da opinião dos comunistas e da sua organização.

No editorial, o tema é o XIII Congresso e as suas conclusões, em particular no que respeita à luta dos trabalhadores e às suas aspirações. A redução do horário de trabalho para 40 horas semanais e o desenvolvimento económico e social, sem aumento da exploração, são tema de dois dos artigos de

fundo, igual atenção é dada à ofensiva repressiva do patronato que, entre outros exemplos dados, «discrimina salarialmente os trabalhadores que se apresentam na primeira linha pela defesa dos interesses do colectivo», tema que ocupou aliás numa reunião recentemente realizada no Porto com deputados do PCP.

A organização sindical dos trabalhadores, o reforço das células de empresa, a situação na FACAR, a análise do Congresso do PS em notícia intitulada «Os problemas dos trabalhadores ficaram à porta do Coliseu», são outros tantos temas desenvolvidos no Boletim do Sector de Empresas da ORP.

Internacional



Operários da fábrica de Danzica em fila para a confissão. Uma imagem do peso da Igreja na vida social (e política) da Polónia

Polónia

Tensões e desencontros no Solidariedade

Os factos que nestes últimos dias agitam a vida política da Polónia, em particular o confronto entre o contestado dirigente do Solidariedade, Walesa, e o primeiro-ministro Mazowiecki, não causam surpresa. Seria de prever que, no heterogéneo movimento do Solidariedade, as contradições viessem a saltar. Tanto mais, quanto as graves consequências sociais das reformas económicas geram necessariamente tensões, que bem podem também ser utilizadas como base para as mais diversas manobras políticas.

E parece ser isso mesmo que está a acontecer.

Num curto lapso de tempo, Lech Walesa afastou vários dirigentes do Solidariedade que não eram do seu agrado, concretamente do Comité de Cidadãos de Varsóvia, o mais importante dos Comités Cívicos Polacos (estruturas que integram o Solidariedade) — numa muito curiosa prática, para quem se diz defensor das liberdades democráticas —, e afirma-se contra a política desenvolvida pelo governo do primeiro-ministro Mazowiecki.

Que reivindica Lech Walesa? Que a privatização das empresas estatais avance mais rapidamente, por um lado. Por outro — «a eliminação de todos os resíduos do antigo regime, tanto das estruturas como das pessoas». Ou seja: o afastamento dos comunistas. Tudo isto em nome dos interesses dos camponeses, que lutam pela fixação de preços mínimos

para os produtos agrícolas, ou dos trabalhadores, que se batem por melhores salários... Não por acaso Walesa já recebeu apoio expresso dos meios da direita nacionalista.

Os factos parecem entretanto indicar que o primeiro-ministro Mazowiecki foi até certo ponto ao encontro de algumas das exigências do dirigente do Solidariedade, ao apresentar uma remodelação ministerial em que excluía do governo três dos quatro ministros anteriormente ligados ao POUP, e ao anunciar a antecipação das eleições legislativas e presidenciais.

Depois do encontro em Varsóvia entre Mazowiecki e Walesa, sob os auspícios do Episcopado (não esquecer o peso da Igreja na realidade política polaca), Walesa disse o dito por não dito e voltou a afirmar apoio ao governo. Mas não pode ser passada uma esponja sobre os acontecimentos destes dias nem

sobre o que eles traduzem. E eles reflectem divisões que são muito reais e que provavelmente virão a gerar novos quadros políticos na Polónia. Para além dos jogos de poder de Walesa.

Vários factos indicam aliás alterações no quadro político. As sondagens reflectem que há insatisfação popular em relação ao governo (mas não em relação ao primeiro-ministro, que mantém muito altos índices de popularidade). Segundo dados divulgados por «The Independent», em Abril passado, o Solidariedade passou de um apoio de 78% da população para 47%. De lembrar ainda a elevadíssima taxa de abstenção registada nas eleições municipais de Maio, em que apenas 30% do eleitorado foi às urnas. Em declarações à France Presse, em vésperas do acto eleitoral, o presidente do grupo parlamentar do Solidariedade, Bronislaw Geremek (que agora se afastou do Comité Cívico Nacional, por oposição a Walesa), considerava como aceitável uma taxa de participação de 60%.

Problemas socioeconómicos

Actualmente, as despesas com a alimentação absorvem cerca de 70% do orçamento das famílias polacas — o que é um índice claro de dificuldades económicas e baixo nível de vida. Em Maio passado, quatro meses depois do início da aplicação do plano de austeridade, calculava-se que o poder de compra dos trabalhadores tinha sofrido de uma quebra da ordem dos 30/40 por cento.

O quadro social no país está longe de ser positivo. É verdade que as montras das lojas mostram uma maior abundância e variedade de produtos (aliás, relativas). Mas paralelamente faltam compradores e entre as medidas sociais que se impõem tomar face a carências gritantes e ao alastramento de manchas de miséria, conta-se a distribuição de sopas populares. O desemprego é uma realidade angustiante em crescimento acelerado. O plano previa cerca de 400 mil desempregados até final de

1990, mas hoje calcula-se que se deve ir para o milhão e meio.

A estrutura do desemprego desdobra-se em 30 por cento de recém-licenciados e 70 por cento de pessoas que há muito não trabalham ou nunca exerceram uma profissão remunerada, na sua maioria domésticas, que na Polónia beneficiam de um subsídio igual ao salário mínimo nacional. Mas é natural que, com as falências de múltiplas empresas, esta estrutura se venha a alterar.

Entretanto, e paralelamente, regista-se uma quebra impressionante da inflação: 80% em Janeiro, 24% em Fevereiro, 5% em Março. A recessão assume contornos graves. A produção industrial baixou de 30%, 40% no têxtil.

Como pano de fundo desta evolução e dos graves problemas socioeconómicos com que os polacos se debatem, está a questão de fundo da dívida. Isso mesmo foi sublinhado pelo primeiro-ministro Mazowiecki, no discurso pronunciado em Fevereiro perante o Parlamento Europeu.

«O grande obstáculo que se ergue nesse caminho — diz Mazowiecki, referindo-se às reformas económicas — é a nossa dívida. As suas actuais dimensões e as formas do seu serviço constituem e constituirão um encargo por longos anos, sufocando o crescimento económico e levando talvez a tensões sociais. Tal ameaça é particularmente grande agora, pois as severas limitações financeiras podem provocar a queda da produção e o crescimento do descontentamento social».

No mesmo discurso, o primeiro-ministro polaco denunciou: «A nossa dívida em enorme parte é composta de juros, que não podemos pagar. Mas não podemos pagá-los porque eram juros altos, configurados frequentemente pelas perturbações provocadas pela imprudente política económica dos grandes países do Ocidente».

Um problema comum aos muitos países hoje endividados face a instâncias fundamentalmente ligadas ao grande capital, como o FMI.

Palestina, manifestações de protesto nos territórios ocupados

Prosseguem rusgas e detenções indiscriminadas no sector Leste de Jerusalém, a pretexto do atentado bombista que vitimou israelitas há quase duas semanas. Por outro lado, algumas dezenas de israelitas manifestaram-se aos gritos de «morte aos árabes».

As tropas israelitas continuam a reprimir manifestações palestinianas em diversos sectores dos territórios ocupados.

Os ocupantes israelitas mataram, no mês passado na Cisjordânia e na Faixa de Gaza, 17 árabes, incluindo 10 jovens menores de 18 anos.

No mesmo período, foram feridos 4213 palestinianos, entre os quais mais de 2 mil mulheres e crianças. 2795 árabes foram detidos. Os tribunais militares israelitas condenaram 496 palestinianos a diversas penas de prisão. As tropas israelitas demoliram mais de 110 casas palestinianas, expulsando os seus habitantes. Foram confiscados mais de 600 hectares de plantações agrícolas e colocados sob a administração dos colonatos militares israelitas.

A direcção unida da «Intifada» exortou à intensificação das manifestações contra os invasores e à realização em Julho de uma série de greves gerais. Os dirigentes palestinianos apelaram igualmente ao boicote dos produtos americanos, em sinal de protesto contra o apoio dos EUA ao governo israelita.

Albânia, refugiados autorizados a sair do país

Os refugiados abrigados em diferentes representações diplomáticas na Albânia começaram a sair do país. Os primeiros abandonaram Tirana num avião checoslovaco no passado dia 9.

Mais de cinco mil albaneses refugiaram-se em diversas embaixadas na capital albanesa, esperando autorização das autoridades para abandonar o país, autorização que entretanto lhes foi concedida.

Do pouco que vai sendo divulgado sobre os acontecimentos, é referida uma acção repressiva em Julho, que teria provocado a vaga de refugiados. Por outro lado, a imprensa jugoslava refere-se à ocorrência de problemas em diferentes localidades albanesas.

Nestes mesmos dias, sucedem-se mudanças no governo, de que a última passou pela exoneração de cinco ministros, que se diz serem figuras mais próximas do falecido dirigente Enver Hoxha.

Pluripartidarismo no Congo

O CC do Partido Congolês do Trabalho, reunido em sessão plenária, decidiu introduzir no país o sistema pluripartidário, foi anunciado em comunicado.

Apontando o pluripartidarismo como «objectivo a alcançar», o comunicado, no entanto, não esclarece a duração do período de transição do sistema unipartidário em vigor para o novo. O processo de passagem para o sistema pluripartidário será debatido pelo PCT em Novembro, segundo anuncia o comunicado.

Afirmando que o socialismo continua a ser o objectivo da sociedade congoleza, o comunicado revela que o CC autorizou a delimitação das funções do Partido e do Estado.

Os participantes no plenário decidiram, igualmente, transformar o PCT em partido de massas, abrindo-o a todos, independentemente das suas convicções religiosas ou filosóficas. Também foi decidido conceder às organizações sociais maior liberdade na sua actividade e promover eleições para os órgãos dirigentes numa base alternativa, anuncia-se no comunicado.

Igualmente foram anulados os comités partidários e da juventude partidária nas empresas, permanecendo apenas os comités sindicais. Foi decidido convocar o 4.º Congresso extraordinário do PCT em 1991.

Peritos da AIEA em Tchernobyl

A pedido do governo soviético, peritos da Agência Internacional de Energia Atómica (AIEA), estão nas regiões da Bielorrússia afectadas pelo acidente nuclear de Tchernobyl, com o objectivo de inteirar-se das consequências radiológicas, avaliar os seus efeitos na saúde das pessoas e no meio ambiente, elaborar medidas de segurança para a população local.

Trata-se de fazer uma ideia clara da envergadura da tragédia de Tchernobyl, para que sobre ela não seja possível, nem o silêncio, nem as deturpações, quer na URSS, quer a nível internacional.

Os peritos da AIEA farão uma revisão completa dos dados colhidos nos últimos tempos na zona contaminada, examinarão a população, farão análises do solo e das águas, assim como de produtos agrícolas.

Para este trabalho foram convidados cerca de cem dos melhores peritos da Áustria, Canadá, Finlândia, Japão e EUA, entre eles cientistas que durante muitos anos se têm ocupado dos problemas de Hiroxima e Nagasaki.

É a primeira iniciativa deste género, e os técnicos da AIEA estão a trabalhar nela gratuitamente.

Nesta acção participam também outras organizações internacionais, entre elas a Organização Mundial de Saúde. As investigações deverão estar terminadas no Outono.

Saudação ao PAICV

Por motivo do 15.º aniversário da independência de Cabo Verde, o Comité Central do Partido Comunista Português enviou à Direcção Nacional do PAICV a mensagem que transcrevemos.

Queridos camaradas

No momento em que o povo cabo-verdiano celebra o 15.º aniversário da independência da sua pátria, enviamos-vos as mais calorosas felicitações e as fraternas saudações dos comunistas portugueses.

Evocando os tempos da luta comum dos nossos dois povos contra o colonialismo e o fascismo português em que se forjaram os laços de profunda amizade e solidariedade que ligam os nossos dois partidos queremos expressar-vos a nossa vontade de continuar a agir para que tais relações solidárias se reforcem sempre mais no futuro, no interesse do povo português e do povo cabo-verdiano, da causa da paz, da cooperação e do progresso social.

Desejamos os melhores sucessos à acção do PAICV e do povo cabo-verdiano pela construção da sua pátria independente, próspera e progressista.

Internacional

NICARÁGUA

Lutas de trabalhadores e desarmamento dos «contra»

A greve que mobiliza trabalhadores da Nicarágua vai já na sua segunda semana, e tem vindo a ser acompanhada de movimentos de protesto na capital. Em causa estão, não apenas reivindicações de ordem laboral, mas também exigências de modificação do plano económico do actual governo. Nas negociações realizadas no passado fim-de-semana entre representantes do governo de Violeta Chamorro e da Frente Sandinista (hoje em poderosa força da oposição), não foi possível alcançar acordos.

A situação tornou-se mais tensa, em particular depois do assassinato de um jovem manifestante, Murvin Alvarado, vítima de disparos de dois homens que passavam numa motocicleta, insultando os manifestantes.

Em Manágua, sucedem-se manifestações populares. Eri-giram-se mesmo barricadas nalgumas ruas e o trânsito foi cortado por grupos de manifestantes solidários com os grevistas. De acordo com os dados da Frente Nacional de Trabalhadores, o número de grevistas ao fim da primeira semana atingia os 80 mil.

Entretanto, de par de negociações, o governo está a recorrer a ameaças. A greve foi declarada ilegal, e há advertências aos trabalhadores no sentido de despedimentos colectivos. O governo ameaça ainda recorrer à força, quer de corpos policiais quer do exér-

cito, contra manifestações ou ocupação de locais de trabalho.

Em grande medida fruto da guerra, a situação económica da Nicarágua é muito grave, e se o governo de Violeta Chamorro não toma em conta os interesses, vitais, dos trabalhadores e das grandes massas de população, a tensão social e as lutas serão inevitáveis.

Em Julho de 89, quando do 10.º aniversário da revolução sandinista, os prejuízos materiais da guerra eram calculados em 12 mil milhões de dólares. As exportações tradicionais — café, carne, açúcar — estavam no seu ponto mais baixo. O dólar valia 25 000 córdobas, uma dúzia de ovos custava 10 000, um professor ganhava 250 000, o problema da desnutrição infantil assumia um carácter grave.

Agora que a paz parece em

vias de se afirmar como uma realidade, é natural que os trabalhadores da Nicarágua se manifestem contra soluções da crise de que sejam eles a pagar o fundamental da factura.

Mas as perspectivas, para já, não serão muito prometedoras. Ao aumento de preços tenderá a somar-se o problema de um agravamento súbito do desemprego, com a efectiva desmobilização dos «contra» (um facto naturalmente muito importante), e o seu regresso ao país ou à vida activa, juntamente com as suas famílias. Estão em causa várias dezenas de milhar de pessoas.

A desmobilização dos «contra»

Quando da tomada de posse de Violeta Chamorro, Daniel Ortega fez um importante discurso, em que nomeadamente se referiu à divisão do país, e afirmou que todos os nicaraguenses, tanto os que votaram na Frente Sandinista como os que votaram na heterogénea Uno, em 25 de Fevereiro, tinham votado contra a guerra, pela paz. Um facto que aliás em grande medida contribuiu para a vitória eleitoral de Violeta Chamorro.

Relembrar estas palavras é também sublinhar a importância do processo agora praticamente encerrado da desmobilização dos «contra». Um processo irregular e cheio de sobressaltos e ameaças, iniciado a 8 de Maio (não considerando aqui o importante período anterior de negociações entre os presidentes da América Central, então com Daniel Ortega), e que teve o seu ponto culminante em 27 de Junho, com a entrega de armas dos comandantes militares dos «contra». Neste meio tempo quase 20 mil «contras» entregaram armas às autoridades internacionais encarregadas do processo de desmobilização, incluindo 120 mísseis terra-ar.

Momento oportuno para recordar a origem deste exército anti-sandinista, instrumento de uma guerra que até 1988 tinha feito 30 000 mortos.

Em 1980, os «contra» (com a designação de Exército de Libertação Nacional) foram organizados por um grupo de guardas do ex-ditador Somoza, e começaram a fazer incursões esporádicas em território da Nicarágua, a partir das Honduras, onde instalaram as suas bases. Um ano depois, estes grupos militarizados co-

meçaram a ganhar força com a primeira ajuda económica da parte da administração Reagan — 20 milhões de dólares —, e o posterior apoio da própria CIA. É toda uma dramática história de ingerência, a imposição da guerra ao povo da Nicarágua, depois dessa outra guerra que foi a luta contra a ditadura.

Hoje é a paz. Mas com uma pesada factura de vidas humanas e no plano socioeconómico — para além das suas consequências políticas.

Entretanto, os planos de reinserção dos «contra» estão longe de ser pacíficos. Israel Galeano, o «comandante Franklin», dirigente dos «contra», negocia com o governo um projecto de «pólos de desenvolvimento», que teria a manter nas mesmas zonas, ainda que no trabalho da terra, grande parte dos antigos guerrilheiros e suas famílias. Os sandinistas temem que tal possa levar (apesar da heterogeneidade das pessoas que integraram a guerrilha) à transformação de tais «pólos» em bases políticas dos «contra», que possam vir a constituir nova ameaça à paz.

Assim, e através de um processo bem contraditório, a Nicarágua está a entrar numa outra fase da sua vida.

Cimeira da OUA discute situação política na África Austral

A Namíbia independente, o processo em curso na África do Sul, as dificuldades em alcançar a paz em Angola e Moçambique, são algumas das realidades em destaque na 26.ª Cimeira da Organização de Unidade Africana, inaugurada segunda-feira em Adis Abeba.

No discurso inaugural, o presidente etíope, Mengistu Haile Mariam, saudou a Namíbia independente e o dirigente do ANC, Nelson Mandela, presente na conferência. Sublinhou a urgente necessidade de paz no continente africano, e defendeu a via de negociações, tendo em conta a própria evolução nas relações internacionais. Entretanto, o chefe de Estado do Uganda, Yoweri Museveni, foi eleito presidente em exercício da OUA, sucedendo neste cargo ao presidente egípcio, Hosni Mubarak.

Em vésperas da realização da Cimeira, a Namíbia tinha sido consagrada como o quinquagésimo segundo membro de pleno direito da OUA. O presidente Sam Nujoma agradeceu na ocasião todo o apoio prestado pela OUA, em particular pelo Comité de Liberta-

ção, durante a luta da SWAPO pela independência da Namíbia.

Num encontro realizado entre os dirigentes africanos presentes, antes da abertura da Cimeira, foi analisada a situação política da África Austral, com realce para os conflitos internos e questões económicas.

Na opinião dos dirigentes dos Estados da OUA, a actual situação política da região caracteriza-se pelo agravamento da guerra, principalmente em Angola e Moçambique, onde se assiste a contínuas ingerências externas nos assuntos internos desses países. Os Estados Unidos e a África do Sul são referidos por assumir a liderança no fornecimento de material bélico e outros tipos de apoio à Unita para levar a cabo a sua acção de desestabilização da economia

angolana e de terrorismo contra as populações.

Paralelamente refere-se os esforços de diálogo directo entre os governos de Angola e Moçambique e a Unita e a Renamo, com o objectivo de alcançar a paz, e afirma-se que tais esforços também marcam a situação política da região.

A questão da ingerência externa foi particularmente sublinhada. Num projecto de resolução sobre Angola, adoptado pelos ministros dos Negócios Estrangeiros da OUA, condena-se o fornecimento de material militar à Unita e apela-se à comunidade internacional para que exerça pressões sobre a administração norte-americana e o governo sul-africano para que cessem com tais apoios, com vista a facilitar os contactos directos em curso para a obtenção da paz.

No que se refere à situação económica, as atenções centram-se nos planos económicos da Conferência de coordenação para o desenvolvimento da África Austral (SADCC). Em perspectiva a

criação de uma comunidade económica africana, que se apoiaria nas organizações regionais de desenvolvimento económico.

MPLA prepara Congresso

O Comité Central do MPLA-Partido do Trabalho, numa importante reunião realizada a semana passada, decidiu convocar o seu III Congresso para Dezembro.

Segundo o comunicado final dos cinco dias de reunião, em que são abordadas transformações no funcionamento do partido e na vida política do país, «em condições objectivas de paz e estabilidade do país, Angola evoluirá para um sistema político pluripartidário no quadro da revisão constitucional a aprovar por referendo popular».

Nas palavras do presidente José Eduardo dos Santos, «o MPLA-Partido do Trabalho deveria preparar-se para conquistar o seu lugar por mérito próprio na sociedade, lutando

e vencendo as batalhas políticas, não se impondo por decreto ou pela força repressiva».

O partido é definido como «um partido progressista de opção socialista», e o presidente angolano fixou «a necessidade de alteração dos métodos de trabalho do partido em relação aos órgãos de Estado, o controlo da actividade do governo pela Assembleia do Povo (Parlamento) e a reactivação do programa de saneamento económico e financeiro».

Foi decidida a criação de comissões no CC do partido, que permitam uma mais activa participação de todos na elaboração de decisões.

A primeira dessas comissões deverá centrar-se em questões da vida interna do partido, política de quadros, comunicação social e religião. A segunda no sistema político, direito e política internacional. Uma outra irá debruçar-se sobre questões socioeconómicas e de política agrícola e a última dedica-se à defesa, segurança e ordem interna.

«Repetidas vezes o nosso Partido tem afirmado que a guerra de Angola, ao mesmo tempo que faria aumentar de modo incontrolável as despesas de guerra, paralisaria o fomento da economia nacional, conduziria a breve prazo ao aumento dos impostos e dos preços, à descida dos salários reais, ao crescimento da dívida pública, à desvalorização do escudo, ao aumento do défice da balança comercial, e a uma maior dependência do imperialismo estrangeiro.

Os factos provam que o Partido tinha razão.

O governo acaba de decretar o aumento de vários impostos e taxas, o que já fez subir directamente os preços de muitos artigos de amplo consumo, e indirectamente fará aumentar os preços de muitos outros, assim como os dos transportes e das rendas de casa.

«Ao contrário do que o governo pretende fazer crer, não é sobre os capitalistas, mas sim sobre as classes trabalhadoras e a pequena e até a média burguesia que recairá o peso dos novos impostos, em primeiro lugar por a maioria dos artigos tributados são artigos de amplo consumo e não de luxo, em segundo lugar porque (...) é lei do capitalismo monopolista transferirem-se para encargos do povo os novos impostos ou taxas lançados sobre os rendimentos da classe social dominante, por meio do subsequente aumento dos preços das mercadorias e serviços.»

«A guerra de Angola lança o país na ruína» - «Avante!», VI série, n.º 303, 2.ª quinzena de Julho de 1968)



«Salazar afirmou que Cabo Verde é «subsidiado pelo tesouro»: que Goa, é o Estado que «financiammente a sustenta»; que o Tesouro cobre «parte importante das despesas correntes» de Timor; que Angola e Moçambique, é o tesouro que tem «de acudir-lhes com fundos e empréstimos gratuitos».

Isto significa que Portugal suporta enormes sacrifícios para manter a dominação colonial. Mas os salazaristas apregoam insistentemente que Portugal não poderá sobreviver sem as colónias. Em que ficamos? Onde está a verdade? Os únicos beneficiários da dominação colonial são os monopólios estrangeiros e «nacionais», seis dos quais arrancaram 460 mil contos de lucros só no ano de 1959. Por isso a Diamang, a CUF e outros monopólios contratam para as colónias tropas mercenárias para impedir a fuga dos negros e forçá-los a trabalharem rodeados de metralhadoras.

Na defesa da sua obstinada política colonialista, Salazar não hesita em acenar às potências imperialistas com os «valores de Cabo Verde» e outras colónias quanto «à posição estratégica» que usufruem, concluindo por afirmar que «esse valor pode ser negociado». Isto significa que Salazar apregoa abertamente a disposição de ceder as colónias e enfeudar ainda mais Portugal à potências imperialistas a troco do apoio que estas lhe dêem à sua política colonial. Nem o traidor Miguel de Vasconcelos seria capaz de ir tão longe!

«A guerra de Angola isola Portugal» - «Avante!», VI série, n.º 303, 2.ª quinzena de Julho de 1968)



«No quartel de Caçadores 5, em Lisboa, deu-se no dia 20 de Junho uma importante luta, quando 180 soldados mobilizados para partir para Moçambique se manifestaram valentemente contra os comandos, recusando-se a entrar na formatura e fazendo um levantamento de rancho, que foi apoiado por todos os outros soldados do quartel. No dia seguinte, continuaram os protestos em plena formatura, afirmando vários soldados ao comandante que não queriam partir para a guerra nem deixar aqui as famílias na miséria, e acabando por obrigar os comandos a comunicar que o comando não embarca por agora». A unidade e a coragem dos soldados de Caçadores 5 deulhes a primeira vitória na sua luta e é um exemplo para todos os soldados.»

«Os soldados levantam-se contra a guerra» - «Avante!», VI série, n.º 302, 1.ª quinzena de Julho de 1968)

Crónicas de Leandro Martins
enviado especial do «Avante!»

XXVIII Congresso do PCUS



O Congresso do possível

Após os primeiros dias, preenchidos com a votação de questões processuais e com os relatórios dos membros do Bureau Político do CC, a morna atmosfera dos trabalhos do 28.º Congresso do PCUS deu lugar, como seria de esperar, a um debate vivo, por vezes quente, em que se ouviram as mais desencontradas proposições, reflectindo afinal as várias tendências que se têm desenvolvido no Partido nos últimos anos. E pudemos avaliar melhor dessa vivacidade ao visitarmos, na sexta-feira passada, a sala do Congresso. Ao mesmo tempo que verificámos a impossibilidade de albergar ali os 1717 jornalistas acreditados (643 são soviéticos e os restantes 1074 estrangeiros), pudemos ver que não era apenas na grande sala que o debate se travava. As discussões, por vezes muitas vivas, continuavam nos corredores. E, só para amostra do interesse que os problemas em questão suscitam entre os delegados, basta dizer que, logo na manhã do primeiro dia, já se registavam mais de 600 pedidos de palavra, 400 dos quais para intervirem sobre o Relatório do Comité Central lido por Gorbatchov.

Tanto o Relatório do CC como os relatórios do Bureau Político, que se apresentaram como prestação de contas do trabalho realizado mas se ficaram pelo reconhecimento de erros e dificuldades avançando pouco nas perspectivas, foram considerados insatisfatórios por grande parte dos delegados que se manifestaram até agora muito críticos, embora não tenham, na maioria, apresentado alternativas ou propostas concretas de acção.

Jogar à defesa

O tom da maior parte das intervenções do Bureau Político foi defensivo. Aquele organismo executivo do CC do PCUS foi, de resto, atacado na primeira intervenção quando se discutia a Ordem de Trabalhos, quando o primeiro delegado a falar pediu a demissão de todos os membros do B.P. Não foi por acaso, certamente, que esse organismo não teve assento na totalidade, na Mesa do Congresso, cuja composição, com alguns ajustamentos, foi decidida pelos chefes de delegações das repúblicas antes do início dos trabalhos. O pedido de demissão de alguns membros do B.P. e do Secretariado (Usmanov e Sliunkov «por doença», e Vorotnikov e Biriukova para «passagem à reforma»), deixavam entrever algum mal-estar. Enquanto Iakovlev, do Secretariado, no seu discurso, se mostrava disposto a manter apenas o cargo de conselheiro presidencial, e Chevardnadze dizia que, para ser Ministro dos Negócios Estrangeiros, não necessitava de estar no Bureau Político, toda a espécie de rumores especulativos corriam por aqui.

Rijkov, o primeiro-ministro, foi o primeiro a intervir. Sobre ele recaem hoje as responsabilidades públicas das dificuldades económicas da vida da população. Anunciara um aumento de preços com uma antecedência de meses, o que criou pânico entre o povo e um verdadeiro assalto às lojas. Capitalizando o descontentamento, o recém-eleito Presidente da Federação Russa, Ieltsine, garantiu, por seu lado, que os preços não aumentariam na Rússia...

Foi assim, apresentando-se como figura muito criticada, que Rijkov falou no Congresso. Recebido com pouco entusiasmo, lembrou os objectivos da *Perestroika* (aceleração

do desenvolvimento e definição de novos métodos) no campo económico. Assinalou a contradição e a impossibilidade de uma aceleração dentro da mesma estrutura de antes. «Isso só é evidente agora», justificou. Ao mesmo tempo queixou-se da falta de apoio que as medidas governativas encontraram por parte dos órgãos centrais e locais. E revelou que os novos métodos e novas formas de economia não foram acompanhados pelo governo com a necessária aprovação de normas. Mostrou-se, por outro lado, como alvo de uma aguda crítica dos órgãos de comunicação social e da opinião negativa da população.

Optimismo «ma non troppo»

«A minha posição política como membro do B.P. está reflectida no Relatório do Comité Central», afirmou por sua vez Medvedev, responsável pela Ideologia que se apresentou moderadamente optimista. Aceitando embora que houve falhas e erros no seu sector de actividade, Medvedev salientou que, «o principal é o facto de estar a ressurgir a dignidade cívica do povo».

Considerou entretanto que a situação ideológica está a mudar para pior. Mas justificou-a como resultante das «medidas pontuais para a transformação frontal das estruturas económicas e políticas» e dos golpes vibrados «nos interesses do *establishment* da estagnação», enquanto elogiava o papel da imprensa de hoje, traçando a respeito desta um panorama optimista.

Cresceram, na sua opinião, as tendências conservadoras, «que tiveram o seu primeiro surto nas vésperas da XIX Conferência do PCUS» e, por outro lado, «começaram a surgir novos grupos sociais bastante enérgicos e agressivos. Provocando-se uma renovação na vida económica e política, estes grupos começam a sentir que quaisquer limites - mesmo os socialistas - são demasiados. Assim começam a alimentar extremas tendências radicallistas», disse, adiantando ainda que



XXVIII Congresso do PCUS

O Congresso do possível

a situação ideológica se ressentiu da desorganização do mercado, dos conflitos nacionais e debilitação da protecção da ordem.

Deslocando assim as responsabilidades do sector para outras áreas, o dirigente do PCUS não avançou perspectivas. Abordou pela rama a necessidade de se definir uma nova concepção do Socialismo, baseada na «herança de Marx-Lénine», e de se proceder à definição de «novos valores espirituais».

Iakovlev, que além de membro do Bureau Político é do Secretariado do CC, responsável pela política externa, defenderia a tese, contestada por outros e apoiada por alguns, de que o movimento iniciado com a *Perestroika*, com o PCUS ou sem ele, não pode ser travado. No entanto sublinhou que «só o Partido, renovado e rejuvenescido, pode conduzir o país no caminho de transformações sérias».

O discurso de Iakovlev, embora relatasse em linhas gerais o trabalho da Comissão de que é responsável, não se referiu às novas opções da política externa da URSS. Preferiu a abordagem, também genérica, de temas ideológicos, acentuando o que o separa dos chamados «conservadores». «As tendências conservadoras», disse, «são consequência e prova de que o Partido ainda se encontra prisioneiro do sistema de estagnação social originado pelo regime do poder pessoal. O querer quebrar a espinha desse sistema provocou profundo ódio em certas camadas».

Salientou que a sua participação na actividade ligada ao desenvolvimento da *glasnost* e da democratização suscitou interesse e também não aceitação, reafirmando-se, apesar das críticas, disposto a continuar nesse caminho. Elogiou a intelectualidade que «desenvolveu um grande trabalho purificador».

Aceitando embora as críticas, ao CC e a si próprio, de atraso na definição e aprovação de medidas, Iakovlev afirmou que, no entanto, esse atraso é de cerca de 50 anos e que é ele que «provoca um estado febril na *Perestroika*».

Cedências?

A questão militar também não trouxe novidade. Embora a TV mostre tendência em filmar sistematicamente as zonas onde se sentam os delegados das Forças Armadas, fazendo crer que estão em peso no Congresso, o certo é que não representam mais de 6% do total. O que uma vista de olhos à sala, «ao vivo», confirma perfeitamente. No entanto, e apesar dos categóricos desmentidos, não cessaram os rumores e mesmo as acusações em alguma imprensa, de que os militares preparavam um golpe «conservador»...

Lev Zaikov, do B.P. e do Secretariado, deu do seu trabalho uma apreciação positiva, acentuando a colaboração entre os vários órgãos ligados à defesa do país e à organização das negociações sobre a redução de armamentos. Citou «o fim da guerra no Afeganistão e a amenização geral do clima internacional» como prova da bondade da política externa da URSS. E mostrou-se satisfeito por, no mundo, terem deixado de ser encarados como «o império do mal»...

Mas registou também as críticas à actual política. «Somos acusados de fazer demasiadas cedências ao Ocidente e, sobretudo, aos Estados Unidos. Mas é curioso», acentuou Zaikov, «que as mesmas acusações

são feitas ao presidente Bush pelos conservadores norte-americanos». «Não há conversações sem cedências recíprocas», sublinhou, afirmando que «nunca cedências da nossa parte puseram em perigo os interesses nacionais do Estado Soviético».

O marechal Iazov, suplente do B.P. e ministro da Defesa da URSS, que defendeu no Congresso a resolução, por meios políticos, da questão da garantia da segurança na era espacial, fez uma intervenção no mesmo sentido que Zaikov. Mas deteve-se nas consequências positivas do desarmamento já encetado. «A diminuição da confrontação», disse, «e o aprofundamento de tendências positivas no desenvolvimento mundial, abrirão perspectivas reais para a realização de uma profunda reforma militar».

Recordando a decisão da URSS de diminuir, entre 1989 e 1991, os efectivos das FA's em 500 mil homens, o marechal revelou que já 300 mil foram abatidos aos efectivos. Haverá também reduções nos blindados - menos 10 mil tanques -, nos sistemas de artilharia - menos 8500 -, e nos aviões de combate - menos 820. Até Dezembro do ano passado a URSS retirou dos países do Tratado de Varsóvia 500 ogivas nucleares. E até meados do próximo ano prevê-se a retirada das tropas soviéticas da Checoslováquia e da Hungria. Até ao final do ano em curso sairão da Mongólia. Na RDA vão permanecer por enquanto.

O marechal, que falou ainda sobre a reconversão de empresas de produção militar (que abrange mais de 400 empresas do complexo de defesa e 100 empresas civis), sublinhou a redução havida no orçamento militar, que este ano foi de 6300 milhões de rublos (-8,2%). Iazov falou ainda dos problemas internos das FA's, condenando os casos de deserção e a fuga ao cumprimento do serviço militar, declarando-se partidário de um exército popular, regular e de quadros, e internacionalista (no sentido da integração de elementos de todas as nacionalidades da URSS).

Iazov foi, porém, o último dos dirigentes do Bureau Político a tomarem a palavra antes de o Congresso reunir por secções na quinta-feira passada. Entre dele vários outros intervieram e aqui vamos deixando o que

de mais significativo nos pareceu, numa série morna. Mas foi no terceiro dia dos trabalhos que, inesperadamente, as coisas aqueceram. Ligatchov subiu à tribuna.

Dizemos inesperadamente porque esta figura, muito contestada em algumas zonas do PCUS e desacreditada por muitos órgãos de imprensa, recebeu afinal um caloroso acolhimento. Mas as coisas não são tão simples. De facto, no primeiro dia, Ligatchov fora eleito com uma margem relativamente pequena (2233 votos a favor e 1968 contra e 149 abstenções) para a presidência da Comissão de Agricultura.

Ele próprio afirmou: «A minha posição, aberta e sem compromissos em relação ao verdadeiro socialismo e ao lugar e papel do Partido, e a minha coerência, fizeram com que eu fosse colocado no centro da luta política, tendo-me sido atribuídas as qualidades de um conservador e de elemento virado contra a *Perestroika*. Foi jogado tudo, inclusive as calúnias e acusações terríveis. E não foi fácil para mim manter-me de pé. Ouvem-se com frequência vozes a favor da paz civil e da fraternidade partidária. Sou a favor. Mas, como se obedecendo a algum comando, emitidas por algum centro, continuam as intrigas orientadas pelo princípio: Quem não está connosco é contra nós».

«Também agora se fazem esforços para denegrir todos os comunistas da Rússia e para atacar o exército. Não estou a ver nenhuma alternativa à *Perestroika* nem à renovação da sociedade e, junto convosco, tento dedicar-lhe todas as minhas energias e experiência. Não me incluo nem no grupo dos conservadores nem nos radicais. Sou pura e simplesmente um realista, apoio reformas consequentes e graduais, o que não significa lentas. O principal é levar à *Perestroika* à prática».

Ligatchov, que é também membro do Secretariado, falou também nos problemas do trabalho daquele organismo executivo. «A deficiência principal», disse, «residiu em que no trabalho com os quadros, os comités do Partido, o Secretariado e as Secções do Comité Central não se basearam suficientemente em opiniões e propostas dos militantes de base e dos colectivos de trabalho. Os dirigentes eram nomeados e exone-

rados por iniciativa superior. O Secretariado não aproveitou todas as possibilidades criadas pelo aperfeiçoamento do estilo e dos métodos de trabalho das organizações do Partido, inclusivamente do aparelho do CC».

Desviou-se por vezes para a solução de problemas económicos. A seguir ao plenário de Setembro de 1988 - constituídas as Comissões do CC - foi interrompido por muito tempo o trabalho do Secretariado, que passou a reunir mais esporadicamente. Foi o tempo das possibilidades perdidas. O Secretariado tem de ser um órgão permanente, que se dedique às questões actuais da vida do Partido, tendo em conta as novas exigências e envolvendo na actividade os membros do CC, os comunistas».

Falando depois sobre questões económicas, Ligatchov começou por referir-se à situação de atraso na agricultura. Com uma crítica e ao mesmo tempo autocrítica: «Não conseguimos convencer o Governo, o Soviète Supremo e a Direcção do país da necessidade de se dar prioridade ao campo. Se a situação continuar assim, o problema alimentar tornar-se-á muito mais agudo e crítico».

Ligatchov deteve-se ainda na questão da propriedade, sublinhando que «a propriedade social faz unir, e a propriedade privada desunir os interesses dos homens», provocando esta «uma diferenciação social». Lembrando os objectivos da *Perestroika* - aproveitar de forma mais plena as potencialidades do Socialismo -, perguntou: «Será que a venda de empresas para mãos privadas contribui para a revelação das capacidades do regime socialista? Caro que não. Não me convence também o uso de uma nova categoria: a «propriedade privada laboral». O tipo de propriedade não é uma táctica é uma estratégia».

Mais adiante, falando dos tipos de propriedade, dos valores gerais da humanidade e dos valores socialistas, afirmou: «penso que os valores socialistas integram plenamente os valores gerais da humanidade».

O debate estava assim aceso. Mas Ligatchov deitou mais algumas achas na fogueira.

«Também é incorrecto darmos por esquecida a posição de classe. É por isso que surge a opinião de que não tem importância a composição de classe dos soviètes de deputados do povo. E daí a subestimação do movimento operário e camponês».

Continuando a ser polémico, Ligatchov afirmou:

«No nosso país há forças que lutam contra o socialismo e contra o Partido Comunista. Estas forças agem enérgica e impetuosamente, e têm grande influência em alguns meios de comunicação social. Aplaudem o que visa a desagregação do socialismo do nosso país e minar o Partido. E qualificam de acções de forças conservadoras tudo aquilo que visa a renovação e o reforço do socialismo».

«Ultimamente», disse a concluir, «fala-se de que a *Perestroika* se vai desenvolver tanto com o Partido como sem ele. Não sou dessa opinião. É só com o Partido como Partido de vanguarda que nos será possível avançar pelo caminho da renovação socialista. Sem o Partido dos comunistas, a *Perestroika* não terá hipóteses. Confio em que o PCUS continuará a ser um Partido

marxista-leninista, uma força política vital, profundamente democrática, que integra as melhores forças intelectuais da classe operária, do campesinato e da intelectualidade».

Os aplausos que saudaram esta intervenção duraram longos minutos, impedindo mesmo o presidente da sessão de anunciar o próximo orador. O que não aconteceria dias depois, com a intervenção de Ieltsine.

Ameaças

Ieltsine, situado politicamente no PCUS no campo oposto a Ligatchov, interveio nos debates na sexta-feira passada, já depois do trabalho por secções em que o Congresso usou um dia. O Presidente do Soviète Supremo da Rússia e membro da «Plataforma Democrática» foi ouvido com atenção, mas o seu discurso teve um acolhimento frio. Apesar de a sua Plataforma ter no Congresso apoio suficiente para fazer-se ouvir e para se defrontar com a que foi aprovada pelo Comité Central, não pareceu reunir à sua volta forças suficientes entre os delegados para disputar a liderança do Partido ou impor uma política no seio do PCUS. O apoio eleitoral de que disfrutava na população, porém, torna-o uma força de peso e foi em tom de queixa, primeiro, e de ameaça depois, que Ieltsine se dirigiu ao Congresso:

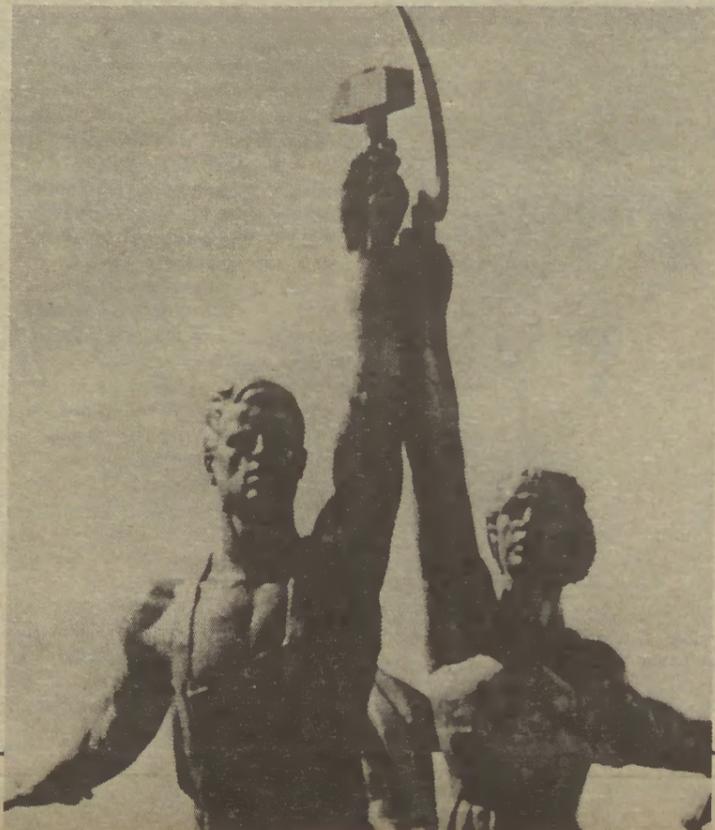
«As forças conservadoras, que estavam a jogar à defesa», disse, «passaram à ofensiva, tendo iniciado uma luta contra a reforma económica que, apesar de ser ainda muito tímida, representa uma ameaça real ao poder do Partido. Os últimos anos vieram demonstrar que não se conseguiu neutralizar essas forças no Partido». «O Bureau Político não se atreveu a aceitar a única forma correcta, nas condições da *Perestroika*, de eleição dos delegados - eleição democrática de todas as plataformas e grupos independentes de antigas estruturas do Partido. É por isso que a questão principal que se discute no Congresso não é a *Perestroika* nem a das vias do seu desenvolvimento. O que se coloca neste Congresso é o destino do próprio PCUS».

Ele interrogou: «Irá conseguir o aparelho do PCUS as forças para aceitar mudanças? Irá aproveitar a última oportunidade que lhe apresenta este Congresso? Ou o aparelho, sob a pressão da realidade política, procede à reestruturação radical do Partido, ou se agarra a formas condenadas, continuando em oposição ao povo e à *Perestroika*. Se assim for», advertiu, «os representantes do aparelho serão expulsos inevitavelmente de todos os órgãos do poder. Tal Partido não só não se manterá como Partido de vanguarda, como deixará de ter representantes nos Soviètes. Existe alguma outra saída?».

Ieltsine responde à própria questão. E exprime o seu modo de ver:

«Existe, embora difícil e complexa. Num estado democrático é inevitável a implantação do pluripartidarismo. No nosso país formam-se gradualmente diferentes partidos políticos. É necessária uma renovação radical do PCUS. Qual o processo de modernização do Partido?»

O orador apontou várias medidas. A primeira seria o registo de todas as Plataformas existentes no PCUS, havendo que «dar tempo a cada comunista de definir as suas posições políticas. Estou certo», afirmou, «de que a maioria dos comunistas de base relaciona o futuro do Partido com a ala democrática».





Gorbachov eleito secretário-geral

Como segunda medida, Ieltsine apontou a mudança de nome do PCUS para «Partido do Socialismo Democrático».

Em terceiro lugar, manifestou-se contrário a uma discussão, já neste Congresso, de Plataformas e Estatutos. «Deve-se aprovar apenas uma declaração geral sobre a transformação do PCUS e eleger uma nova Direcção capaz de preparar um novo Congresso do Partido a realizar dentro de meio ano ou um ano».

Não parece que alguma destas propostas vença aqui. Mas Ieltsine apontou uma quarta medida a tomar. Radical:

«O Partido», afirmou, «tem que se libertar de todas as funções do Estado. Devem liquidar-se todas as organizações de base nas Forças Armadas, órgãos de segurança estatal e instituições do Estado. Nas empresas, o destino das células do Partido terá de ser determinado pelos próprios colectivos de trabalhadores e membros do Partido. No novo partido ou União, os seus membros deverão pagar cotizações mínimas».

E concluiu: «É deste modo que surge um partido de tipo parlamentar. Só um partido deste tipo, com uma poderosa renovação da sociedade, poderá ser um partido dirigente, que ganhe as eleições na pessoa de uma ou outra das suas fracções».

Dois modos de ver

Entre os dois modos de ver o futuro do Partido, o seu papel na sociedade e nas condições da *Perestroika* - entre Ligatchov e Ieltsine -, vai um

abismo. Cheio, porém, de gente. As clivagens não se verificam apenas entre «conservadores», de um lado, e «radicais», do outro. O «centro» tem as suas próprias diferenças, de que a Plataforma do Comité Central pode ser o espelho, na medida em que parece já constituir um compromisso entre os fiéis ao marxismo-leninismo e os que apenas se referem à herança de Marx e Lênine. A diferença maior, entretanto, é entre essa larga faixa composta por apoiantes da Plataforma do CC e os que alinham nas teses da Plataforma Democrática.

Por entre as críticas ouvidas e a relativa ausência de propostas políticas concretas, sectoriais ou globais, muitos apelos à unidade se têm vindo a fazer notar. Reafirmando a posição de uma grande maioria que não está disposta à cisão do PCUS. E nestes últimos dias parece ter-se reforçado a posição de M. Gorbachov, o homem sobre quem recaem maiores responsabilidades, mas também o dirigente mais bem colocado para liderar um partido no seio do qual o processo de democratização se tem revelado tão complexo, onde ainda tantos procuram manter privilégios, onde muitos se esforçam no caminho da descaracterização ideológica, onde também o capitulacionismo já abriu brechas. Mas de um partido que não é apenas essencial à *Perestroika*, mas à própria estabilidade política do país.

Nos últimos dias, as decisões serão tomadas.

Não nos parece que este 28º Congresso do PCUS vá ser recordado como o Congresso da esperança readquirida. Mas será certamente o Congresso do consenso possível.

■ LM

Como já era de esperar - a surpresa foi sê-lo tão cedo pois os trabalhos do Congresso acabam hoje -, Gorbachov foi eleito secretário-geral do PCUS. Anteontem de manhã, dirigira-se aos delegados, fazendo o ponto da situação nos debates. Um discurso vigoroso em que reafirmou as linhas principais da sua política e no qual advertiu os opositores de que «não haverá regresso. Se queremos ser um partido de vanguarda», disse, «devemos provar com os nossos actos que temos direito a isso». Referiu-se também aos problemas actuais e às perspectivas. «Vivemos uma época completamente nova», sublinhou, aludindo ao virar do século.

O dirigente do PCUS abordou também algumas das causas da actual crise do Partido que, na sua opinião, têm a ver com a falta de vontade e a incompreensão de alguns perante os novos problemas que surgem. Precisou que o socialismo não é uma colecção de dogmas e que a ideologia se vai formando no desenvolvimento da sociedade, criticando intervenções de alguns delegados que vêm as coisas de modo simplista. O seu discurso teve algumas palavras contundentes para os seus opositores. Quem não pretender, no Estado, observar as directrizes

do Governo, peça a reforma. Em todo o Partido, de alto a baixo, devem trabalhar os apoiantes da *perestroika*.

O projecto de resolução política, que foi redigido na base da Plataforma do Comité Central, reuniu algumas contribuições vindas de outras plataformas. Mais de 157 emendas foram aceites, entre as 400 apresentadas. A opção socialista e a perspectiva comunista foi consagrada na Resolução, apesar da oposição da ala de Lissenko, da Plataforma Democrática. O documento, apresentado por Ivasko, foi aprovado por larga maioria: 3 654 votos contra 453.

Ainda anteontem, a Presidência do Congresso apresentara quatro candidaturas a secretário-geral: Gorbachov, Guzenko - 1º secretário da Ucrânia -, Ivasko, presidente do Soviete Supremo da Ucrânia, e Lobov, 2º secretário do PC da Arménia. Os delegados, que ouviram os três últimos candidatos, decidiram fazer propostas. Vários nomes se juntaram aos já propostos - Chevardnadze, Iakovlev, Avaliani, Bakatini, Stoliakov. Todos tomaram a palavra decidindo retirar-se da corrida. No final ficaram Gorbachov e Avaliani - um líder da greve dos mineiros do ano passado.

No fim do dia, depois da votação secreta, os resultados mostraram Gorbachov como vencedor. Com larga maioria, mas não sem oposição. Votaram a favor 3 411 delegados; contra, exprimiram-se 1 116. Quanto ao outro candidato, apenas conseguiu reunir 501 votos. Contra ele foram contados 4 026.

Gorbachov agradeceu a confiança do Congresso. E prometeu falar hoje, no final do Congresso.

Felicitações do PCP

Em nome do Comité Central do PCP e dos comunistas portugueses, Álvaro Cunhal enviou anteontem a Mikhail Gorbachov o seguinte telegrama de felicitações:

Prezado camarada M. Gorbachov, por motivo da sua reeleição para secretário-geral do Partido Comunista da União Soviética, os comunistas portugueses enviam-lhe calorosas e fraternais saudações e felicitações, fazendo votos de grandes êxitos do PCUS e dos povos soviéticos na realização da *perestroika* — na construção da sociedade socialista renovada e enriquecida pela experiência da vida, pela vontade do povo e pela acção do partido.

Pelo Comité Central do Partido Comunista Português, Álvaro Cunhal

Um debate acalorado

Já vos tinha falado na semana passada da dificuldade que a imprensa tem no acesso aos materiais e documentos do Congresso. Por exemplo, onde existe o projecto de Estatutos? É certo que se podem consultar os telexes do Centro de Imprensa, assistir aos *briefings* ao fim da tarde, ver no ecran, sem tradução, os delegados falarem acaloradamente, ouvir as palmas e as vaias a sublinhar as intervenções. Mas, não fora o precioso apoio de amigos moscovitas e nicles!, ficaríamos à mercê de curtos relatórios elaborados por quem escolhe o que há de comunicar à gente... da comunicação...

Por tudo isso, a visita acompanhada a uma das sessões do Congresso valeu, em certa medida, por vários quilos de papel. Papel que, por outro lado, é indispensável para saber mais a fundo o que se vai passando.

No vasto Palácio dos Congressos, no Kremlin, que pela primeira vez não fechou os seus jardins ao público durante os trabalhos de uma reunião deste tipo, o afã é muito, logo de manhã. O tom é cinzento nos fatos. Há fardas militares, não tantas quanto seria de prever. E, vindos dos confins da URSS, delegados ostentam nos vestuários os sinais de terras, culturas, costumes variados. Alguns delegados, apercebemo-nos, têm grande dificuldade em compreender a língua oficial. Ficamos sem saber como participam nos trabalhos.

Na enorme sala, onde os delegados se arrumam por repúblicas e regiões - cada delegação nacional ou regional tem um chefe que é, geralmente, o 1º secretário respectivo - é preciso procurar bem para detectar a presença de uma mulher. São muito poucas, e não demos conta de o seu número ter sido objecto de atenção no Relatório da Comissão de Mandatos. Gorbachov, no início dos trabalhos, aludiu à fraca representação feminina e solicitou a concordância dos delegados para a ideia da necessidade de colocar mais mulheres em lugares de responsabilidades. Foi saudado por uma estrondosa gargalhada. Como se tivesse dito uma piada saborosa. As mulheres sorriram amarelo...

As intervenções dos delegados dão para todos os gostos, e muitas delas não se integram na ordem de trabalhos, nem respeitam ao Relatório. Há um escritor

que recita versos na tribuna e faz um discurso irracional, defendendo a cultura russa que diz ter vindo a ser destruída. É Maximmov.

Um delegado operário, do Donetz, pede disciplina. «Quando não há disciplina, não há decisões», diz, apelando para a responsabilidade pessoal dos dirigentes. Afirma que apesar dos aplausos a Ligatchov, a responsabilidade também é dele. Critica a *perestroika* por «usar muitas palavras e não obter nenhuns resultados», por haver «muitos chefes e pouca ordem». Criticando os privilégios do Partido, Gavoronski, assim se chama, apela para que seja aumentado no Comité Central o número de «vulgares comunistas». Exprime a sua oposição à diminuição da quotização do Partido para menos de 2 por cento do salário - hoje é pouco mais -, contrariando as propostas nesse sentido da Plataforma Democrática. Afirma-se a favor de um apoio económico e financeiro à juventude, de apoio à ciência e à cultura, ao trabalho vigoroso para a resolução dos conflitos étnicos, à ligação do Partido ao Povo. Foi uma das poucas intervenções avançando medidas concretas que nos foi dado entender.

Quanto aos representantes das nacionalidades, os seus discursos têm sido muito sectorializados e voltados para dentro, o que se compreende, dados os problemas nacionais que se vivem hoje. Rubiks, da Letónia, criticou o separatismo e o Comité Central que não ajudou a resolver a tempo os problemas. Aplausos. Revela que na República se restaura hoje o capitalismo, que se criam organizações para-militares pró-fascistas e nacionalistas. Porque não reagiu o Bureau Político? Porque não reage o CC à restauração capitalista? Porque foi escolhido para ministro do Interior um homem que não é do Partido? Porque foram substituídos os chefes do KGB do Báltico? Porque é que entre os primeiro-ministros das repúblicas bálticas um veio dos Estados Unidos e outro da Austrália? Fortes aplausos saudaram a intervenção de Rubiks que afirmou o futuro do PC da Letónia.

Rutchinski, da Moldávia, afirma por seu lado que a crise não é da responsabilidade do Governo ou do Comité Central, mas consequência da transição que se vive. Denuncia as posições anticomunistas ocupadas pela Frente Popular da Moldávia, o que impede um pro-

cesso criador, e manifesta-se por um compromisso. Revela entretanto que funcionários do Partido tentam evitar a discussão aberta dos problemas. Declara-se favorável a maior autonomia das Repúblicas, sem saída da URSS. A maioria das intervenções das repúblicas manifestaram-se no mesmo sentido. Rijkov, o primeiro-ministro da URSS, porém, ao responder mais tarde às questões colocadas pelos delegados, afirmou que a Lituânia poderia, se quisesse, sair da União. «Respeitando a lei»...

Em redor dos delegados das repúblicas e de figuras proeminentes das plataformas, os jornalistas zumbiam que nem moscas. Foi assim que ouvimos o depoimento de Kaunas, 1º secretário do PC da Lituânia, que lamentou não se referir o Relatório do CC aos problemas da sua república. Afirmou-nos que no seu partido não há fracções e que o outro PC (Kasauskas) não é um partido comunista. Hoje «não há democracia, com o Sajudis no poder. É quase um fascismo», disse. «O jornal dos comunistas é proibido e tem de ser editado na Bielorrússia, enquanto que o Sajudis controla mais de 150 jornais e proibiu os comunistas de irem à TV»...

Noutro canto, ao intervalo da sessão, Lissenko, o jovem «coordenador» da Plataforma Democrática, acusava o Congresso de «estar contra a *perestroika*». E anunciava para o final uma declaração da «PD». Lamentava que «uma parte dos democratas não está pronta para dar combate aos conservadores».

Por seu lado, Buzgálin, da Plataforma Marxista, de Leninegrado, afirmava-se confiante no futuro da sua organização, que terá o apoio «em cima e em baixo», embora no Congresso apenas pense representar 3 por cento dos delegados.

Entretanto, ouve-se uma discussão acalorada num corredor. Os jornalistas aproximam-se rapidamente e alguns delegados também. O presidente do Soviete da Região de Leninegrado, Sobtchak, da Plataforma Democrática, berra com o presidente de um sovkhose. A gritaria sobe de tom e, à volta, os delegados investiam ambos os contendores. Ficamos a perceber que Sontchak diz ser necessário liquidar completamente o sistema de kolkhozes e sovkhoses. Kochin, seu interlocutor, que dirige um sovkhose em Tomsk, não está de acordo. ■



Acordo de Schengen A Europa para alguns cidadãos

Uma Europa dos cidadãos, sem fronteiras nem obstáculos à livre circulação de pessoas, é uma das promessas mais repetidamente acenadas pelos defensores do edifício comunitário em construção a um ritmo cada vez mais acelerado. Mas das palavras aos actos dista um abismo. E se é verdade que a Comunidade é cada vez mais um espaço de livre circulação de capitais, para os cidadãos o que se desenha é uma liberdade condicionada, um espaço vigiado onde a circulação se passará a fazer sob o olhar atento de um novo sistema de informações. Um processo que conheceu nos últimos tempos um desenvolvimento polémico com a assinatura do acordo de Schengen, em 19 de Junho último, por cinco Estados membros da Comunidade, e que alguns vêem como um *balão de ensaio* para o futuro mercado comum.

Para os signatários do acordo de Schengen - França, RFA (incluindo já a RDA), Bélgica, Holanda e Luxemburgo - a supressão das fronteiras entre eles «constitui uma etapa importante para a concretização da livre circulação de pessoas na Europa». Após a sua ratificação pelos respectivos Parlamentos, o que deverá ocorrer até meados de 1991, a convenção assegura a supressão dos controlos nas fronteiras internas dos cinco países e a implementação de uma série de medidas visando evitar que tal se traduza num aumento da insegurança. De acordo com o comunicado oficial, os Estados signatários afirmam que «a supressão do controlo de pessoas nas fronteiras comuns entre os Estados (...) será acompanhada duma transferência e harmonização dos controlos das fronteiras ditas externas (...). Simultaneamente, estão previstas as medidas necessárias para manter o nível de segurança indispensável e modernizar os meios de cooperação policial e judiciária. Este dispositivo é completado por um conjunto de garantias no domínio do direito de asilo e da protecção da vida privada face à utilização de ficheiros, que constituem um progresso significativo para a Europa dos cidadãos».

Para a Comissão Europeia, que acompanhou os debates para o acordo de Schengen com o estatuto de observador, este prova que a supressão dos controlos fronteiriços é possível. Numa declaração divulgada na altura, a Comissão sublinha que a «criação dum verdadeiro espaço sem controlos sobre as pessoas nas fronteiras internas representará uma etapa importante para os cidadãos não apenas dos países incluídos nos acordos de Schengen, mas igualmente para todos os cidadãos da Comunidade Europeia».

Para a Comissão, «o sucesso das negociações de Schengen demonstra que, quando estão reunidas a indispensável determinação política e a confiança mútua, os obstáculos mais difíceis podem ser ultrapassados e que os cidadãos podem beneficiar da livre circulação através das fronteiras, sem pôr em perigo outras liberdades fundamentais ou as políticas nacionais de luta contra a imigração ilegal, o terrorismo, o tráfico de drogas ou o crime organizado. Os parceiros de Schengen mostraram o caminho e a Comissão espera ver os resultados dos seus sucessos serem traduzidos numa aceleração dos trabalhos conduzidos pelos Doze com o mesmo objectivo, tal como foi definido pelos chefes de Estado e de governo em Estrasburgo, em 9 de Dezembro de 1989».

O manifesto entusiasmo da Comissão não foi partilhado pelo Parlamento Europeu que uma vez mais se considerou marginalizado num processo de particular importância para o futuro comunitário, desenvolvido à margem de qualquer controlo democrático quer por parte do PE quer dos Parlamentos nacionais.

Numa resolução sobre o acordo de Schengen e a Convenção sobre o direito de Asilo e o Estatuto de Refugiado do Grupo ad hoc para a Imigração (aprovada pelos Doze na recente cimeira de Dublin), o PE acusa a Comissão de não cumprir o seu dever de defender os interesses da Comunidade e de sonegar informa-

de circulação de pessoas a que os restantes sete poderão aderir mas não modificar.

Quer o acordo de Schengen quer a Convenção europeia sobre o direito de asilo, assinados com invulgar coordenação, rapidez e bastante secretismo, parecem ignorar o que para o Parlamento Europeu é uma evidência: que uma Europa dos cidadãos apenas poderá ser realizada se forem também integrados na política comunitária os mais de 8 milhões de trabalhadores migrantes que residem legalmente no território da comunidade há já várias gerações, e se as liberdades individuais não forem postas em causa.

Isso mesmo foi sublinhado pelos eurodeputados do PCP, Carlos Carvalhas e Barros Moura, ao intervirem sobre o acordo de Schengen e a convenção sobre o direito de asilo, respectivamente.

Para Carlos Carvalhas, a **dimensão social do desenvolvimento, a livre circulação dos trabalhadores e a coesão económica não podem ser subalternizadas na construção do mercado interno**. Segundo o secretário-geral adjunto do PCP, o acordo de Schengen, para além da falta de transparência, **ao fazer desaparecer as fronteiras internas dos Estados signatários para as transferir externamente**

do o problema dos que esperam decisão de vários países) não compensa a enorme injustiça subjacente às maiores possibilidades de recusa do asilo aos que o pedem. Na opinião daquele deputado, a prevista colaboração entre as autoridades policiais dos vários países da CEE, implicando troca de ficheiros com dados pessoais, **comporta riscos evidentes de limitações às liberdades pessoais, cívicas e políticas**. Como fez notar, a concentração dos pedidos de asilo num único país deveria dar lugar à harmonização das legislações dos vários países; no entanto, não é isso que sucede, pois havendo legisla-



Num momento em que o racismo e a xenofobia aumenta na Europa, o acordo de Schengen e a convenção sobre o direito de asilo criam novas dificuldades aos refugiados e aos trabalhadores migrantes

ções aos parlamentares europeus «numa questão delicada relacionada com os direitos humanos», o que constitui um «precedente perigoso».

Os europeus e os outros

Na verdade, o que está em causa com o convénio de Schengen é, por um lado, o alargamento dos poderes da polícia sem o respectivo controlo jurídico (incluindo a criação de um novo serviço de informações, o sistema informatizado de informações Schengen, «SIS») e a discriminação dos trabalhadores migrantes e, por outro lado, a definição por cinco países da Comunidade do sistema

Ora acontece que aqueles dois convénios não dão garantias de que tal esteja a ser levado em consideração. Ao organizar troca de informações, gerais e individuais, entre as polícias dos Estados membros; ao difundir informações confidenciais referentes à situação pessoal, no país de origem ou de proveniência dos que requerem asilo; ao prever a troca de informações referentes invocados pelos que requerem asilo e, eventualmente, às decisões tomadas relativamente aos seus pedidos, aqueles dois documentos constituem um atentado aos princípios definidos pela ONU em matéria de direito de asilo e arriscam, num momento de escalada do racismo e da xenofobia, transformar o «estrangeiro» num verdadeiro «bode expiatório» de todos os problemas nacionais.

criará novas dificuldades aos refugiados e aos trabalhadores migrantes, impondo-lhes restrições legislativas. Carlos Carvalhas criticou ainda o facto de nem os Parlamentos nacionais nem o Parlamento Europeu terem sido de algum modo associados às negociações e não terem **qualquer possibilidade de modificar o acordo de Schengen submetido à sua ratificação**.

Por seu turno, Barros Moura salientou na sua declaração sobre a convenção sobre o direito de asilo o facto de esta, contrariamente à reclamação do Parlamento Europeu, resultar numa **severa restrição à concessão de asilo aos refugiados políticos por parte dos Estados membros da CEE**. Para o eurodeputado do PCP, a **vantagem que se lhe atribui (exame dos pedidos de asilo por um único país, evitan-**

ções mais generosas do que outras, a harmonização não é feita com base na melhor lei. Esta a razão que levou a Dinamarca a não subscrever a convenção.

Para Barros Moura, a presente convenção confirma a **tendência para converter a CEE num espaço de liberdade de circulação para os mais ricos no seu interior, ao mesmo tempo que se fecha aos cidadãos originários dos países terceiros (vítimas da pobreza resultante de uma injusta ordem económica ou fugindo a horrores ditaduras) e limita o direito de residência e circulação dos cidadãos de alguns Estados membros**.

A famigerada «Europa dos cidadãos» que se perfila no horizonte parece ser afinal bem menos fraterna do que seria desejável. ■

Governo despreza a tropa e a soberania nacional

A Lei de Defesa Nacional e das Forças Armadas publicada em 11 de Dezembro de 1982 exigia, no seu Artigo N.º 74, que um ano depois fosse publicada a Lei de Bases da Condição Militar, instrumento legal intensamente aguardado pela sociedade castrense dadas as suas profundas implicações na redefinição do papel, estatuto e competências das Forças Armadas no Portugal democrático saído da Revolução do 25 de Abril; tal Lei só veio a ser aprovada o ano passado, sete anos depois do prazo a que estava obrigada... O mesmo se passou com o Estatuto dos Militares das Forças Armadas, finalmente aprovado em 24 de Janeiro passado mas emergindo de mais uma iniciativa autoritária do Governo do PSD, que o forjou e impôs sem qualquer debate no seio dos principais interessados — as Forças Armadas — sendo por isso alvo de contestação imediata na instituição militar; entretanto o PCP chamou este documento à ratificação, na Assembleia da República.

Este óbvio desprezo do Governo de Cavaco Silva por legislação essencial ao funcionamento das Forças Armadas e à definição de direitos e atribuições dos militares articula-se com uma também óbvia política governamental de subordinar o País e as suas Forças Armadas aos ditames da NATO e dos EUA, no quadro de uma política externa alinhada pelas teses mais agressivas e retrógradas do militarismo ocidental e subordinando a soberania e os interesses nacionais à estratégia dos «falcões» do Pentágono e derivados. Assim, enquanto o mundo se transforma rapidamente no sentido de configurar e concretizar um sistema de segurança colectiva, o Governo de Cavaco Silva prossegue uma política de desprezo interno pelos interesses e problemas da instituição militar e seus elementos, a par duma vergonhosa aquiescência externa aos ditames mais agressivos do imperialismo.

Os actuais problemas das Forças Armadas portuguesas têm duas vertentes fundamentais (embora, naturalmente, interligadas): uma eminentemente interna e estrutural, outra decorrente da política externa delineada pelo Governo. Começemos pela primeira.

Os antecedentes da crise e descontentamento que grassam e se avolumam entre a generalidade dos profissionais das Forças Armadas prende-se, genericamente, com a perda contínua de prestígio dos oficiais oriundos da Academia Militar, da ausência de reformas estruturais nas Forças Armadas e no serviço militar, no seu isolamento em relação à sociedade, na ausência de informação interna e externa sobre a instituição, no desinteresse cada vez maior do poder político pelas questões da Defesa Nacional, das Forças Armadas e dos militares, da desmotivação e sentimento de frustração dos oficiais e sargentos e na passividade das chefias militares, que se limitam a responsabilizar o poder político pela situação.

O desencanto e a insatisfação perante tudo isto têm tido expressão concreta em crescentes encontros e discussões de sargentos e oficiais, havendo exemplos particularmente agudos de descontentamento, como o que se refere ao estatuto remuneratório (onde as chefias militares são acusadas de apenas se baterem pelo seu próprio estatuto, esquecendo os restantes militares), a redução do Serviço Militar Obrigatório para quatro meses (anunciada sem que previamente houvessem sido elaborados quaisquer estudos, evidenciando claramente tratar-se de uma medida com fins eleitorais e com a instrumentalização das Forças Armadas com esse objectivo, havendo a convicção de que a adopção deste modelo conduzirá inevitavelmente à anulação do Exército), a forma demagógica e eleitoralista com que os militares têm sido utilizados no combate aos incêndios florestais e patrulhamentos de prevenção. Estas questões, a par de artigos sistemáticos na Imprensa em desfavor das Forças Ar-

são algumas das grandes questões que actualmente preocupam a sociedade castrense, que cada vez mais se movimenta em inequívoca expressão de desagrado.

A atitude do Governo tem sido entretanto, como já referimos, de manifesto desprezo por tudo isto, como o ilustra o atraso de sete anos na publicação da Lei de Bases da Condição Militar ou a imposição do Estatuto dos Militares com o mesmo atraso e sem ouvir os interessados.

«Atlântico» ou «europeu»? Portugues!

A par disto, o Governo de Cavaco Silva está a alinhar o nosso País e a subordinar as nossas Forças Armadas aos interesses e estratégias dos elementos mais agressivos do militarismo ocidental, ao arrepio de diversos países da CEE que procuram aproveitar as grandes alterações do mundo actual no sentido de concretizar um sistema de segurança colectiva, assente no desarmamento e desanuiamento progressivos.

O deputado comunista **João Amaral**, membro da Comissão de Defesa da Assembleia da República, denunciou isso mesmo em recente intervenção, acusando o Go-

verno de não querer «considerar no horizonte próximo da evolução da NATO a necessidade da dissolução concertada dos blocos, cooperando sem contestação nas medidas que visam manter a capacidade nuclear do bloco NATO/Estados Unidos na Europa», mantendo igualmente «uma atitude de benevolente empenhamento na construção do sistema militar da Comunidade Europeia», como resulta «da aceleração e concretização do processo de adesão de Portugal à UEO, para onde o Governo vai prestimosamente veiculando as posições dos EUA».

E João Amaral pormenoriza: «As consequências desta situação para Portugal e para a sua soberania têm sido calamitosas. Vimos a dizer, há muito tempo, mesmo aqui na Assembleia da República, que é o próprio sistema de forças e dispositivo das Forças Armadas portuguesas que vai sendo cada vez mais subordinado. Subordinado no sentido literal, isto é: colocado **sob as ordens** dos comandos NATO ou ao serviço, no caso de instalações, das Forças dos EUA. Não é altura — prosseguiu o deputado comunista — e não vale a pena analisar aqui a situação em todo o detalhe; fala-se muito das Lages, de Almodôvar, dos voos rasantes, dos exercícios de tiro em Alcochete. Fala-se menos da situação dos equipamentos e principais unidades das Forças Armadas portu-

guesas. No Exército, o mais bem equipado sistema de forças — a Primeira Brigada Mista Independente — é afectado a operações no Norte de Itália, operações que hoje carecem totalmente de sentido. As novas fragatas, cujo preço vai caminhar para os 200 milhões de contos, vão operar na esquadra NATO do Atlântico Norte; a Força Aérea está toda com o estatuto «NATO assigned» e para os novos F-16 prevê-se comando directo da NATO». E concluiu:

«Ao senhor Primeiro-Ministro, e por isso primeiro responsável da situação a que se chegou, cabe explicar ao País como compatibiliza este caminho de capitulação e alienação da soberania com a necessidade de afirmar a presença e autonomia de Portugal no quadro de uma nova Europa, segura, cooperante, auto-identificada nos valores humanistas». E ele próprio respondeu:

«Não compatibiliza, senhor Primeiro-Ministro! Portugal corredor de passagem, Portugal base aeronaval dos EUA e da NATO, Portugal subordinado, não é o Portugal necessário e imprescindível para enfrentar o desafio das integrações; senhor Primeiro-Ministro, há que mudar de caminho! A questão não é saber se Portugal é «atlântico» ou «europeu». A questão é de saber como é que Portugal, com a inserção geográfica e política que tem, há-de ser **português**». ■

O PCP e as Forças Armadas

No seu XIII Congresso (Extraordinário) o PCP abordou claramente as questões e os problemas das Forças Armadas portuguesas, avançando as suas posições de forma inequívoca e particularmente inovadora, como se pode ver por alguns extractos da sua Resolução Política, que passamos a transcrever:

«Nas Forças Armadas tem crescido o descontentamento e a desmotivação pela falta de transparência de numerosas decisões, designadamente quanto às promoções, colocações, remunerações, credenciais e à política de reequipamento e modernização. A política de governamentalização das Forças Armadas e das suas chefias, que se tem acentuado nos últimos tempos, tem motivado amplas e vigorosas expressões de descontentamento e contestação dos militares, em particular dos sargentos e alguns sectores da oficialidade e das praças do quadro permanente, confirmando o crescente isolamento político do Governo mesmo em áreas vitais do aparelho de Estado.»

(...) «A solidariedade e o apoio político dos partidos democráticos (designadamente na Assembleia da República) às justas reclamações nas Forças Armadas e nas forças de segurança reveste-se da maior importância para a garantia dos direitos constitucionais destas instituições do Estado, contribuindo para a defesa dos direitos, dignidade e valorização cívica dos seus membros, a criação de uma verdadeira

vontade nacional de pôr fim à política da direita.»

(...) «Quanto à política de defesa nacional, a aceleração das negociações para o desarmamento incluindo no território europeu e a evolução dos blocos político-militares tornam ainda mais urgente, necessário e exigível, uma revisão dos conceitos que a têm pautado. Caracterizada por uma acentuadíssima subordinação das missões das Forças Armadas e por uma crescente oneração do território a utilizações por parte dos Estados Unidos e da NATO, a situação actual deve cessar. Portugal está vitalmente interessado no progresso rápido de um sistema europeu de segurança colectiva no quadro da Conferência de Segurança e Cooperação Europeia. Na vertente militar, Portugal deve basear a sua política na defesa da independência e soberania do seu território continental e insular; com meios militares mínimos, suficientes e eficazes, que não constituam ameaça para terceiros e que visem utilizações exclusivamente nacionais; com um Serviço Militar Obrigatório reduzido, mas continuando a ser a base organizativa das Forças Armadas.»

E, na sua «Plataforma para uma alternativa democrática»:

(...) «A exigência de uma nova política de defesa nacional que garanta às Forças Armadas portuguesas uma capacidade defensiva suficiente que lhes permita a execução de missões efectivamente nacionais e a recusa do envolvimento do País em novos compromissos político-militares e do agravamento da subordinação das Forças Armadas portuguesas aos comandos da NATO.»



O retrato de uma política que acentua

Algo vai mal na política nacional se os ricos são cada vez mais ricos e os pobres permanecem pobres. Espelho fiel da realidade social, foi com esta premissa que os deputados comunistas partiram para o debate sobre política geral centrado no agravamento das desigualdades, realizado na semana finda, iniciativa do seu Grupo Parlamentar.

Dito de outro modo, tratava-se, no fundo, de avaliar qual o impacto que teve na vida das pessoas o real crescimento verificado nos últimos anos na economia portuguesa, cuidando de saber, simultaneamente, se se caminha ou não para uma sociedade mais justa e solidária.

Analisado o quadro presente, passadas que foram a pente fino áreas tão sensíveis como a qualidade do emprego e a segurança social, a habitação a juventude, o ensino, a saúde ou os transportes, as conclusões do debate não podiam ter sido mais esclarecedoras: a riqueza criada anda mal distribuída, as desigualdades acentuam-se.

Diagnóstico feito, para a bancada comunista, tratava-se ainda de determinar as causas da uma tal situação, de desafiar o Governo a procurar «remédios e soluções».

Quanto ao primeiro aspecto apurado ficou que as causas radicam «nas orientações ideológicas e de política do Governo», na sua concepção dominante de «Estado mínimo», o que num país como o nosso equivale a dizer, como frisou Carlos Brito, líder da bancada comunista, referindo-se ao segundo aspecto, que o Governo não tem soluções para os problemas sociais e que estes, a manter-se esta política, tenderão a agravar-se.

Daí que tenha partido ainda do Grupo Parlamentar do PCP, como assinalámos no último «Avante!», a iniciativa de propor soluções e medidas concretas que, do seu ponto de vista, permitiriam, se não resolver, pelo menos atenuar algumas das desigualdades mais gritantes de que hoje enferma a sociedade portuguesa.

É o retrato de algumas dessas desigualdades, levado ao debate pelos deputados do PCP, que a seguir deixamos.

A ostentação do luxo

«(...)

Estamos em época de crescimento económico. As publicações do Departamento Central de Planeamento sustentam que existiu um aumento de 5,4% no Produto Interno Bruto e um aumento de produtividade de 3,7%.

No plano dos valores a ostentação do luxo é promovida a um nível chocante a ampliada nos mass-media, fomenta-se a ideia do «yuppie», do homem de sucesso, o jovem empresário, a geração do «eu». No entanto, contra a corrente surgem estudos, estatísticas e declarações de personalidades e de instituições a demonstrar o surgimento de novas bolsas de pobreza.

O Governo, por opção ideológica e de classe, definiu a sua concepção de Estado mínimo. Privatiza as empresas e a terra, serviços de saúde e da Segurança Social. Afirma-se pelo primado absoluto do mercado e da livre concorrência. Desprotege quem devia ser protegido, nomeadamente na Segurança Social e na estabilidade do emprego, mas assume, como assumiu no Pacote Laboral na definição dos serviços mínimos nas greves dos transportes, na requisição civil, um carácter altamente intervencionista.

Com frequência usa a palavra solidariedade. E no entanto, face às sequelas da sua política e as medidas que toma, quase reduz a solidariedade à caridade!

Afinal menos Estado para quem? Melhor Estado para quem?

(...)

Em 1985 havia cerca de 360 mil trabalhadores com contrato a prazo. Em 1989 existiam mais de 600 mil. Ou seja cerca de 20% dos trabalhadores têm hoje um vínculo precário. E não está aqui contabilizado o número daqueles que têm trabalho clandestino, das crianças arrancadas das escolas, do trabalho a peça, do recibo verde, do trabalho ao domicílio, etc.

A precarização, que um toque de modernidade linguística o Governo adjectivou de «flexibilização», provoca no plano social, as desigualdades mais gritantes. O Governo desvaloriza o trabalho, dá-lhe a dimensão de mera mercadoria a ser paga pelo que produz e abaixo do valor que produz sem mais qualquer compensação, segurança e estabilidade.

(...)

Tem a maior gravidade social, moral e humana que milhares de crianças sejam obrigados a trabalhar. Crianças que nunca saberão o que é a escolaridade obrigatória ou o sucesso escolar. Que são sobre-exploradas, que não têm direito a uma infância que contribua para o seu normal desenvolvimento. Na nossa memória ficou registada a forma lapidar como o PSD caracterizou esta chaga social: «é uma questão de ganância dos pais e de alguns empresários».

(...)

No campo da educação e do ensino manifestam-se duramente as desigualdades sociais e desenvolve-se uma política que contribui para a sua acentuação, ao negar o acesso à educação e o sucesso educativo cada vez mais aos filhos dos trabalhadores e em geral aos jovens sem condições económicas para suportar os encargos que são exigidos por uma política privatizante, discriminatória, assente no princípio de quem quer o ensino paga-o.»

(...)

Jerónimo de Sousa

«Paisagem desoladora»

«O Senhor Ministro dos Transportes referiu-se à situação dos transportes incluindo em Lisboa. Com muita ligeireza e superficialidade, Senhor Ministro, com a ligeireza e superficialidade de

quem ignora e quer ignorar a situação dramática vivida nas grandes áreas metropolitanas. A saturação dos transportes, a degradação dos meios disponíveis, os bloqueios das redes viárias são só parte da situação geral que se vive na Área Metropolitana de Lisboa. O primeiro problema da Área Metropolitana de Lisboa está numa política que sacrifica as regiões, que condena os portugueses do interior a emigrarem para Lisboa. Não para viverem melhor, porque vêm para Lisboa viver em penosas circunstâncias, mas para obterem o salário que na terra não encontram. O segundo grande problema da Área Metropolitana está numa política governamental que favorece a especulação urbana e o lucro fácil, responsáveis por esta paisagem desoladora, pelos ghettos da periferia, pelas zonas verdes sacrificadas.

O terceiro grande problema está numa política governamental centralista, que sacrifica tudo e todos a interesses nem sempre confessados. Exemplos? A prioridade dada à auto-estrada do Estoril, construída desacompanhada das vias de cintura, não tem explicação do Ministério dos Transportes. Só um Ministério que tutele zonas de jogo e os grandes shoppings pode explicar tudo. Não é assim? O quarto problema está na degradação e sanha liquidacionista das empresas públicas, numa prática irracional, antieconómica e anti-social. O quinto problema está nas próprias orientações do modelo governamental, e que abundantemente caracterizamos.»

João Amaral

O difícil acesso à habitação

«Uma das primeiras medidas que o Governo tomou foi acabar com o crédito colectivo às cooperativas de habitação, obrigando-as a servir de meros intermediários vendedores, visto o cooperante ter de contrair individualmente o crédito junto das instituições bancárias especializadas.

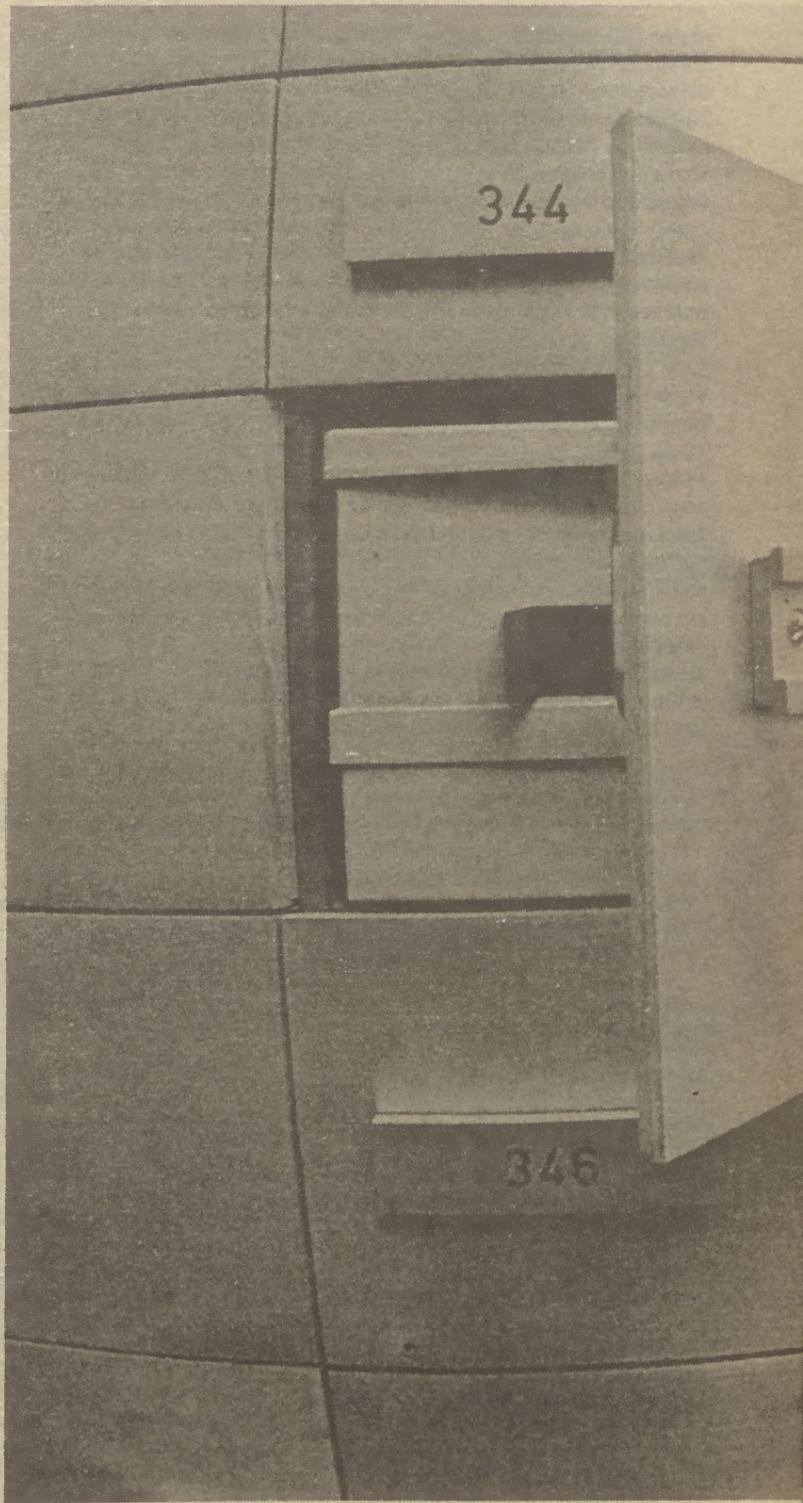
Com esta medida impediu a função social que aquelas praticavam, pois possibilitavam o acesso das camadas de recursos mais débeis à habitação, distorceu a composição social das mesmas, e desligou o cooperante da cooperativa.

(...)

«Mas não contente com este ataque ao ideal cooperativo, instituiu os célebres «plafonds» que retardam o financiamento da obra e que oneram extraordinariamente o custo dos fogos, obrigando muitos cooperadores a desistirem por falta de poder financeiro para suportar os juros decorrentes da paragem exigida pelos «plafonds».

Mas o verdadeiro retrato desta política está no reconhecimento oficial de no Concelho de Lisboa existirem 15 730 barracas onde se alojam 48 121 pessoas, reportando-se este número às barracas numeradas não englobando casas abarracadas que existem em núcleos como o Casal Ventoso, Tarujo e outros.

Nos bairros de rendas sociais,



aumentaram as rendas, em muitos casos, para mais de 1000%, e as rendas técnicas para valores que excedem os rendimentos das famílias que aí vivem.

(...)

Luís Roque

O combate às assimetrias regionais

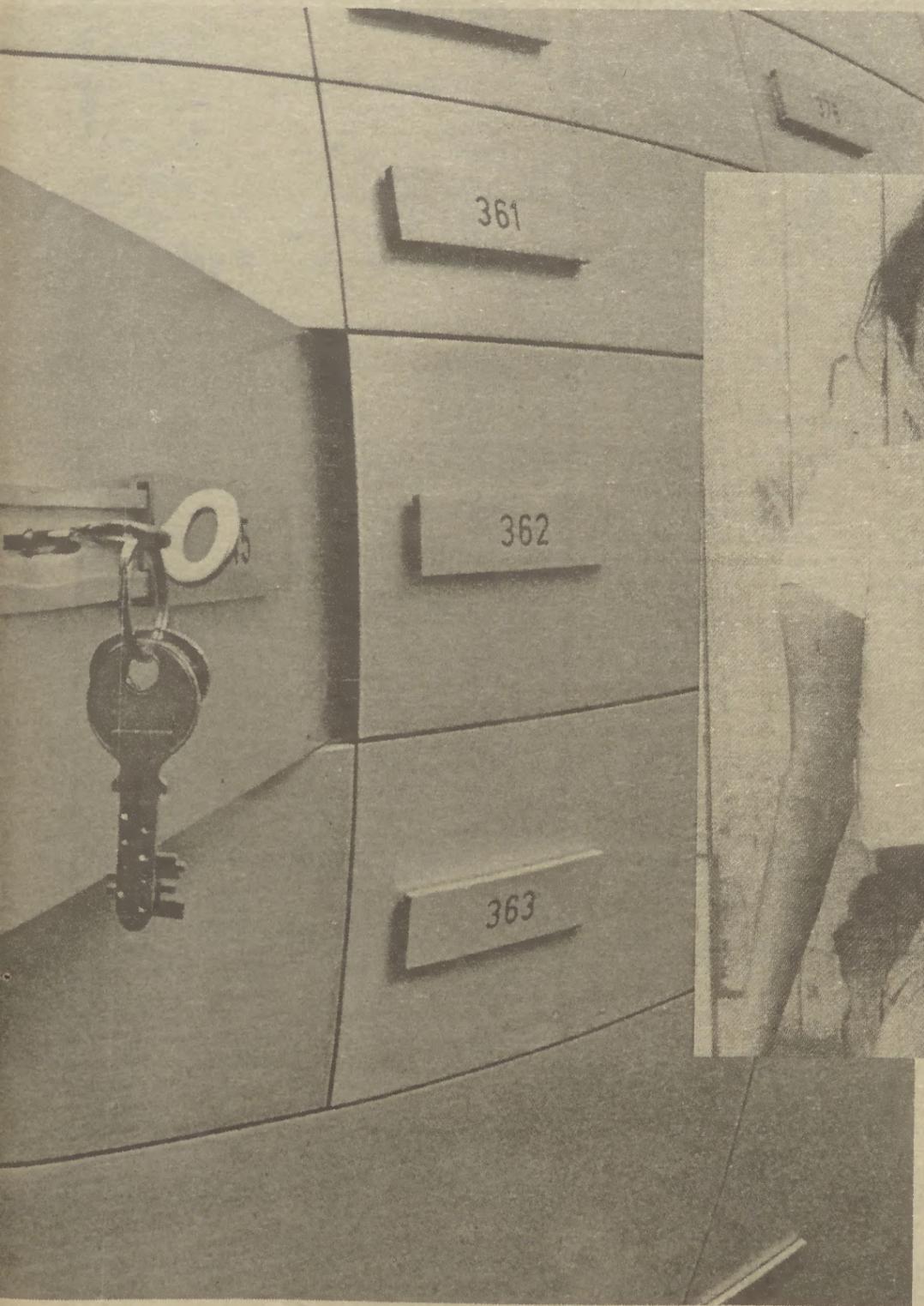
«O combate às desigualdades sociais e às assimetrias regionais exige que haja boas ligações a todas as regiões e zonas do País e meios de transporte a preços acessíveis nomeadamente para o transporte das populações de menores recursos económicos.

(...)

Mas a actuação do Governo nesta área tem sido profundamente contraditória, em particular no que se refere aos caminhos-de-ferro. Quando se impunha apostar no desenvolvimento regional e no reforço das ligações para o interior do País, o Governo e a CP encerram, sem critérios, linhas, ramais e estações de caminhos-de-ferro, de Norte a Sul de todo o interior do País. Só no início deste ano foram encerrados ao tráfego de passageiros 9 ramais ferroviários, a saber, Valença/Monção, Vila Real/Chaves, Amarante/Arcos de Baúlhe, Seruada/Viseu, Évora/Reguengos de Monsaraz, Évora/Estremoz/Vila Viçosa, Estremoz/Portalegre, Beja/Moura e o ramal de Sines, a acrescer à linha do Dão e ao troço Pocinho/Barca de Alva já anteriormente encerrados.

Estas medidas são acompanhadas da supressão de horários e encerramento de estações para férias em linhas e ramais ainda em funcio-

as desigualdades



do pelo nível do rendimento familiar, o grau de instrução e de saúde, a região onde nasce, o lugar onde se mora?

Como se poderá ficar indiferente quando a par de situações de gran-



ria dos casos com pensões baixíssimas, particularmente estes, vivem as agruras da pauperização:

— 68% auferem pensões iguais ou inferiores à mínima do regime geral;

— são 1 milhão e 496 mil reformados a receberem 17 contos ou menos por mês.

(...)

A política social deste Governo condensada na fórmula "Menos Estado melhor Estado" é a expressão de uma doutrina que negando a ideologia procura afinal impor ao Povo Português uma ideologia retrógrada, uma política de classe incompatível com os princípios constitucionais e projectos do 25 de Abril.»

(...)

Apolónia Teixeira

«Os frutos da desigualdade»

(...)

«A política económica do Governo português está subordinada a uma estratégia "comunitária" que procura, sobretudo a partir do meio da década de 80, diminuir o desemprego estatístico, ainda que à custa de uma evidente precarização do emprego; por outro lado, não obstante a afirmada intenção de se realizar uma convergência ao nível da CEE, a desconvergência real resistiria e, nalguns aspectos, agravar-se-ia. Entretanto, a dita "construção do mercado interno", com evidente atraso da dimensão social, obrigou à afirmação solene de uma Carta Social, que é socialmente indispensável tornar instrumento de uma política que, através da concretização de um programa de acção, no mínimo compense as desigualdades e as assimetrias que essa «construção» vai potenciando.

As últimas inormações estatísticas e previsões dos serviços da Comissão confirmavam a inflexão nos aumentos dos salários unitários reais, o que contribuía decisivamente para a recuperação da rentabilidade, mas confirmavam também o alargamento do fosso entre os salários dos países da CEE. De acordo com essas previsões, os salários reais por assalariado, de 1988 a 1990, subiriam 4,9% no conjunto da Comunidade e 1,6% em Portugal, calculada a deflação pelos preços no consumidor, e cresceriam 3,8% para os 12 e desceriam (!) 0,3% para Portugal, calculada a deflação pelos preços do PIB.

Daqui resulta que a evolução dos custos salariais unitários reais mostram Portugal como o país com maior "ajustamento estratégico", calculando-se que, para este ano, esses custos virão a ser quase 22% inferiores aos de 1980, enquanto a média do "ajustamento" do conjunto dos 12 ronda os 7,5%. Um excesso de zelo triplicado... à custa dos salários! Salários que, como todos sabemos e os assalariados vão sofrendo, eram, já em 1980, bastante inferiores aos "europeus" e, assim, cada vez o são mais.

(...)

Uma figueira brava não pode dar pêssegos. Uma economia que se baseia na exploração dos trabalhadores não dá outros frutos que não sejam os da desigualdade e da injustiça sociais.»

(...)

Sérgio Ribeiro

namento, o que leva a pressupor que estão a ser preparados novos encerramentos de vias, apesar dos protestos das autarquias e das populações atingidas. É que em geral não só não há alternativas válidas como está a ser posto em causa o próprio desenvolvimento regional.»

Ilda Figueiredo

Saúde: na cauda da Europa

(...)

Se quisermos resumir a concepção deste Governo acerca da saúde, poderemos afirmar que ele considera as instituições públicas de saúde como empresas a rentabilizar, os sectores e serviços potencialmente lucrativos como áreas a privatizar e os cidadãos como clientes para pagar.

Uma tal concepção é particularmente chocante numa área como é a da saúde em que o que está em jogo na lei da oferta e da procura é a vida e a morte e em que a doença passa a ser encarada como uma mercadoria sujeita à maximalização do lucro.

Neste quadro deixa de ter sentido o direito à protecção da saúde, que de uma forma cínica e brutal é institucionalmente substituído pela fórmula "quem quer saúde, paga-a" geradora de cada vez maiores distorções e desigualdades.

(...)

Esta sociedade que o Governo propõe para Portugal não é a que os portugueses querem. Os que iludidos votaram no PSD que vestia na altura a pele de cordeiro da justiça social, vêem hoje claramente que é a lei da alcaiteia o que este Governo lhes quer impor.

E no entanto, tudo poderia ser diferente. Se o crescimento do PIB foi

em 1989 de 5,4%, porque é que o orçamento da saúde não cresceu e apenas representa 3,5% do mesmo PIB? Porque é que continuamos a estar na cauda da Europa no que à saúde se refere quando havia possibilidades reais de elevar o nível e a qualidade dos serviços e dos profissionais?

É que se alguma coisa se tem feito, e é indiscutível que sim, não se tem feito o possível nem o mais adequado. Daí que também por esse motivo se criem novas injustiças e desigualdades.»

(...)

João Camilo

A dimensão da pobreza

(...)

«— Onde está a igualdade de oportunidades quando se é marca-

de opulência coexistem as de extrema pobreza?

(...)

Com forte incidência nas zonas urbanas, a pobreza permanente revela-se mais acentuadamente em grandes cidades como Lisboa e Porto. Atinge, por vezes, proporções dramáticas porque face às necessidades básicas de sobrevivência só resta para alguns como alternativa a mendicância ou mesmo a delinquência.

Esta situação longe de se atenuar tende a agravar-se dando lugar a novas formas de empobrecimento.

(...)

Segundo estudos de reconhecido mérito, cerca de 20% das famílias mais ricas dispõem de metade do rendimento nacional enquanto que os 20% mais pobres têm apenas cerca de 5% desse rendimento.

É um escândalo social Srs. Deputados, as grandes famílias são cada vez maiores e os pobres mais e mais pobres.

Hoje, no limiar da pobreza encontram-se as famílias afectadas pelo desemprego, as de baixos rendimentos designadamente na proximidade do salário mínimo nacional, as famílias monoparentais com apenas um salário ou pensão, os reformados e idosos na esmagadora maio-

Dissuasões

Segundo o «Expresso», da Cimeira NATO que terminou no final da semana passada em Londres saiu um comunicado onde esta «convida os países da Europa de Leste a assinar uma declaração conjunta afirmando solenemente que os dois grandes blocos militares — NATO e Pacto de Varsóvia — já não se consideram adversários e se coibirão, futuramente, de ameaçar com o uso da força. Mas a NATO declara também que quer manter uma estrutura defensiva convencional e nuclear que continue a operar como dissuasor ao uso da força». «Dissuasor» contra quem, já que o Pacto de Varsóvia passará a não ser considerado «um adversário»?!

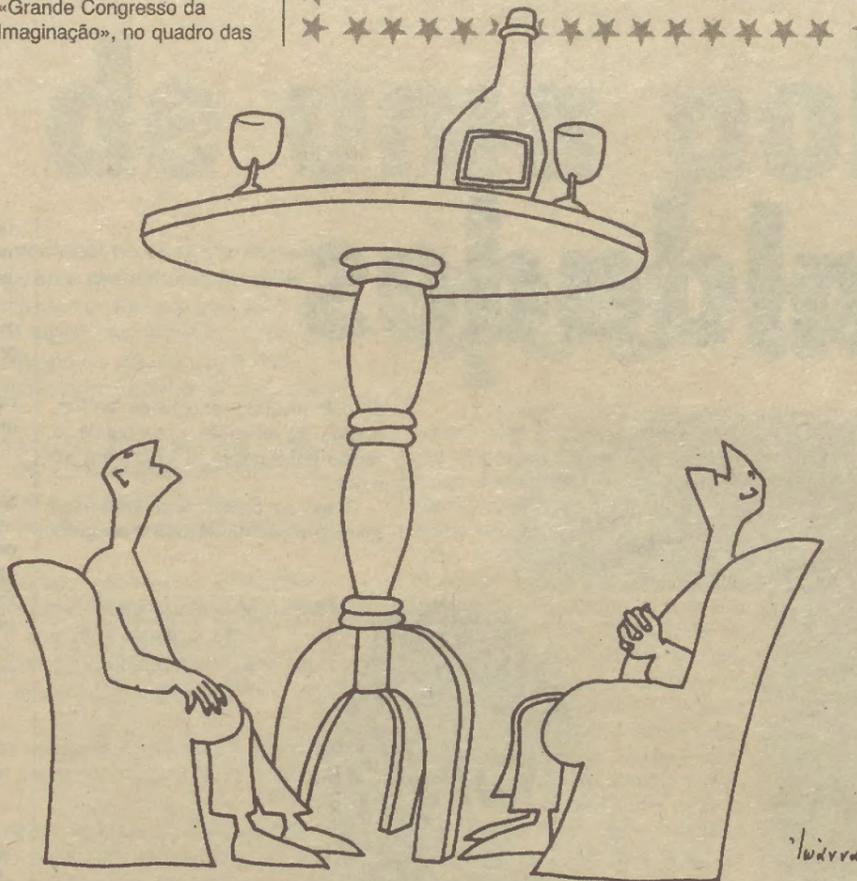
Anúncios

É sabido que a oferta e a procura tem as suas leis próprias, sendo também pacífico interpretar-se o aumento de uma como intimamente ligado ao destino da outra. Vem isto a propósito dos anúncios que pululam nos nossos jornais e onde fomos encontrar um dia destes, entre «doces massagens» e «beautiful girls» (assim mesmo, à americana) que ocupavam 90% das ofertas em presença, dois anúncios sobre dinheiro. Para emprestar, num caso a «bancários, funcionários públicos e equiparados», no outro dizendo que «através do seu automóvel, sem o vender, tê-lo-á rapidamente». Abstraindo a bizzaria do empréstimo só «para bancários e funcionários públicos» e a evidente hipoteca do automóvel no segundo caso, o panorama dos pequenos anúncios é transparente como água: toda a gente anda a correr, aflita, atrás de dinheiro, com os eternos sugadores a aproveitar-se da situação, «industrializando» um tipo de oferta que, pelos vistos, já não hesita perante nada e tudo aceita para «negociar» — sejam bens, corpos ou empregos.

Afinal a famosa «iniciativa privada» tão acarinhada pelo Governo sempre existe: aqui a temos em febril actividade, mostrando com o indesmentível peso dos factos que o executivo de Cavaco Silva também tem razão quando garante que andamos para aí a galopar todos, progresso fora.

Imaginações

A Secretaria de Estado da Cultura (SEC), dirigida por Pedro Santana Lopes, anunciou a realização de um «Grande Congresso da Imaginação», no quadro das



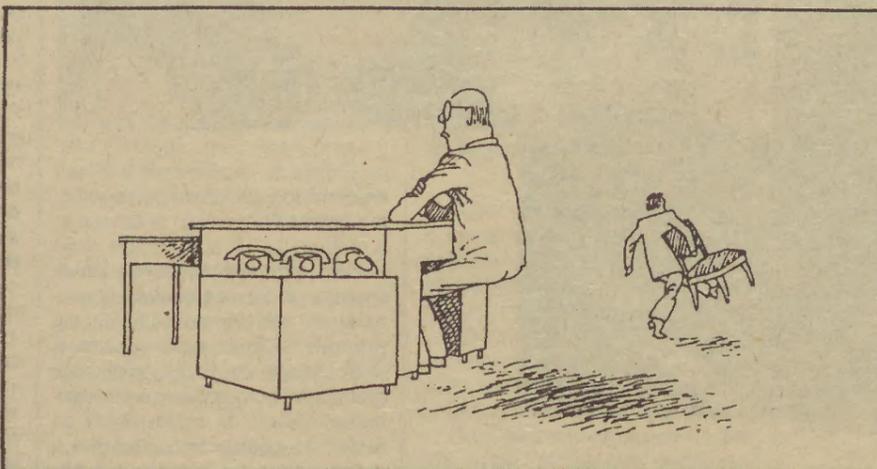
medidas sectoriais anunciadas para o próximo quadriénio. Isto pretende ser o corolário duma série de iniciativas (também a realizar) subordinadas ao tema «1990-1994: Cultura, anos de projecção», cujas se desenrolarão no âmbito do teatro e dança, cinema, promoção do livro e fotografia, das actividades da Direcção-Geral de Espectáculos e dos Direitos de Autor, das relações internacionais e comunidades europeias, da lei do mecenato, património e política da língua portuguesa. Do ponto de vista onomástico

a coisa tem o seu sainete, e por via disso Santana Lopes é capaz de vir a ser o mais ilustre participante do seu «Congresso da Imaginação»; quanto às promessas propriamente ditas, essas continuam com a mais confrangedora falta de originalidade...

Formações

Segundo Silva Penada, ministro do Emprego e Segurança Social, somos os «campeões» da formação profissional dado Portugal apresentar o maior número de programas de formação

profissional aprovados pela CEE. A novidade foi anunciada durante mais uma inevitável cerimónia onde, entre a pompa e a circunstância, se entregaram os diplomas aos melhores formandos dos cursos de formação profissional avançada de 1989 promovidos pelo Fundetec. Considerando o nosso atraso em relação aos restantes membros da Comunidade, mal seria que Portugal não apresentasse o maior índice de formação profissional. Resta agora saber se iremos também bater os máximos na criação... de empregos.



Pontos Cardeais

Gazetilha

por Ignotus Sum

Epigrama

— É um génio, este rapaz
(certo orador assegura).
Agarra no ouro — e zás!
Transforma-o em lata pura.

Eu sou telespectador
e digo entre dois arrotos:
— O Cavaco faz melhor:
pois transforma o ouro — em votos...

Carisma

Os laranjas, hoje em dia,
sofrem de desolação:
no topo da hierarquia
não tem carisma, o Falcão.

Passaram as vacas gordas
que a votação lhes trazia.
Sofrem mosquitos por cordas
os laranjas, hoje em dia.

Sofrem das carnaladas.
Sofrem de contestação.
Sofrem de esperanças rapadas
Sofrem de desolação.

O clima é de descrença
e enquanto a faca se afia
vai crescendo a desavença
no topo da hierarquia

Não tem alma, só tem cisma
Não tem o chefe razão
Governo não tem carisma
não tem carisma o Falcão...

Coincidência

Ferraz da Costa não gosta
de como se privatiza
Porquê? Diz Ferraz da Costa
porque assim se estrangeiriza.

Bom senso a bom porto faz
chegar quem não anda a esmo.
O poeta e o Ferraz
são quem são e pensam o mesmo...

Sal e pimenta

PSD ardendo em manha
como é seu natural
já se lançou na campanha
na campanha eleitoral

Quer andar lépido e lesto
e já estuda a sebenta
Pra escrever o manifesto
chamou o Carlos Pimenta...

Da TV se servirá
em força e por todo o lado.
Deste modo ficará
muito mais... apimentado...

Agenda /

Avante!

Ano 60 - Série VII

N.º 864

12 de Julho de 1990

4.º Caderno

Não pode ser vendido separadamente

Mercado-Festa nas Caldas

Habitual iniciativa da Comissão Concelhia das Caldas da Rainha no início do Verão, o **Mercado-Festa** vai realizar-se já neste próximo domingo no Parque das Merendas daquela cidade.

Ali vão mais uma vez ser oferecidos aos participantes produtos vindos da zona da Reforma Agrária e da região das Caldas, que podem ser comprados para o almoço-piquenique previsto ou para levar para casa.

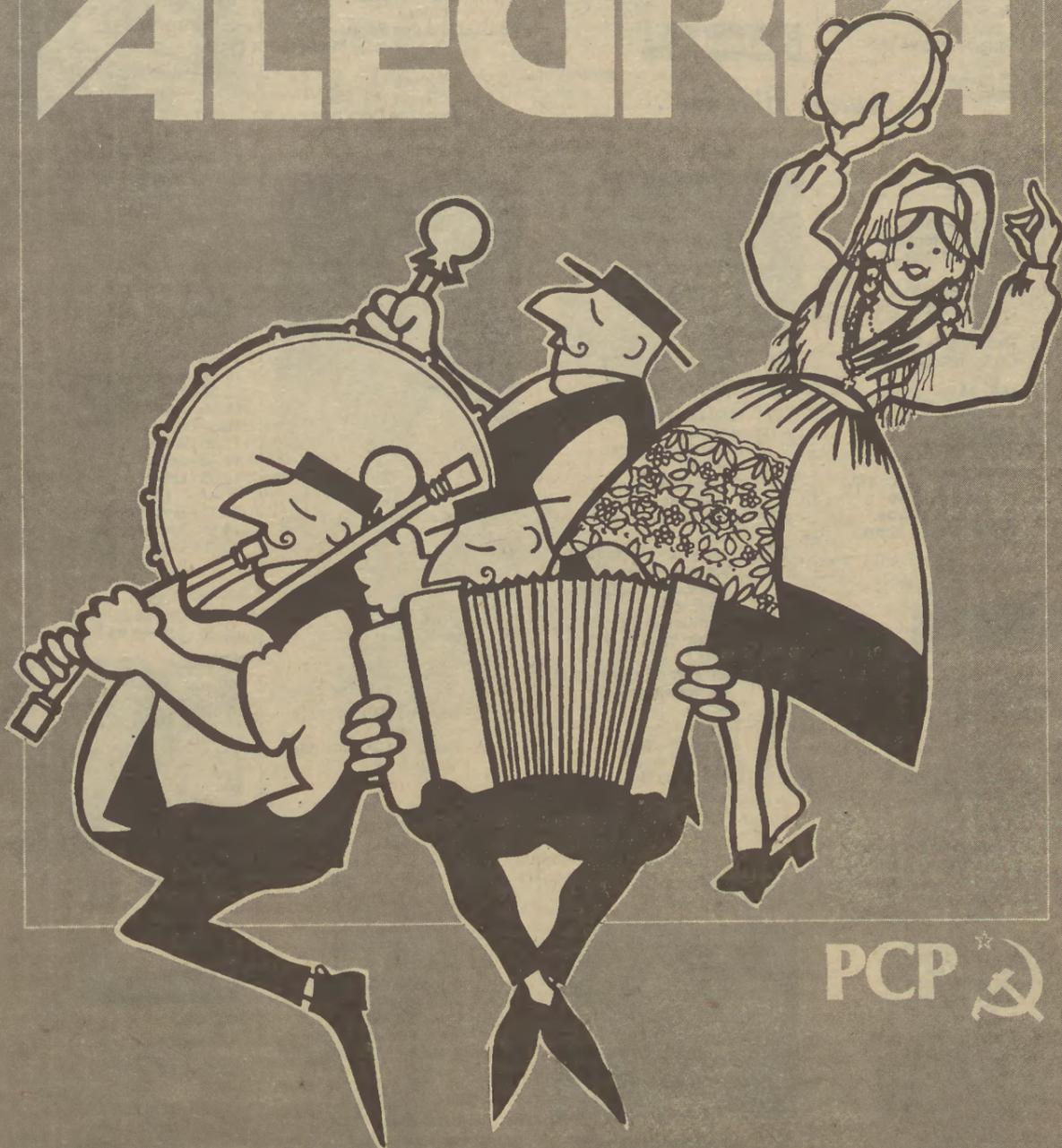
Haverá música, quermesse e um bar.

No convívio participa o camarada **Octávio Teixeira**, que fará uma intervenção sobre a situação política e as tarefas dos comunistas.

Convívio na Paiã

Uma outra iniciativa de convívio, esta promovida pela Direcção da Zona Ocidental de **Loures** e integrada na Campanha dos 150 mil contos para o terreno da Festa do «Avante!», é o piquenique que terá lugar no **Pinhal da Paiã** (Pontinha) a partir das 11 horas de domingo.

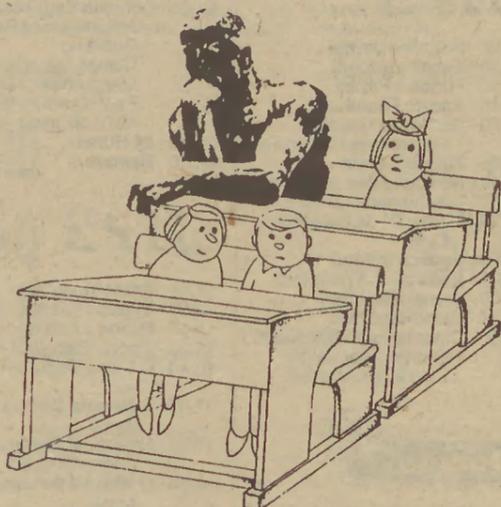
FESTA DA ALEGRIA



PCP

BRAGA 14.15
JULHO
PARQUE MUNICIPAL DE EXPOSIÇÕES

ANTOLOGIA



PETRUSHANSKI, Boris (URSS)

in «1.ª BIENAL INTERNACIONAL DE HUMOR»,
Gabrovo, Bulgária - 1973

...e na Atalaia,
com trabalho, construimos a

XIV
Festa
Avante!

TV **O Programa**

Quinta

RTP1

- 09.00 - Bom Dia
- 10.00 - As Dez (inclui «Os Marretinhas»)
- 12.05 - A Gata Comeu (46º epis.)
- 13.00 - Jornal da Tarde
- 13.30 - Um Anjo na Terra (50º epis.)
- 14.20 - Pescadores - Ilhavo
- 14.40 - Festival de Rock de Montreux (1ª parte)
- 15.40 - Desenhos Animados
- 16.00 - Derrick (22º epis.)
- 17.00 - O Mundo Animal (10º epis.)
- 17.25 - Brinca Brincando
- 18.30 - Os Marretinhas (7º epis.)
- 19.00 - Jogo de Cartas
- 19.30 - Telejornal
- 20.05 - Boletim Meteorológico
- 20.15 - Roda de Fogo (14º epis.)
- 21.15 - Um Espião no Purgatório (7º epis.)
- 22.10 - Os Soviéticos (últ. epis.)
- 23.15 - Murphy Brown (14º epis.)
- 23.50 - 24 Horas
- 00.20 - Remate

RTP2

- 14.00 - Primeiro Jornal
- 14.30 - Espaço Infantil
- 15.00 - Filhos e Filhas (509º epis.)
- 15.30 - Agora, Escolha!
- 16.50 - Os Centuriões (14º epis.)
- 17.15 - Retratos da Madeira
- 17.45 - Os Desafios da Lei (15º epis.)
- 18.35 - Meu Pé de Laranja Lima (146º epis.)
- 19.15 - Espaço Infantil
- 19.55 - Via Rápida
- 20.05 - Clássicos da TV - «Kung Fu» (últº epis.)
- 21.00 - Jornal das Nove
- 21.30 - Corrida de Toiros
- 23.45 - Universidade Aberta

Sexta

RTP1

- 09.00 - Bom Dia
- 10.00 - As Dez
- 12.05 - A Gata Comeu
- 13.00 - Jornal da Tarde
- 13.30 - Gloss (52º epis.)
- 14.20 - O Mar e a Terra
- 14.45 - Festival de Rock de Montreux (2ª parte)
- 15.50 - Desenhos Animados
- 16.10 - Os Amores de Napoleão e Josefina (2º epis.)
- 17.00 - O Mundo Animal
- 17.25 - Juntos e ao Vivo
- 18.30 - Os Marretinhas
- 19.00 - Jogo de Cartas
- 19.30 - Telejornal
- 20.05 - Boletim Meteorológico
- 20.15 - Roda de Fogo
- 21.15 - Wolf (série, 1º epis.)
- 23.30 - O Rosto da Notícia
- 00.35 - Chefe, Mas Pouco (22º epis.)
- 01.05 - 24 Horas
- 00.35 - Remate

01.50 - Pela Noite Dentro - «O Segundo Fôlego», real. Jean-Pierre Melville (Fr/1966, 155 min.)

RTP2

- 14.00 - Primeiro Jornal
- 14.30 - Espaço Infantil
- 14.55 - Filhos e Filhas
- 15.30 - Agora, Escolha!
- 16.50 - Heróis (10º epis.)
- 17.15 - Aventura do Silêncio
- 17.40 - Magazine Musical
- 18.10 - Zircus
- 18.45 - O Meu Pé de Laranja Lima
- 19.25 - Espaço Infantil
- 20.00 - Via Rápida
- 20.10 - As Cidades e as Terras
- 20.35 - Bucha e Estica (13º epis.)
- 21.00 - Jornal das Nove
- 21.30 - D. Belja (42º epis.)
- 23.00 - Rotações
- 24.00 - Haja Música
- 01.00 - Haja Música

Sábado

RTP1

09.00 - TV Rural



- 09.25 - Meu Querido Sábado
- 13.00 - Notícias
- 13.10 - Roxy Music Total Recall
- 14.00 - Os Espectaculares Records Guinness
- 14.30 - O Barco do Amor (8º epis.)
- 15.20 - Desenhos Animados
- 15.30 - Gala dos Pequenos Cantores da Figueira da Foz
- 17.15 - Vivamúsica
- 18.05 - Viagem Infinita (11º epis.)
- 19.10 - Nem o Pai Morre Nem a Gente Almoça (2º epis.)
- 19.45 - Totoloto
- 20.00 - Jornal de Sábado
- 21.30 - Poirot (8º epis.)
- 23.50 - Cinema da Mela Noite - «Debaixo do Cerco», real. Roger Young (EUA/1985, 146 min.)

RTP2



- 09.00 - Universidade Aberta
- 10.15 - Caminhos

- 10.50 - Zona Jazz
- 11.40 - Um Lar para os Animais
- 12.30 - Documentário
- 12.55 - Tauromaquia
- 13.20 - Cine-Sábado - «Nevada Smith», real. Henry Hathaway (EUA/1966, 125 min.)
- 15.30 - Estádio - Rescaldo do Campeonato do Mundo de Futebol
- 19.00 - Primeiro Jornal
- 21.15 - 101 Anos da Torre Eiffel
- 22.45 - Compacto «O Meu Pé de Laranja Lima»

Domingo

RTP1

- 09.00 - Domingão
- 11.30 - 70x7
- 12.00 - Missa
- 13.00 - Notícias
- 13.10 - Espaço 1999 (23º epis.)
- 14.00 - Oito e Oitenta (4º progr.)
- 15.20 - Gala dos Pequenos Cantores da Figueira da Foz
- 16.55 - Concurso 1, 2, 3
- 18.55 - McGyver (42º epis.)
- 20.00 - Jornal de Domingo
- 20.40 - Querido John (16º epis.)



- 21.20 - O Quinto Missil (série, 1º epis.)
- 22.05 - Domingo Desportivo

RTP2

- 09.00 - Música n'América
- 10.00 - Troféu
- 13.00 - Espaço Infantil
- 13.30 - Novos Horizontes
- 13.50 - Troféu
- 18.05 - Quem Sai aos Seus
- 18.30 - Imagem e Imagens
- 19.00 - Primeiro Jornal
- 19.15 - Teatro dos Sonhops
- 19.45 - A Bela e o Monstro (13º epis.)
- 20.35 - Cineclube - «Punição», real. Josef Von Sternberg (EUA/1935)
- 22.10 - Artes e Letras
- 23.00 - Lusitânia Expresso

Segunda

RTP1

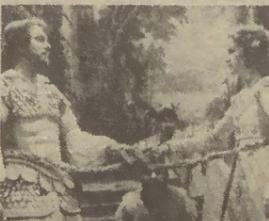
- 09.00 - Bom Dia
- 10.00 - As Dez
- 12.05 - A Gata Comeu
- 13.00 - Jornal da Tarde
- 13.30 - Sete Filhos (série, 1º epis.)
- 14.20 - A Água e a Vida (5º epis.)
- 14.45 - Festival de Rock de Montreux (3ª parte)
- 15.55 - Desenhos Animados
- 16.10 - Buck Rodgers no Séc. XXV (3º epis.)
- 17.00 - O Mundo Animal
- 17.25 - Brinca Brincando
- 18.30 - Os Marretinhas
- 19.00 - Jogo de Cartas
- 19.30 - Telejornal
- 20.00 - Boletim Meteorológico



- 20.15 - Roda de Fogo
- 21.15 - Jogos Sem Fronteiras
- 23.00 - Nos Bastidores da Notícia (6º e 7º epis.)
- 24.00 - 24 Horas
- 00.30 - Remate

RTP2

- 14.00 - Primeiro Jornal
- 14.30 - Espaço Infantil
- 15.00 - Filhos e Filhas
- 15.25 - Agora, Escolha!
- 16.50 - Fora de Horas
- 17.10 - A Irmã Kate (7º epis.)
- 17.45 - Lorient (3º epis.)
- 18.35 - O Meu Pé de Laranja Lima
- 19.15 - Espaço Infantil
- 19.50 - Via Rápida
- 20.00 - Clássicos da TV - «Ruas de S. Francisco» (série, 1º epis.)
- 21.00 - Jornal da Nove
- 21.30 - Acerto de Contas



- 22.00 - Ópera - «Orfeu», de Monteverdi

Terça

RTP1

- 09.00 - Bom Dia
- 10.00 - As Dez
- 12.05 - A Gata Comeu
- 13.00 - Jornal da Tarde
- 13.30 - Dallas
- 14.15 - Napoleão, Meu Amor
- 14.45 - Graham Parker in Concert
- 15.45 - Desenhos Animados
- 15.55 - Pais e Filhos (3º epis.)
- 17.00 - O Mundo Animal
- 17.30 - Brinca Brincando
- 18.30 - Os Marretinhas
- 19.00 - Jogo de Cartas
- 19.30 - Telejornal
- 20.15 - Roda de Fogo
- 21.15 - Clube dos Subscritores
- 21.45 - Primeira Página



- 22.50 - Saracen (série, 1º epis.)
- 23.55 - 24 Horas
- 00.25 - Remate

Filmes



- «O Segundo Fôlego» - 6ª, 00.50, RTP-1
- «Nevada Smith» - sáb., 13.20, RTP-2
- «Debaixo do Cerco» - sáb., 23.50, RTP-1
- «Punição» - dom., 20.35, RTP-2
- «Marvada Carne» - 3ª, 21.50, RTP-2
- «A Influência dos Raios Gama no Comportamento das Margaridas» - 4ª, 21.30, RTP-1

Ópera

- «Orfeu» - 2ª, 22.00, RTP-2

Música

- Quinta
- 14.40, RTP-1: Festival Rock de Montreux
- 19.55, RTP-2: Via Rápida

Sexta

- 14.45, RTP-1: Festival Rock de Montreux
- 17.40, RTP-2: Magazine Musical
- 20.00, RTP-2: Via Rápida
- 24.00, RTP-2: Haja Música

Sábado

- 13.10, RTP-1: Roxy Music
- 10.50, RTP-2: Zona Jazz
- 15.30, RTP-1: Gala dos Pequenos Cantores (Fig.Foz)
- 19.15, RTP-2: Canção de Coimbra Anos 80
- 22.30, RTP-1: World Music Awards 1990

Domingo

- 09.00, RTP-2: Música n'América

Segunda

- 14.50, RTP-1: Festival Rock de Montreux
- 19.55, RTP-2: Via Rápida

Terça

- 14.45, RTP-1: Graham Parker
- 19.55, RTP-2: Via Rápida

Quarta

- 14.50, RTP-1: Huey Lewis and The News
- 19.55, RTP-2: Via Rápida
- 23.15, RTP-2: António Pinho Vargas

Desporto

- Remate - RTP-1, 5ª (00.20), 6ª (01.35), 2ª (00.30), 3ª (00.25), 4ª (00.10)
- Domingo Desportivo - RTP-1, 22.05
- Troféu - RTP-2, dom., 10.00 e 13.50
- No rescaldo do Campeonato do Mundo de Futebol - RTP-2, sáb., 15.30

RTP2

- 14.00 - Primeiro Jornal
- 14.30 - Espaço Infantil
- 14.50 - Filhos e Filhas
- 15.15 - Agora, Escolha!
- 16.50 - Os Novos Caça-Fantasmas (34º epis.)
- 17.05 - Zircus, Zircus
- 17.45 - No Rasto dos Animais Selvagens (3º epis.)
- 18.30 - O Meu Pé de Laranja Lima
- 19.05 - Espaço Infantil
- 20.05 - Ruas de S. Francisco
- 21.00 - Jornal das Nove
- 21.30 - Cinemazine
- 21.50 - Cinemadois - «Marvada Carne», real. Andre Klotzel (Brasil/1985)

Quarta

RTP1

- 09.00 - Bom Dia
- 10.00 - As Dez
- 12.05 - A Gata Comeu
- 13.00 - Jornal da Tarde
- 13.30 - Clínica Geral (18º epis.)
- 14.20 - Estrada Larga (3º epis.)
- 14.50 - Huey Lewis and The News
- 15.50 - A Casa de Irene
- 16.15 - Acção em Miami (3º epis.)
- 17.05 - O Mundo Animal
- 17.30 - Brinca Brincando
- 18.30 - Os Marretinhas
- 19.00 - Jogo de Cartas
- 19.30 - Telejornal
- 20.05 - Boletim Meteorológico
- 20.15 - Roda de Fogo
- 22.10 - Telejornal

- 21.15 - Vamos Jogar no Totobola
- 21.35 - Lotação Esgotada - «A Influência dos Raios Gama no Comportamento das Margaridas», real. Paul Newman (EUA/1972, 97 min.)
- 23.40 - 24 Horas
- 00.10 - Remate

RTP2

- 14.00 - Primeiro Jornal
- 14.30 - Espaço Infantil
- 15.05 - Filhos e Filhas
- 15.20 - Agora, Escolha!
- 16.40 - O Liceu Degraçali (14º epis.)
- 17.05 - O Menino Doutor (8º epis.)
- 17.40 - National Geographic (série, 1º epis.)
- 18.45 - O Meu Pé de Laranja Lima
- 19.25 - Espaço Infantil
- 19.55 - Via Rápida
- 20.05 - Ruas de S. Francisco
- 21.00 - Jornal das Nove



- 21.30 - Van Gogh (3º epis.)
- 22.25 - Serviços Secretos Americanos (série, 1º epis.)
- 23.15 - Os 75 Anos de Beverly Hills

Teatro **O Cartaz**

LISBOA

Chapitô, Rua da Costa do Castelo, 7. 5ª, 6ª e sáb. às 21.30. Klássikus Kabaret, texto e encen. de Fernando Gomes.

Cinearte, Largo de Santos. De 3ª a 6ª às 21.30. O Baile, encen. Helder Costa, pelo grupo A Barraca.

Comuna, Pr. de Espanha. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às

17.00. **Sala Nova** - O Estrangeiro em Casa, de Richard Demarcy, encen. João Mota. **Sala Um** - Um Eléctrico Chamado Desejo, de Tennessee Williams, encen. João Mota.

Ritz Clube, Rua da Glória, 57. 6ª e sáb. às 22. **O Regresso de Bucha e Estica**, encen. Mário Viegas.

Teatro Aberto, Pç. Espanha. De 5ª a sáb.

às 21.45, dom. às 16. **Na Solidão dos Campos de Algodão**, de Bernard-Marie Koltés, enc. João Lourenço, pelo Novo Grupo (até 15/7).

Teatro Maria Vitória, Parque Mayer. De 3ª a dom. às 20.30 e às 23. **Vitória! Vitória!**, de H. Santana, F. Nicholson, A. Fraga, Nazareth Fernandes e Fernando Ribeiro.

Teatro Nacional D. Maria II - Sala Experimental, Rossio. De 3ª a sáb. às 21.30, sáb. e dom. às 16.00. **A Terceira Margem do Rio**, adapt. do texto de João Guimarães, encen. João Brites, pelo grupo O Bando.

Teatro Variedades, Parque Mayer. De 3ª a dom. às 16.00, dom. também às 21.00. **Os Meninos à Roda da Mamã**, enc. Francisco Nicholson.

Cinema A seleção

		David Lopes	M. M. Luz	Manuel Neves	Paulo Torres
A	Caçador Branco, Coração Negro	—	★★★★	—	★★★★
B	Cinema Paraíso	★★★	★★★	★★★	★★★
C	Crimes e Escapadelas	★★★★★	★★★★★	★★★★★	★★★★★
C	Sonhos	★★★★★	★★★★★	★★★★★	★★★★★

Classificação de ★ a ★★★★★

- A — Real. Clint Eastwood — Quarteto/1 (14.15, 16.30, 19, 21.45, 24) — Lisboa.
- B — Real. Giuseppe Tornatore — Plaza/1 (14.00, 16.30, 18.45, 21.30, 23.45) — Lisboa.
- C — Real. Woody Allen — Quarteto/3 (14.30, 17.00, 19.30, 21.45, 24.00) — Lisboa.
- E — Real. Akira Kurosawa — Apolo 70 (14, 16.30, 19, 21.30) — Quarteto/2 (14.30, 17, 19.30, 21.45, 24) — Lisboa.

...e ainda

Música, debates, etc.

Estrelas na Cinemateca

A primeira é Greta Garbo. Num curto ciclo, «Garbo doesn't talk» em filmes dos anos 20. Sempre às 21.30, hoje **The Temptress**, de Fred Niblo/1927; amanhã **Love** («Ana Karenina»), de Edmund Goulding/1927; sábado **The Kiss**, de Jacques Feyder (1929).

Outra estrela (esta tão esquecida) a homenagear é Paulette Godard, companheira de Charlie Chaplin no filme que se projecta na sexta-feira às 18.30: **O Grande Ditador**, realizado por Chaplin em 1940. Na segunda-feira, às 21.30, Paulette Godard volta à Cinemateca no filme de Jean Renoir **Diário de Uma Criada de Quarto**. Enfim, Rex Harrison. No decurso de um outro curto ciclo, que se inicia na quarta-feira às 21.30, em que serão exibidos filmes em que participa, realizados nos anos 40, 60 e 80.

Audiovisuais na Gulbenkian

Por iniciativa do Museu Gulbenkian vai

realizar-se na Sala de Conferências daquele Museu uma série de sessões de audiovisuais, que decorrerão até ao dia 20, de 3ª a 6ª feira, às 15 horas, com entrada livre.

O programa consta da projecção de uma série de 12 filmes sobre **História da Pintura Europeia**, produzida com a colaboração da National Gallery, de Londres.

Na semana em curso exibem-se: - 3ª - The Age of Rubens - 4ª - The Age of Rembrandt - 5ª - Baroque Painting in France and Italy - 6ª - The Melancholia of Pleasure (Antoine Watteau).

Concertos na Gulbenkian

Os **Concertos à Hora do Almoço** no CAM chegam ao fim por este ano neste fim-de-semana.

Hoje haverá um concerto em que participam o organista **João Vaz**, que executa obras de J.S. Bach e Carlos Seixas, entre outros, e o quinteto de sopro **Solistas de Lisboa**, com obras de Joly Braga Santos, Maria de Lourdes Martins e Darius Milhaud.

Finalmente, no sábado, em concerto

de encerramento, será ouvido o **Coro de Câmara Sintagma Musicum**, que interpreta obras de Bruckner, Brahms, Mendelssohn, Ravel.

Este concertos têm sempre início às 13 horas, na Sala Polivalente do CAM e a entrada é livre.

Homenagem a Freitas Branco

O maestro e compositor **Luis de Freitas Branco** é homenageado na passagem do centenário do seu nascimento com um concerto integralmente preenchido com obras suas, a realizar hoje às 21.30 no **Tivoli**.

Com direcção do maestro **Manuel Ivo Cruz**, são intérpretes o **Coro e a Orquestra do TNSC** e os solistas **Elsa Saque, Manuela Castani, Carlos Guilherme, Jorge Vaz de Carvalho**.

Jazz Estoril

O **Jazz num dia de Verão** divide-se este ano por duas séries, com a participação de um total de 5 formações musicais. Nos primeiros concertos (sexta e sábado próximos) actuam:

- sábado às 21.30 e 23.30 - **Quarteto de Marcus Roberts**;

- domingo, às mesmas horas - **Harper Brothers**.

Estes primeiros concertos, assim como o que está anunciado para dia 26, realizam-se no cinema do **Casino Estoril**. Os restantes (nos dias 27 e 28 de Julho), no **Parque de Palmela**, em Cascais.

Festivais de Música

No Teatro da Academia, em Almada, realiza-se no sábado às 21.30 o primeiro concerto do **10º Festival de Música dos Capuchos**, iniciativa anual da Câmara Municipal de Almada, que este ano se prolonga até ao fim de Agosto e vai decorrer em várias salas - de Almada mas também de Lisboa e Setúbal.

Neste primeiro concerto estará o **Opus Ensemble** com o espectáculo «Rio de La Plata». Artista convidado: **Juan José Mosallini** (bandoneon).

Outro festival prestes a ter início é o da **Costa do Estoril - 16ª edição**, no âmbito do qual se realizam no dia 15, domingo, dois concertos: pelo **Quarteto com Piano de Moscovo** - no Hotel

Palácio do Estoril às 17.30, e pela **Orquestra de Câmara da Comunidade Europeia**, com Britten, Mozart, Grieg e Haydn no programa - no Auditório da Associação Industrial Portuguesa, às 21.30.

O **XII Festival Internacional de Música da Costa Verde** também tem início neste fim-de-semana. O concerto inaugural (no Casino da Póvoa do Varzim) conta com a participação da **Orquestra Sinfónica do Porto**. Obras de Honnegger, Mozart e R. Strauss.

Entretanto, chega ao fim o **Festival de Sintra**. Para encerramento desta 25ª edição, realiza-se no domingo, às 21.30, um recital de piano por **Sequeira Costa**. É às 21.30, no Palácio Nacional de Queluz.

Geldof e Xutos no Campo Pequeno

Com um concerto no **Campo Pequeno** com **Bob Geldof** e os **Xutos e Pontapés** tem início «Lisboa 90 - Espectáculos de Verão», uma nova etapa do programa de animação cultural da Câmara Municipal de Lisboa. Às 22 horas.

Exposições

LISSBOA

Angela Ferreira - Escultura em madeira. Centro de Arte Moderna, Rua Nicolau Bettencourt. 4ª e sáb. das 14 às 19.30, restantes dias das 10 às 17 (fechada 2ª).

Arte Contemporânea de Moçambique - colectiva de 9 artistas moçambicanos. Galeria Barata, Av. de Roma, 11-A.

Azulejos do Metro - colectiva. Museu do Azulejo, Rua Madre de Deus, 4. De 3ª a dom. das 10 às 12.30 e das 14 às 17.

No Centenário da Morte de D. Luís - A sua vida e a sua época, em exposição evocativa de que fazem parte peças raramente expostas, designadamente as jóias da Coroa e obras de arte da colecção pessoal do rei. Palácio Nacional da Ajuda, Calçada da Ajuda. De 3ª a dom. das 10 às 17 (até Setembro).

Clara d'Ovar - Tapeçaria. Voz do Operário, Rua da Voz do Operário, 13. De 2ª a 6ª das 14.30 às 20, sáb. das 15 às 19 (até 21/7).

Colectiva - Pintura de Augusto Barros, Gracinda Candeias, Jean Miotte, Roland

teiro - Instalação. Museu de Mineralogia e Geologia, Rua da Escola Politécnica, 58. De 2ª a sáb. das 13 às 20 (até 14/7).

A Fotografia Actual em França («Escolha de 3 críticos»). Centro de Arte Moderna, Rua Nicolau Bettencourt. 4ª e sáb. das 14 às 19.30, restantes dias das 10 às 17 (fechada 2ª).

Helena Moura - Pintura. Galeria João Hogan, Rua da Voz do Operário, 13. De 2ª a 6ª das 14.30 às 20, sáb. das 15 às 19 (até 21/7).

Isabel Laginhas - Pintura. Altamira, Rua Filipe Folque, 48-A (até 16/7).

«O Jazz em França: dos anos vinte aos nossos dias» - documental. Instituto Franco-Português, Av. Luís Bivar, 91 (até 27/7).

Jochen Gerz - «Foto-textos 1988-90». Módulo, Calçada dos Mestres, 34-B. De 2ª a sáb. das 16 às 20 (até 21/7).

Júlio Pomar - «Pomar/Brasil», pintura e desenho. Centro de Arte Moderna, Rua Nicolau Bettencourt. 4ª e sáb. das 14 às 19.30, restantes dias das 10 às 17 (fechada 2ª).



Fernando Carvalho

Restauração AGORA SIM

às 19.30, 3ª a sáb. das 10.30 às 13 e das 15 às 19.30.

Pintura soviética no tempo da Perestroika - colectiva. Galeria Liberdade 190, s/c Esq. (prolongada até 20/7).

Rocha Mendes - Fotografia. Instituto Franco-Português, Av. Luís Bivar, 91 (até 27/7).

Rogério Ribeiro - Pintura. Galeria Nasoni, Av. Columbano Bordalo Pinheiro, 9. De 2ª a 6ª das 10.30 às 13 e das 15 às 19.30, sáb. das 15 às 19.30.

Saldanha da Gama - Pintura e desenho. Gravura, Trav. do Sequeiro, 4, r/c.

Um Século de Electricidade. Galeria Monumental, Campo Mártires da Pátria, 101. De 3ª a dom. das 15 às 20 (até 30/7).

Tapeçaria do Séc. XVI - Galeria do Rei D. Luís, Palácio Nacional da Ajuda, Calçada da Ajuda. De 3ª a dom. das 10 às 17.

Thomas Ianelli - Pintura. Galeria Zen, Campo Grande, 111 (até 28/7).

Vitor Ribeiro - Aguarelas. Mãe d'Água das Amoreiras, Praça das Amoreiras, 10.

«A Alfândega do Porto e o Despacho Aduaneiro» - documentos originais (sécs. XII-XIX), pinturas, gravuras. Casa do Infante, Rua da Alfândega, 8. De 2ª a 6ª das 14.30 às 17.30, sáb. e dom. das 14.30 às 19.30.

Isabel Moniz - Pintura. Módulo, Av. Boavista, 854. De 2ª a sáb. das 16 às 20 (até 26/7).

José Barrias - Esculturas e desenhos; **Cerâmicas dos Antigos Povos da Amazônia**. Cooperativa Arvore, Rua Azevedo Albuquerque, 1. De 2ª a 6ª das 9 às 23.30, sáb. das 15 às 19 e das 21.30 às 23.30.

Pedro Tudela - Pintura. Galeria Atlântica, Rua Galeria Paris, 67. De 2ª a sáb. das 15 às 19.30.

OUTRAS LOCALIDADES

Manuel Cargaleiro - Pintura, desenho e azulejos. Galeria Municipal de Almada, Av. Nuno Álvares Pereira, 74-A. De 3ª a dom. das 15 às 22 (até 19/7).

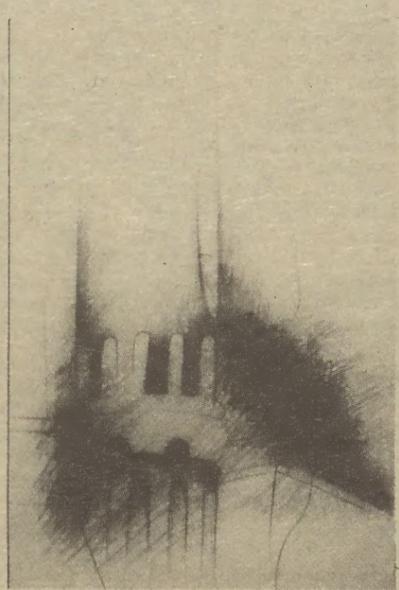
Ilda Pombeira - Pintura e desenho. Galeria da Casa Museu dos Patudos, das 14 às 17.30 (até 12/8) ALPIRÇA

Pedro Chorão Ramalho - Pintura. Galeria de Colares, Rua Fria, 2 (até 22/7) COLARES

Henrique Pichel - Pintura. Galeria Múltiplo, Centro Comercial Solmar (até 27/7) ESPINHO

Jovens Artistas Portugueses - Colectiva de pintura, escultura e cerâmica. Galeria Arcada, Arcadas do Parque (até 30/7) ESTORIL

Fernando Carvalho - Pintura. Agora Sim, Rua Alvaro Luz, 19. Pintura Portuguesa 1842-1979 (da colecção do Museu Nacional de Arte Contemporânea). Galeria de Exposições. Temporárias do Palácio Nacional de Queluz. De 4ª a 2ª das 10 às 13 e das 14 às 17 QUELUS



Ilda Pombeira

Bouvier, Tomás Mateus. Galeria Triângulo 48, Av. D. Vasco da Gama, 48-A. De 3ª a sáb. das 14 às 20 (até 28/7).

Colectiva de Arte Moderna. Galeria Miron, R. do Mirante, 14, r/c, Esq. De 2ª a sáb. das 15 às 20 (até 31/7).

Colectiva de Gravura - gravuras e serigrafias de 150 autores. Espaço Ditec, Av. Igreja, 46-A. De 2ª a sáb. das 10 às 13 e das 14.30 às 19.30.

Colectiva de Pintura («A natureza-morta é um revivalismo?»). Galeria Artebruta, Rua do Século, 104-114. De 2ª a 6ª das 10 às 13.30 e das 15 às 19.30, sáb. das 10 às 13.30.

Daniel Blaufuks - Fotografia. Ether, R. Rodrigo da Fonseca, 25. De 3ª a sáb. das 15 às 20 (até 30/7).

Fernanda Fraga - Pintura. Galeria Ara, CC Libersil-ij 48, Av. Liberdade, 38. De 2ª a 6ª das 10 às 22, sáb. e dom. das 12 às 22 (até 17/7).

Paulo Cardoso - Pintura. Gal. S. Mamede, R. Escola Politécnica, 167. 2ª das 15

Luís Camacho - Pintura e escultura. Galeria Valentim de Carvalho, Palácio Alcáçovas, Rua Cruz dos Poiais, 111. De 2ª a 6ª das 11 às 13 e das 15 às 19, sáb. das 15 às 19 (até 31/7).

Miguel Barbosa - Pintura. Galeria DN, R. António Maria Cardoso, 41. De 2ª a 6ª das 10 às 19 (até 17/7).

«90 Anos de Arte Moderna Portuguesa» (colectiva). Galeria de S. Bento, Rua do Machado, 1. De 2ª a sáb. das 11 às 13 e das 15 às 20.

Oskar Pinto Lobo - Pintura; **Dorita Castel-Branco** - Escultura. Galeria Ara, CC Libersil-ij 48, Av. Liberdade, 38. De 2ª a 6ª das 10 às 22, sáb. e dom. das 12 às 22 (até 17/7).

Paulo Cardoso - Pintura. Gal. S. Mamede, R. Escola Politécnica, 167. 2ª das 15

5 a 20 Julho 1990



PROGRAMA

ALMADA VELHA

Quinta, 12, 22.30h. P. Cerca	LA NIC A WET de Isabelle Lamouline e Alain Mebroux	THÉÂTRE DE BANLIEUE	Bruxelas, Bélgica
Sexta, 13, 22h. P. Cerca	A ESTALAJADEIRA, de Goldoni	CDIAG	Loures
Sábado, 14, 16h. T. Municipal	OS TRÉS CHAPEUS ALTOS, de Miguel Mihura	INTERVALO	Algés
Sábado, 14, 22h. P. Cerca	SALADA, textos de palhaços	TEATRO DA CORNUCÓPIA	Lisboa
Domingo, 15, 16h. T. Municipal	FELICIDADE E ERVA-DOCE, de Peter Shaffer	C. T. DE ALMADA	Almada
Domingo, 15, 22.30h. P. Cerca	ODE MARÍTIMA, de Álvaro de Campos	JOÃO GROSSO	Lisboa
Segunda, 16, 22h. P. Cerca	MARGARIDA DO MONTE, de Marcelino Mesquita	A BARRACA	Lisboa
Terça, 17, 22h. Incrível	PLATONOV, de Tchekov	TEUC	Coimbra
Quarta, 18, 22h. Incrível	TRISTE ANIMAL, de Javier Maqua	COLECTIVO MARGEN	Oviedo, Espanha
Quinta, 19, 21h. Incrível	CONCERTO REGIE SINFONIA		Porto
Quinta, 19, 22.30h. P. Cerca	A CASTRO, de António Ferreira	TEATRO IBÉRICO	Lisboa
Sexta, 20, 21h. Pátio	REDOBLANDO, teatro de rua	COLECTIVO MARGEN	Oviedo, Espanha
Sexta, 20, 22.30h. P. Cerca	AMOR A QUANTO OBRIGAS	C. T. DE ALMADA	Almada

de Gil Vicente - Adaptação de Virgílio Martinho

As representações têm lugar no PALÁCIO DA CERCA, INCRÍVEL ALMADENSE, TEATRO MUNICIPAL DE ALMADA E PÁTIO DO PRIOR DO CRATO

Assinaturas e Bilhetes à venda no Teatro Municipal de Almada. Tel.: 275 21 75 • 275 65 67

Exposição documental do Homenageado da VII Festa - o cenógrafo **MÁRIO ALBERTO**

Exposições de Artes Plásticas. Animação de Rua. Feira de Artesanato

Tempo Fim de Semana



Sábado: Céu pouco nublado (muito nublado durante a madrugada e manhã no litoral Oeste), pequena descida de temperatura. Domingo: Céu geralmente pouco nublado, vento fraco a moderado de Oeste.

(Previsão do Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica)

a TV

Sobre a Reforma Agrária

De vez em quando, a televisão portuguesa fala da Reforma Agrária. Até, devo confessá-lo, parece fazê-lo com algum carinho, com algum sentimento e compreensão pela sua necessidade histórica.

Então, por ela, ficamos sabendo como a Reforma Agrária contribui para o enraizamento do amor pátrio, para a fixação das populações à terra, para o enriquecimento do país, em geral, e da pessoa humana em particular.

Ficamos a saber como é injusto e perigoso o latifúndio. E como é condenável, ao nível do profano e do sagrado. Como, na luta pela sua conquista, se irmanam cidadãos das mais diversas ideologias e religiões, uns invocando as leis da História, outros invocando a lei de Deus, todos invocando o interesse da comunidade.

E recordam-se os nomes dos seus heróis. E glorificam-se os nomes dos seus mártires. E canta-se a epopeia dos povos no caminho da sua libertação.

Maravilhoso, de facto. Ah, mas já me esquecia de um pormenor: a Reforma Agrária de que, por vezes, se fala na televisão é a Reforma Agrária da América Latina, em particular a do Brasil.

A cortina de chumbo

E da Reforma Agrária portuguesa? Aqui, a coisa fia mais fino. Aqui, a RTP faz descer uma cortina de chumbo.

Silêncio. Silêncio sobre o que foi lavrado, semeado, produzido. Silêncio sobre o mato que cedeu o lugar ao trigo, sobre o sequeiro que virou regadio, sobre a monocultura que se desdobrou em várias produções. E foram as novas condições de vida. As relações humanizadas. A velhice protegida. As crianças em seus jardins e infantários. Os espaços verdes e arborizados. As lagoas úteis e de recreio. O pão mais repartido. O futuro mais participado. A prepotência do agrário (seus cães, seus polícias, seu chicote...), os dias inseguros e as noites doentes - tudo isso não passava de um pesadelo a que o 25 de Abril viera pôr cobro.

Tudo a RTP silenciou, ao longo dos anos. Como silenciou os atropelos e os crimes que sobre a Reforma Agrária se foram praticando, as dificuldades que lhe levantaram, os incentivos que não havia, os auxílios que não vieram, os mercados que lhe fecharam, os produtos que não lhe escoaram - as armadilhas, as violações, as sabotagens. Tudo o que se conseguiu foi ao preço do muito suor. Tudo saiu do corpo e da alma dos trabalhadores. E apesar de todos os obstáculos, a produção aumentou - novas sementeiras, novas artes, novas máquinas...

Para lembrar o silêncio da RTP, apenas este pormenor: o programa mais antigo da televisão, a **TV Rural** do palavroso Veloso, nem **uma única vez** se referiu à Reforma Agrária!

Emigração: o genocídio anunciado

Na emissão de despedida de **Parlamento**, por acaso, foi da Reforma Agrária portuguesa que se falou.

Intervieram os deputados Lino de Carvalho, do PCP; Basílio Horta, do CDS; Silva Marques, do PSD.

Do que acima se disse quanto à forma como os sucessivos governos trataram a Reforma Agrária deu igualmente conta Lino de Carvalho que se referiu à situação existente:

«O governo tem-se limitado a liquidar a Reforma Agrária, a devolver as terras aos grandes agrários, sem os obrigar à sua exploração.

«Logo, onde existia produção, com as cooperativas, onde existia emprego, tudo se modificou. Liquidaram-se as formas existentes de exploração, a produção baixou.

«Esta é a situação que se vive actualmente: o empobrecimento, o despovoamento, a emigração, o desemprego. E por que é que isto se dá? Por que não se dava há uns anos atrás? Exactamente porque foram destruídas as bases da dinâmica social criadas com a Reforma Agrária».

Irefutável. As terras foram retiradas das mãos dos trabalhadores - e ficaram pura e simplesmente abandonadas. A eucaliptização avançou. E a resposta ao trabalho e ao amor dos trabalhadores e das populações foi... a desertificação.

O Alentejo possuía todas as condições para ser o trunfo decisivo para a conquista da independência alimentar do nosso país. Cavaco e seus pares acham que é mais prático e mais cómodo importar 75 por cento do que consumimos...

Belezas da estratégia económica...

«O sentido da responsabilidade...»

O matamouros Silva Marques refuta (sem refutar...) a argumentação de Lino de Carvalho. Ele acha, por exemplo, que a questão do desemprego é uma falsa questão - para logo depois admitir que, de facto **alguns** vão ficar desempregados. Mas tudo vai melhorar, com a **estabilidade** no Alentejo...

Em que se funda ele? Ele profundamente «acredita no sentido da responsabilidade dos reservatórios...»

É um amigo. Um anjinho. Tem lugar certo no Paraíso. Depois de tantos séculos de experiência na acção maléfica, depois dos extremos de pobreza a que os agrários conduziram o Alentejo, inclusive depois da experiência das **sesmarias** há 400 anos, ele ainda **acredita!**...

Grande fé. Grande alma. Grande anedota.

■ **Ulisses**

Síntese semanal da IMPRENSA

Le Pen, o Tolerado

Le Pen e um grupo de deputados da extrema-direita de países da CEE estiveram em Portugal. Os protestos choveram a cântaros vindos dos mais dispareos quadrantes. O Governo também se demarcou da iniciativa. Mas tolerou-a.

Negros, meus criados

«Exp. — Foi acusado de racista, anti-semita, nazi... Defende, definitivamente, a separação das raças?»

L.P. — Isso é uma loucura total. Se visitar a Frente, em Paris, será recebido por uma senhora negra. Se for a minha casa, vê que os meus criados são negros. O que somos é contra a política de emigração do Terceiro Mundo — pensamos que é prejudicial e perigosa para o nosso país.

Exp. — Qual é o retrato que faz de si mesmo, da sua personalidade?

L.P. — Jean Marie Le Pen é um filho do povo. Nasci numa casa cujo chão era de terra batida, não tínhamos água nem electricidade. O meu pai era pescador e a minha mãe era camponesa. O meu pai morreu pela França — durante a guerra foi resistente. Por isso, digo a todos aqueles que falam de nazismo, de luta contra o nazismo, que o nazismo morreu. E eu próprio lutei contra o nazismo quando ele existia. Sou dirigente de um movimento popular de direita. Há trinta e cinco anos que sou deputado e, desde então, tenho-me apresentado a todas as eleições. Nunca fui condenado por violação da segurança interna ou externa do Estado. Sou republicano e democrata de direita.

Exp. — Quem o apoia financeiramente nas eleições?

L.P. — Nós, só nós. Somos pobres, mas suportamo-nos a nós próprios.

Exp. — E qual é a personalidade-tipo dos seus eleitores? São os extremistas?

L.P. — Quais extremistas? Nas eleições presidenciais, obtive quatro milhões e meio de votos. Acha que há quatro milhões e meio de extremistas? Temos gente de todas as categorias sociais, desde almirantes reformados a estivadores.»

(«Expresso», 7 de Julho)

Em 1958...

«Minha querida amiga: bem sei que não é coisa de que te possas lembrar, mas em 30 de Março de 1958 bateram-se em duelo, num jardim da periferia de Paris, o marquês Georges de Cuevas e o coreógrafo russo Serge Lifar. O primeiro tinha ultrapassado os 70 anos já há algum tempo e o segundo, apesar de mais jovem, não lhe ficava muito atrás. Eram amigos de toda a vida e juntos tinham assumido a sucessão de Serge de Diaghilev e da sua Companhia de Ballets Russos.»

(...)

«As testemunhas de Lifar — dois velhos russos brancos — chegaram pontualmente ao

culo com um sorriso depreciativo nos lábios. E dando meia volta, cuspiu: «Ah, estes imigrantes! Serão sempre os mesmos!»

Conto-te tudo isto, minha querida amiga, porque embora tenham passado 30 anos, *monsieur Le Pen* continua a pensar exactamente o mesmo de todo aquele que não seja francês. Que em muitos casos tenham sido metecos os que colaboraram na glória da França moderna (Picasso, Chagall, Balenciaga, Ionesco, Jacques Brel, Xenakis, Yourcenar, Poliakov, Arrabal, Casares, Semprún) não parece merecer a consideração desse energúmeno da extrema-direita.»

(José Luis Vilallonga, «A Capital», 10 de Julho)

E diz-se democrata!...

«Murros e gritos foram a resposta, mas a verdade é que a primeira condenação de Le Pen (dois meses de prisão e uma multa) foi motivada pela edição de um disco intitulado «Homens e factos do século XX — O III Reich: Vozes e cantos da Revolução Alemã». Os juizes consideraram que temas como «Viva Hitler» ou o «Hino do Partido Nazi» constituíam apologia de crimes de guerra.

Esta foi, de resto, uma primeira condenação, em 1971, dois anos antes da criação da Frente Nacional. Depois, seguiram-se outras por apologia de crimes de guerra, racismo, anti-semitismo, nazismo e incitação ao racismo, anti-semitismo, segregação e ódio, e banalização de actos que constituem crimes contra a Humanidade. Apesar de tudo, Le Pen não hesita em proclamar-se democrata, afirmando que não é racista nem xenóforo, mas apenas patriota. Tão patriota que disse aos jornalistas, à chegada: «A França é para os franceses e Portugal para os portugueses!»

(...)

«Os temas da ordem de trabalhos (preparação da próxima sessão plenária do Parlamento Europeu) podiam bem ser discutidos em qualquer lugar. Em qualquer lugar não será bem assim: ainda há dias, o «maire» de Bordéus, Chaban Delmas, invocou «questões de ordem pública» para proibir a Frente Nacional de ali realizar a sua próxima Universidade de Verão. Outras proibições já se registaram, nomeadamente em Espanha, França e Itália.

Sesimbra guardou por alguns dias o cartaz turístico que lhe assenta que nem uma luva: «Bem-vindo/Bienvenu/Welcom/Wilkommen». Motivo: os 16 eurodeputados da extrema-direita que escolheram o Hotel do Mar para «uma reunião de trabalho» foram, até hoje, os turistas mais firmemente considerados indesejáveis neste país de turismo.»

(...)

«Como cidadão europeu, Le Pen movimentou-se à vontade, mas é contra a livre circulação de cidadãos na Comunidade Europeia.»

(Afonso Praça,

«O Jornal», 6 de Julho

Xadrez

CCLXI — 12 de Julho de 1990

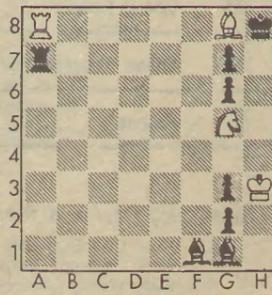
PROPOSIÇÃO N.º 261/A

Por: JOSEF BREUER

«Rheinische Schachzeitung», 1933

Pr.: [8]: Ps.g2, g3, g6, g7-Bs.fl, g1-Ta7-Rh8

Br.: [4]: Cg5-Bg8-Ta8-Rh3



Mate em 6 lances

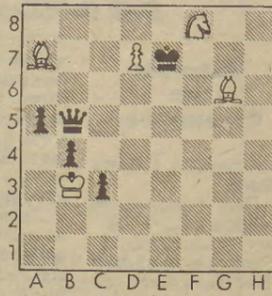
PROPOSIÇÃO N.º 261/B

Por: J. BEHTING

«Tidskrift för Schack», 1889

Pr.: [5]: Ps.a5, b4, c3-Db5-Ré7

Br.: [5]: Pd7-Cf8-Bs.a7, g6-Rb3



Branças jogam e ganham

SOLUÇÕES DO N.º CCLXI

N.º 261/A (J. B.): 1. Tb8!, Tb7; 2. Tc8!, Tc7; 3. Td8!, Td7; 4. Té8!, Té7; 5. Tf8!, Té8; 6. Cf7 ++

ENSAIOS: 1. Tc8/Td8/Té8/Tf8, DEFESAS: 1. ..., Ba6/Bb6/Bb5/Bc5.

N.º 261/B (J. B.): 1. Bc5+, Rd8 (1. ..., D:c5; 2. d8=D+ ...g); 2. c66+, R:d7; 3. Bc8 ... e G.

A. de M. M.

Damas

CCLXI — 12 de Julho de 1990

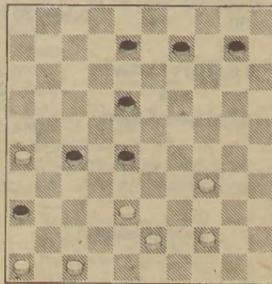
Proposição n.º 261

Por: René Fourgous

In Trésor des Miniaturistes Français, La Jarrie, 1979

Pr.: [7]: 8-9-10-18-27-28-36

Br.: [7]: 26-34-38-43-44-46-47



Jogam as brancas e ganham

Problema/Golpe n.º 261

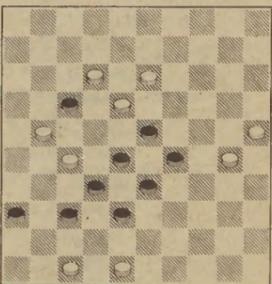
Por: Georges Post

— Villeurbanne, Abril/1990

«Le Monde», 30-VI-1990

Pr.: [9]: 17-23-28-29-32-33-36-37-38

Br.: 12-13-18-21-25-27-30-47-48



Branças jogam e ganham

Soluções do n.º CCLXI

N.º 261 (R. F.): 47-41 (36x47=D), 41-46 (47x49), 26-21 (49x46), 21x5=D+

N.º 261 (G. P.): 21-16 (17x19), 27-21 (23x12), 47-42 (38x47=D), 21-17 (12x21), 16x38 (33x42), 30-24 (29x20), 25x41!!!+

A. de M. M.

Na festa!

AMORA-SEIXAL • 7, 8 e 9 SETEMBRO

Avante!

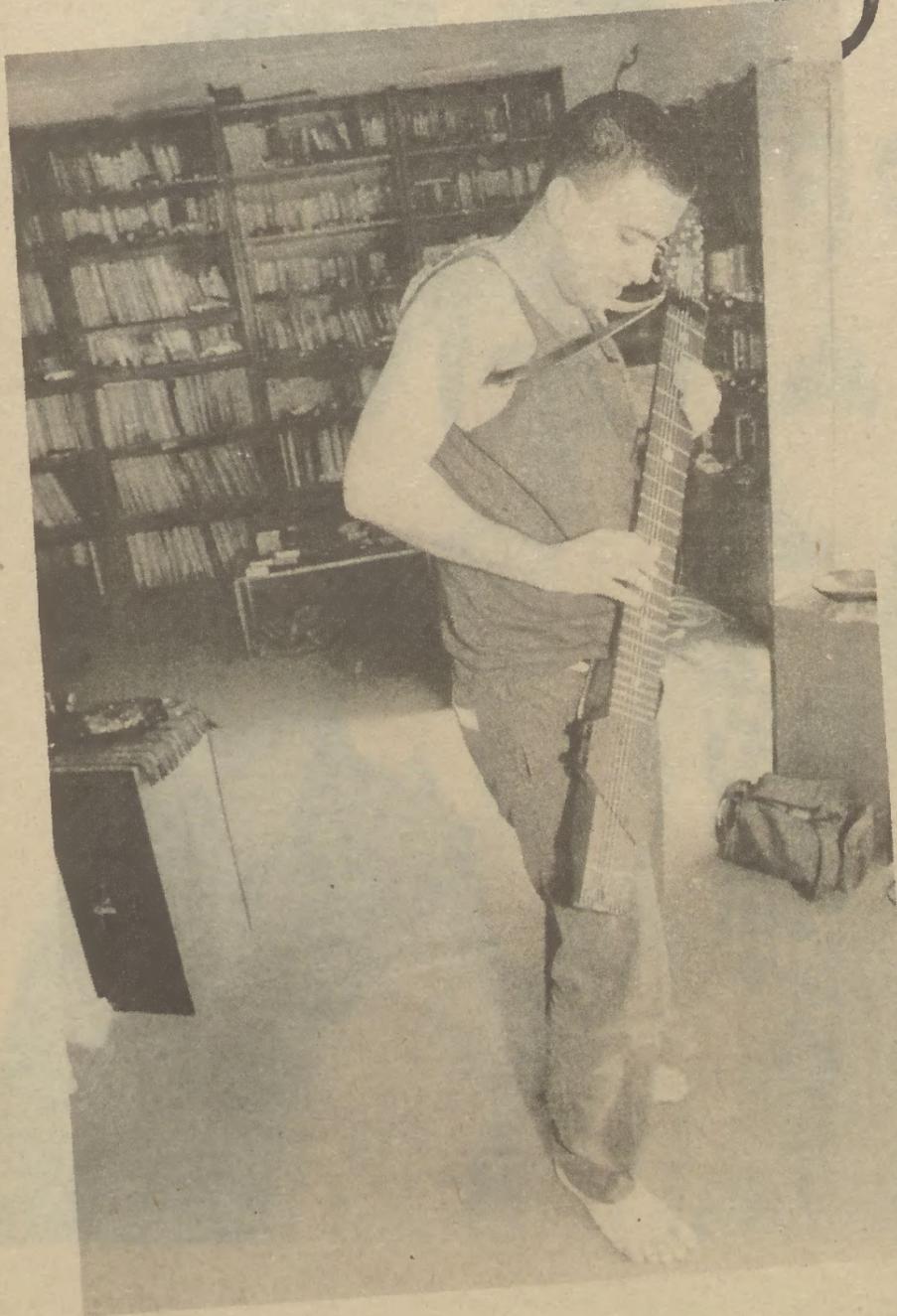
Director

António Dias Lourenço

SUPLEMENTO N.º 4

12 de Julho de 1990

Não pode ser vendido
separadamente



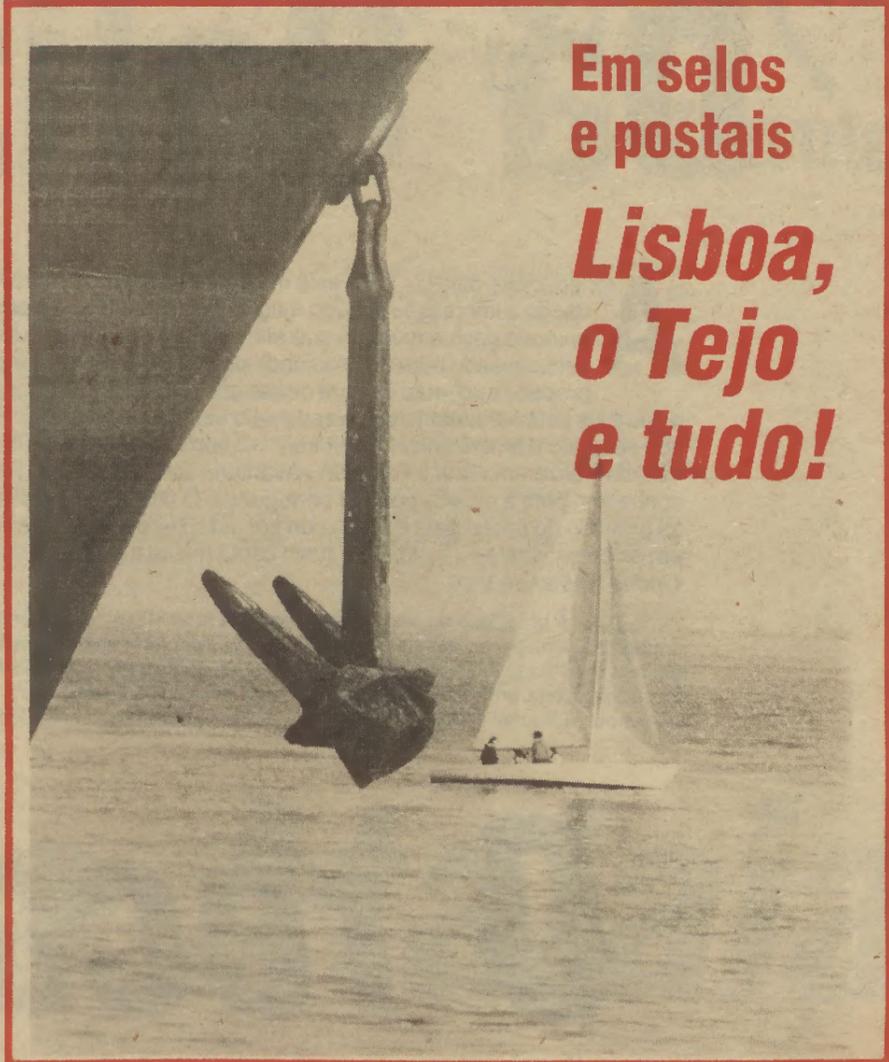
Na Lúia

*Um abraço
galaico-português*

TELECTU



**Uma composição
especialmente
encomendada
pela Festa do «Avante!»**



**Em selos
e postais**

**Lisboa,
o Tejo
e tudo!**



Da Galiza para a

Alguém disse deles: «Tudo está medido e colocado em seu lugar, dando a impressão de algo mágico que se uniu ao esforço humano destes músicos que afirmam não renunciar à curiosidade pelo passado nem à curiosidade pelo futuro». Dizem eles de si próprios que «não deixam de ser um grupo de resistência» já que o seu país está «altamente colonizado pelo mundo anglo-saxão. Parece que se tende a americanizar a cultura...» O nome é «Na Lúa». São seis e vêm da Galiza em visita à Festa do «Avante!». Conhecem bem Portugal, conhecem bem a música popular portuguesa. O último disco desta banda foi gravado no nosso país e produzido por Júlio Pereira, com o qual estarão em palco na «festa!». Também Fausto canta nesse trabalho, chamado *Ondas do Mar de Vigo*.

«Na Lúa» é um grupo de música folk fundado no princípio da década de 80 e que tem trabalhado em torno da difusão da música galega, em busca de um som a um tempo tradicional e inovador. Quatro

discos fazem já parte do repertório deste grupo: *Na Lúa* (1985); *Foliada de Marzo* (1986); *Estrela de Maio* (1987) e *Ondas do Mar de Vigo* (1988).

Os instrumentos utilizados por esta

banda combinam sons tradicionais e digitais: violino, guitarras, flautas, gaitas, bozouki, percussão tradicional com baixo eléctrico, sax, sintetizador, caixa de ritmos, etc.

Até 1986 o grupo dedicava-se somente à música instrumental, mas acabou por introduzir na formação uma cantora (Uxía) e com ela a interpretação de textos populares, medievais ou contemporâneos.

Escolhas portuguesas

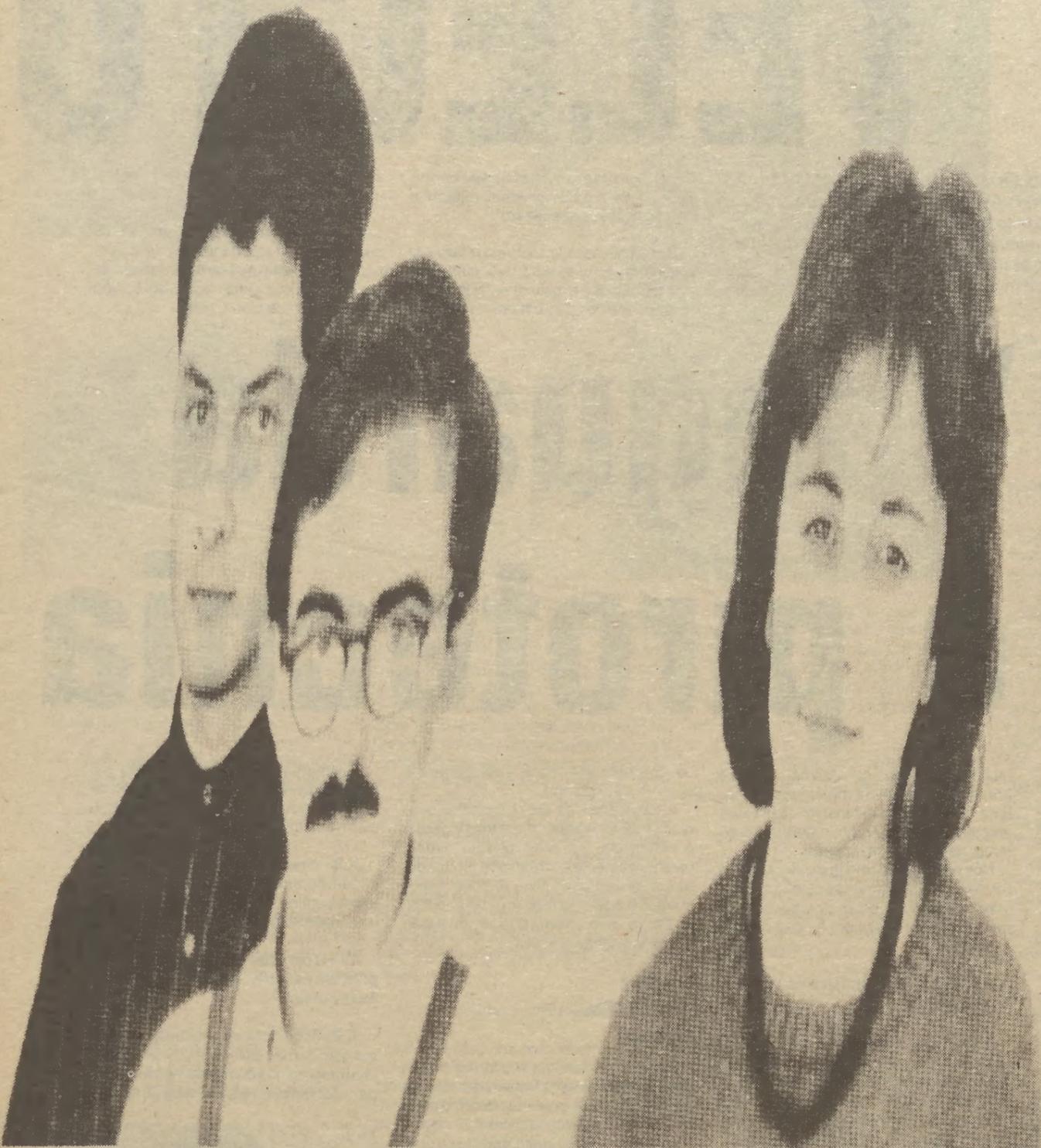
Explicaram a sua escolha portuguesa para a gravação do seu último registo

comercial com o facto de os estúdios do nosso país estarem melhor equipados do que em Madrid para o registo de instrumentos acústicos; enquanto a preferência por Júlio Pereira como produtor desse trabalho é justificada pelo contacto ocorrido com a audição do álbum *Cadói* que os leva a afirmar ser Júlio Pereira um compositor com pontos de contacto com o trabalho de «Da Lúa» e com a forma deste agrupamento encarar a música popular.

Importante nesse trabalho foi também a participação do técnico de som português, José Fortes.

O desejo de tocar ao vivo em Lisboa foi na altura manifestado pelos seis elementos da banda, desejo agora possível de

O recado ««Na



«Festa!»

XIV
Festa
Avante!

concretizar-se com o espectáculo na Quinta da Atalaia.

José Afonso

Mas as referências a Portugal não terminam aqui: por exemplo, o álbum *A Estrela de Maio* incluiu uma versão instrumental de um dos temas mais importantes de José Afonso, *Maio Maduro Maio*. Um tema dedicado a Viana do Castelo foi igualmente incluído nesse LP, sob o título *As Flores de Viana*. A influência de José Afonso é de resto assumida por este agrupamento da Galiza, que diz ser Zeca um dos responsáveis pela *revolução* musical verificada a partir dos anos 70, na Galiza. De resto todos se lembram

concretizar-se com o espectáculo na Quinta da Atalaia. concerteza da *homenaxe* dedicada ao compositor português em 1988, na Galiza, de resto a maior realização efectuada até hoje com esse propósito, e que juntou muitos dos músicos mais importantes da Galiza, de Espanha e de Portugal.

De resto, é a própria crítica espanhola que elogia essa ponte entre as músicas das duas regiões da península, reconhecendo no entanto o valor dos «Na Lúa» em termos de terem sabido amadurecer essa influência no seu último disco, atingindo a plenitude deste projecto musical já com dez anos.

No espectáculo da «festa!», poderemos assim reconhecer alguns ritmos como o *malhão* ou o *vira* mas também conhecer peças tradicionais da Galiza.

Em defesa do galego

A actividade profissional de «Na Lúa» desenvolve-se principalmente na Galiza, embora tenha já efectuado concertos em quase toda em Espanha, assim como em vários países da Europa e América, o que incluiu Portugal.

O ano passado o grupo realizou uma digressão por vinte localidades galegas num espectáculo conjunto com o grupo de rock «Os Resentidos», sob o título genérico «O son da lingua», com o fito de difundir duas visões possíveis de como fazer música moderna na Galiza, utilizando como exclusivo suporte linguístico o idioma próprio.

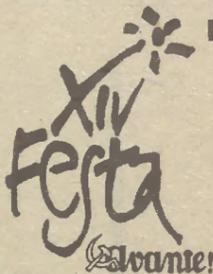
Apesar de fazerem uma música a partir de elementos tradicionais, o grupo afirma-se como não estando alheio aos movimentos musicais de novo cunho, pelo contrário, incorporando nos seus temas influências diversas.

A proximidade geográfica da Galiza com Portugal, por exemplo, encontrou sempre em «Na Lúa» um motivo para a concepção da sua música.

Em *Ondas do Mar de Vigo*, são cantados poemas como Manuel Forcadela, Xosé Alvarez Cáccamo, Ramiro Fonte, Román Raña e Antón Reixa.

Xosé Paz Antón, Antón Rodriguez, Dario Gonzalez, Francisco Alvarez, Ricardo Pereira e Uxía são «Na Lúa». Vamos conhecê-los à «festa!», no sábado!

Lúa»» na Atalaia



■ Pedro Tadeu

TELECTU

A fechar, sábado à noite, o espectáculo do «palco 25 de Abril» da edição deste ano da Festa do «Avante!» teremos fogo de artifício com música. É um trabalho feito a partir de uma obra de Handel, numa *mimese* que será apresentada pelo Telectu, o duo de Vítor Rua e Jorge Lima Barreto que muitos já conhecem, pelo menos de outras edições da «festa!». De boa música aqui se fala, a propósito da «festa!», mas não só...

Avante - O vosso espectáculo na «festa» incluirá duas partes distintas. A segunda será um trabalho a partir da «Música para fogo de artifício» de Handel, mas antes vão apresentar um outro espectáculo...

Vítor Rua - Uma das particularidades desse primeiro espectáculo é que ele é um estudo que ambos estamos a fazer sobre determinado rock progressivo e sinfónico, bem como algum rock alemão no que diz respeito à sua mecânica e automatismo. Também se trata de um estudo auditivo de certo hard rock (não o heavy metal que agora se faz, que foi uma progressão a partir desse hard rock tocados pelos Led Zeppelin ou Deep Purple, por exemplo)...

AV - É um trabalho reportado aos anos 70?

VR - Se tivéssemos de apontar uma fase, seria mais ou menos essa altura, embora tanto o hard rock como o rock sinfónico se estendam mais ou menos, antes e depois, no tempo. É o caso por exemplo dos Pink Floyd com determinado rock espacial.

AV - E no que diz respeito à música para fogo de artifício?

VR - Ela terá mais ou menos vinte minutos. Em princípio vamos estruturá-la da seguinte maneira: fizemos um estudo auditivo da obra de Handel, não para fazer uma versão ou uma imitação do que ali se passa. Foi antes para vermos o movimento da obra, os andamentos, as intensidades de sons, a dinâmica, bem como a sua parte sensitiva, ao nível das emoções que a obra nos transmitiu.

Vamos obedecer à divisão que a obra tem (seis partes) e a partir dos gráficos elaborados com os dados que fomos recolhendo, vamos tentar não reproduzir a obra (de maneira nenhuma!) mas fazer no fundo uma *mimese* de um estudo sobre algo já composto, mas que resultará em algo totalmente diferente, até pela instrumentação utilizada (computador, guitarra electrónica, banda magnética e workstation), com resultados, digamos, um pouco épicos já que a própria obra de Handel o inspira.

Vamos retirar de uma versão da peça de Handel seis partes através de um método de *sampling*. Seis amostras musicais que variam desde um único segundo até aos dez segundos, e é dessas seis partes que partirá a base de toda a obra. Vamos fazer uma banda magnética que nos vai servir para as reproduzir ao vivo e por cima trabalharemos os sons.

Essas seis partes são trabalhadas de tal maneira através de inversões, cortes, técnicas de *loop*, repetições, prolongamentos ou encurtamentos, num jogo de dinâmicas e alturas complexo, que cria estruturas absolutamente diferentes das de Handel.

A música não é para minorias

AV - É a primeira vez que irão tocar para grandes auditórios?

Jorge Lima Barreto - Não. Quando começámos a tocar juntos actuámos no Festival de Vilar de Mouros, que terá registado o maior índice de audiência que cá houve em termos de espectáculos ao vivo. Quando tocámos em Moscovo no estádio Lénine nunca algum português teve tanta gente a ouvi-lo. Igualmente no Rossio, aqui em Lisboa, na tomada de posse de Mário Soares, também tivemos

AV - Porque é que os meios de comunicação de social parecem rejeitar o tipo de música que fazem?

JLB - A nossa música é uma música de vanguarda. Este termo é visto com certa suspeição apenas pelo que designarei a *retaguarda!* Mesmo num processo políti-

seria humanamente impossível numa situação normal.

É pois interessante observar muitas vezes músicas em que os instrumentos começam por tocar de forma convencional e depois **ultrapassam-se** através de uma técnica que seria impossível se não fosse utilizada a electrónica.

Vanguarda e pirotecnia

co muito público. Esta questão não se pode pôr, aliás, ao nível da música electrónica, uma vez que ela é extensiva: basta só a amplificação, sem problemas técnicos de maior para poder ser tocada.

Nós ensaiamos com auscultores, e no modelo que utilizamos, podemos simular sons de estádio, sala, etc., podendo a música ser estudada em função dessas situações.

AV - Mas a vossa música não é muito conhecida...

JLB - Esta música não será dirigida para as massas, mas só no sentido de não ser feita para elas. De qualquer modo importa dizer que os músicos não fazem música para uma minoria... A música desses tipos da propaganda musical, essa música comercial, ou a música de extrema-direita, o nacional-cançonetismo, cujo fim é chegar a muita gente para ganhar muito dinheiro; essa sim!

Nunca aconteceu na história da música que algum músico estivesse a trabalhar só para pouca gente!

A protecção social que essa música tem ou pode ter é que leva a que ela seja passada a muita ou pouca gente.

Na televisão nunca nos foi feita qualquer referência, a não ser uma ou duas vezes em programas onde fomos integrados durante quatro ou cinco minutos. Por razões óbvias... Também nunca houve referência especial ao Zeca Afonso e a música do Zeca Afonso até era música de massas...

AV - Em termos discográficos, quais foram as vossas últimas edições?

VR - No que diz respeito a discos, foi publicada uma gravação chamada «Live at Knitting Factory» a partir de um espectáculo que fizemos num clube de Nova Iorque, onde apresentámos um trabalho multi-media para vídeo e slides. Foi um concerto para guitarra electrónica e sopro digital electrónico.

Depois tivemos também o «Digital Buiça» que representou um pouco os concertos que demos no Oriente no ano anterior, em Macau, igualmente para guitarra electrónica e sopro electrónico. Representava uma última parte desse nosso trabalho com essa instrumentação. Até ao fim deste ano está prevista a possível edição de um álbum duplo de todo o período de trabalho que tivemos após o «Digital Buiça», não só com uma instrumentação nova (o steak que trouxe de Nova Iorque e a guitarra electrónica preparada que estou neste momento a trabalhar, e o Jorge em duas workstation) mas também um novo material sonoro que iremos apresentar parcialmente na «festa!» durante trinta minutos, antes do tal projecto para fogo de artifício.

co isso acontece, será a *retaguarda* a opor-se à *vanguarda*...

A música tem de ser concebida como realização individual: quem toca violino é o violinista e por mais que se queira, mesmo que estejam reunidos trinta violinistas, o som que sai de um dos instrumentos é produzido por um único violinista. Este é um problema que se põe a todo o tipo de criação artística.

Frentes de estética musical

No caso do Telectu, nós temos procurado lançar diversas frentes de estética musical: fizemos trabalhos sobre o minimalismo, a música concreta... ultimamente fizemos o lançamento de uma nova forma, a música electrónica mimética onde os instrumentos electrónicos *imitam* os instrumentos acústicos.

Tudo esse trabalho tem *caído mal* num meio que por si mesmo sequer tem conhecimento das coisas mais novas, quanto mais reconhecer qualquer coisa que quer ser diferente, tal como deliberadamente nós pretendemos.

AV - O que é a «música electrónica mimética»?

VR - Interessou-nos essa abordagem, continuando a fazer evoluir o nosso trabalho anterior em torno da música mimética. No espectáculo da Festa do «Avante!» poderão ouvir-se sons de contrabaixo, bateria ou mesmo guitarra com distorção, não correspondendo nenhum desses sons ao instrumento a que é reportado, mas sim a um instrumento electrónico que simula, imita, o instrumento convencional.

Já tínhamos feito uma experiência desse género no álbum «Mimesis» (que irá ser editado em compacto) e que simulava uma pequena orquestra de câmara com violinos, marimbas, xilofones, etc, sem que nenhum desses instrumentos tocasse. Fizemos uma abordagem tímbrica desses instrumentos: observámos, por exemplo, como era o timbre de um contrabaixo, tentando reproduzi-lo electronicamente, imaginando igualmente como **ultrapassá-lo** no sentido de que a forma de execução (das cordas para o teclado) é completamente diferente.

Tudo isto permite inclusivamente ultrapassar as próprias potencialidades do instrumento acústico em causa. Por exemplo, a bateria: aquilo que o Jorge toca nas Workstation nenhum baterista poderia fazê-lo. A verdade é que seria impossível a qualquer baterista reproduzir aqueles sons, uma vez que sendo dez os dedos utilizados, pode cada um deles bater uma percussão diferente, o que

É isso que nos interessa, senão estaríamos perante uma pura repetição de algo que poderia ser feito da melhor forma com os instrumentos tradicionais.

JLB - A nossa música tem um carácter experimental, é experimentalista, e nesse sentido ela procura *ousar-se* sobre novos conceitos de música.

AV - O carácter experimentalista implica um carácter «não definitivo» para essa música?

JLB - Acho que toda a música, em certo sentido, é «não definitiva». O Bach (que cito não para nos compararmos a ele mas para dar um exemplo extremo de realiza-



Jorge Lima Barreto

ção e criação musical), quando acabava uma peça passava imediatamente para outra, deixando a anterior *para trás*. Tal como um pintor não pode estar sempre a pintar o mesmo quadro, acabando por o abandonar para começar outro. É uma espécie de processo de desenvolvimento da própria arte. Significa isto que há sempre uma nova experiência para fazer. Se não existisse esse sentido experimentalista da música ela não evoluiria. É o caso por exemplo de uma criação que não só é menor como pouco tem a ver com a música, falo daquilo a que chamei *música publicitária*, no sentido de existir só para vender, em busca do lucro, ignorando qualquer sentido estético.

Essa música tem um índice de desenvolvimento muito baixo porque obedece a formalismos que têm de ser imediatamente reconhecíveis para ser comprados...

AV - Mas há alguma evolução, nem que seja a nível técnico...

JLB - Eu não distingo agora os GNR da Madalena Iglésias, por exemplo. Repare que música feita por gente nova como os Xutos e Pontapés acaba por recorrer a canções do tempo do fascismo, como «a Casinha»... Não vejo qualquer evolução





tanto do ponto de vista semântico, ou seja do significado da música, nem do ponto de vista semiológico, ou seja, da matéria musical que é trabalhada...

AV - Bom. Pelo menos antigamente não havia guitarra eléctrica...

JLB - Mas essa é uma questão de tecnologia e esta não faz a música, não é?

AV - Vocês usam tecnologia no vosso trabalho...

JLB - De ponta!

AV - E utilizam essa tecnologia, segundo explicou o Vítor Rua, para reproduzir ou «ir para além» do que conseguem os instrumentos acústicos...

JLB - Tem a ver com o que definimos como música mimética. Um dos problemas que aí se colocam normalmente é o olhar receoso que muita gente deita so-

quarteto de Jazz (tal como fizemos no disco «Camerata Electrónica» que foi lançado como proposta na Festa do «Avante!» vai para quatro anos) e partir para outro tipo de sons. É evidente que, em primeiro lugar, aquilo não era Jazz, pois este requisa uma especialização que não temos, mas, por outro lado, era correlativo ao Jazz. É como um camaleão que passa numa folha verde e «fica verde», depois passa a uma pedra cinzenta e «fica cinzento». Isso representa um pouco o mimetismo, hoje só possível com estes instrumentos electrónicos recentes. A música mimética já foi começada no fim dos anos sessenta por gente como Stockhausen utilizando a electrónica de estúdio, quando neste caso utilizamos instrumentos portáteis, já de série...

AV - Não tentam criar novos sons?

VR - No caso dos computadores e dos novos aparelhos que aparecem no mercado existe cada vez mais a possibilidade dessa transformação a que se dá o nome de síntese. Podemos criar sons originais a partir de outros já existentes ou mesmo a partir do zero, começando pela onda sinusoidal que representa o som. Neste momento trabalhamos mais em torno de sons já existentes, atribuindo-lhes transformações elaboradas por nós, mas na nossa fase anterior fizemos precisamente o trabalho de criação pura de sons. A música para fogo de artifício da Festa do «Avante!», por exemplo, englobará as duas técnicas.

Ir mais longe

AV - Neste trabalho de constante investigação que o Telectu faz, o que é que espera encontrar? A beleza? A perfeição formal? Exactamente o contrário? Coisa nenhuma?

JLB - É uma atitude igual à de qualquer outro músico com uma atitude vanguardista (e eles existem em todo o lado, em Espanha, França, Inglaterra ou mesmo Guiné-Bissau! - em Cabo Verde, por exemplo, o Vasco Martins faz investigações que, tal como nós, têm esse sentido de *ir bucar outra coisa*).

A arte tem sido sempre isso: procurar ir mais longe. Ela só é verdadeiramente arte se significar progresso. Ou então será qualquer coisa como vítima da tecnologia, ou vítima da economia... Repare na crise que passam os músicos de rock. Eu gosto sempre dos primeiros discos dos músicos de rock. Veja a deterioração que eles sofrem no sentido em que se tornam uma mercadoria a qual tem de obedecer a regras de venda, de comércio para haver procura. Trata-se de uma relação económica.

AV - E a tecnológica?

JLB - É o caso, sem querer banalizar a conversa, do Jean Michel-Jarre. Ele faz uma utilização tecnocrática da música porque é a tecnologia que serve a música e não a ideia musical...

Daí que essas posições sejam completamente diferentes das nossas. Primeiro procuramos uma consciencialização da própria novidade que estamos a fazer, do que estamos a descobrir. É um princípio de qualquer música de vanguarda, como de qualquer arte...

AV - Mas essa consciência do «novo», implica um grande conhecimento do passado...

JLB - O novo existe em confronto com o passado. Quando falamos ou trabalhamos com uma peça de Handel estamos a fazer um grande reconhecimento à sua música. Quando aliás começamos a trabalhar nessa música ficamos verdadeiramente atónitos com a racionalidade e a beleza da obra. É um génio! Essa música nunca sofre deterioração ao longo do tempo. Pode haver alguma música antiga que sofra essa deterioração... É o caso, por exemplo, do quadro da Gioconda, que é um quadro maravilhoso, mas que já foi mostrado tantas vezes que chega a parecer horrível se não olharmos com atenção... A Sétima de Beethoven: também está completamente deteriorada no seu verdadeiro significado até por que grande parte das realizações dessa música são feitas para um público *snob*, que não tem qualquer critério, que recebe sempre extremamente bem o que lhe é apresentado. Como é Beethoven fica sacramentalizado! O indivíduo fica como que projectado para ser uma pessoa culta. Para essas pessoas não dá prestígio ter um disco do Jorge Peixinho ou do Stockhausen em casa porque não lhe concedem algum estatuto cultural, uma vez que não lhe é comunicável a ideia e a própria pessoa não o sabe explicar.

É evidente que a citação de Beethoven como exemplo é um pouco desagradável de fazer, mas a verdade é que quase todos os investimentos da economia musical são feitos para a música clássica, enquanto a música contemporânea não tem qualquer tipo de protecção, seja esta tal seja de outras instituições...

AV - A criação desta música do Telectu implica um acompanhamento constante do que se vai fazendo em todo o mundo nesta área? Por exemplo, ao nível de novos instrumentos...

VR - É o caso de um novo instrumento que trouxe de Nova Iorque. O *steak* é um instrumento de dez cordas, inventado pelo Ian Chapman mas tem uma abordagem completamente diferente da guitarra eléctrica ou do baixo, pois ambas as mãos tocam no braço, na parte de madeira onde as cordas estão esticadas, um pouco utilizando aquela técnica dada a conhecer pelo Stanley Jordan, embora houvesse outros músicos a abordar anteriormente essa técnica...

Este instrumento é de resto igual ao que o Tony Lévin dos King Creasmon apresentou quando essa banda veio cá actuar.

É um instrumento que engloba a técnica da guitarra, do baixo, de teclado e mesmo de percussão, pois a mão pode igualmente provocar sons percussivos.

AV - Terá que ser tocado por músicos virtuosos...

VR - É exacto. No meu caso teria sentido menores dificuldades se tivesse prática de tocar teclados. De qualquer modo, com o Telectu, já tenho perto de vinte temas feitos para esse instrumento, baseados em pequenos módulos repetitivos. Se eu tivesse começado por uma abordagem clássica ao *steak*, exercitando escalas e exercícios, demoraria muito mais tempo a atingir uma fase de poder apresentar-me em público. Interessou-me trazer de imediato este instrumento para os concertos do Telectu.

O Plágio

AV - Mas para além de novos instrumentos, também encontrarão no estrangeiro novas ideias?

JLB - Bem, uma das coisas que caracteriza o Telectu, até, por exemplo, pela minha própria inaptidão para tocar música clássica, é a impossibilidade de detectar em nós influências directas, ou seja, o plágio ou a glosa, tal como é moeda corrente nas músicas que aí temos, inclusivamente no rock português... ele atravessa uma grande crise porque se tornou apenas um plagiado de coisas excedentes, vindas lá de fora, mantendo uma forma que no estrangeiro já nem tem sentido: é o baixo, a bateria, o vocalista, depois o ritmo binário e não há mais nada! Desta forma é evidente que se cristalizam as formas...

Connosco isso não se passa pois nós somos *Nova Música!* Como nós será, por exemplo, o Carlos Zíngaro, que tem uma postura igual à nossa em relação ao conceito de música. O que é importante notar é que isto é uma situação pós-moderna.

AV - E o que é o pós-modernismo, afinal?

JLB - Nós entendemo-lo não como uma corrente social mundana, tal como por vezes a expressão surge. O pós-modernismo é um movimento que vem do pós-guerra e que reage contra o modernismo, contra as formas acabadas, as regras fixas, as ortodoxias, os conceitos fechados e restritivos. Por exemplo, para o modernismo o conceito de música resultava exclusivamente da evolução da música ocidental, quando com o incremento do fim do racismo e colonialismo apercebemo-nos da existência de outros conceitos de música, outras utilizações dos instrumentos, outras inserções da música na sociedade. Tudo isto é reforçado por um incremento igualmente enorme da tecnologia, pela velocidade de transmissão actual dos *media*, pelo aparecimento de novos mass-media como o vídeo, pela utilização e influência da rádio na música. Tudo isto levou a uma situação pós-moderna que, genericamente, poderemos dizer que é uma situação de multiplicidades, que estilhaça com os conceitos impostos pelo modernismo quer na música, quer em toda a arte.

Mesmo a maneira como hoje se organizam festivais de música mudou, uma vez que os seus organizadores procuram também eles a multiplicidade das coisas, senão também nós não seríamos convidados para agora ir tocar na Festa do «Avante!» nas condições já explicadas.

É a pluralidade de conceitos de música dando possibilidades de utilizações que hoje na mesma estrutura musical podem fazer uso de um computador e de um berimbau, que é um instrumento com uma só corda. Veja-se o caso do Naná Vasconcelos que trabalha com grandes compositores de música electrónica.

Temos pois a possibilidade de procurar sempre e sempre novos conceitos musicais. O mais importante nesta relação entre o músico e a instrumentação hoje, é a ideia que se vai ter para se fazer música: já não é dizer *tenho de fazer música como me ensinaram na academia*, ou *como fazia o Bach*; mas sim dizer *posso fazer de outra maneira, investigar outro mundo*.



Vítor Rua

bre os instrumentos e a tecnologia electrónica. É uma espécie de superstição. Superstição que já existiu em relação à electricidade quando no princípio do século esta apareceu logo seguida dos primeiros instrumentos eléctricos (como por exemplo o instrumento, já extremamente complexo, que era o órgão Hammond). Esse tipo de medo não tem sentido colocar-se na música tal como não se põe no quotidiano: você concertista gosta mais de viajar num automóvel que tenha computador de bordo e ar condicionado do que num calhambeque que terá de empurrar e dar à manivela.

A tecnologia permite uma expansão muito maior das ideias, no sentido, por exemplo, da busca de timbres, estruturas, texturas musicais.

Isso não tira, de modo algum, o valor da intervenção do músico. Se alguém toca sintetizadores ou qualquer outra nova instrumentação à semelhança do que fazia com instrumentos acústicos ou eléctricos, cai imediatamente num erro fundamental: a forma terá de sair moldada pelos instrumentos acústicos, o que será uma espécie de conservadorismo.

O que nós fazemos (e falo de toda uma pleiade de músicos) são investigações nestes instrumentos que nos permitem, por exemplo, imitar a estrutura de um



O PCP na Atalaia, em Setembro

RONDA PELAS ORGANIZAÇÕES (2)

● Folclore das Beiras no Palco Arraial

Da aldeia da Nespereira, do multissecular concelho de Gouveia, na vertente norte da serra da Estrela (no distrito da Guarda), virá este ano, pela primeira vez à Festa do «Avante!» para actuar no Palco Arraial, na tarde de domingo, dia 9 de Setembro, o seu prestigiado Rancho Folclórico.

O Rancho da Nespereira é um dos grupos de acção cultural da Casa do Povo desta localidade que, apesar de ser jovem (está prestes a completar 14 anos), tem já uma interessante actividade cultural, norteada por objectivos de grande alcance: preservar e desenvolver a cultura local, incentivar o intercâmbio de usos e costumes com outras regiões do País e do estrangeiro (já actuou em terras de França e de Espanha), além do enriquecimento etnográfico da sua aldeia e da ocupação do tempo livre dos seus elementos.

Tem procedido à recolha de danças e cantares, utensílios de trabalho e trajes da região — nomeadamente de lavrador e

pectáculos que preencherão as manhãs de 8 e 9, concertos de bandas e, todas as noites, conjuntos de baile.

● Algarve, louças, docaria, atum e búzios...

Vai ser muito rica e diversificada a presença do artesanato e da docaria algarvia na Festa do «Avante!». As empreitas, a louça de Almansil e de Porches, as cataplanas e a cestaria lá estarão à disposição dos visitantes da Festa, que ainda poderão adquirir os bolos de amêndoa, os «D. Rodrigo», o doce de figos, miolo de amêndoa, figos, alfarrobas, medronho, mel e vinho de Tavira.



● O bom sabor alentejano...

O ensopado de borrego à pastor, acompanhado de pão alentejano e vinho do Redondo, será o prato forte do restaurante alentejano na Festa. Neste espaço amplo e bem cuidado está previsto servir-se mais de 3500 refeições. Mas noutros espaços e nomeadamente na **Taberna Alentejana**, poder-se-á ainda saborear o feijão com cabeça de porco e a orelha assada de azeite e vinagre, acompanhados com os bons vinhos do distrito de Beja, com sabor no Baixo Alentejo.

Uma bem fornecida venda de produtos agrícolas porá ainda à disposição dos visitantes vinho do Redondo e de Borba, queijos de cabra, de Portel, queijos de ovelha vindos de Rio de Moinhos, mel de Alqueva e azeitonas de Campo Maior.

No espaço de venda de artesanato, além dos barros, couros, peles e madeiras oriundas dos três distritos alentejanos, haverá ainda mantas de Reguengos de Monsaraz.

Os temas **Poder Local, Regionalização e Desenvolvimento** terão tratamento artístico concretizado em grandes pinturas justapostas numa gigantesca foice que sobressairá no espaço ocupado pelos três distritos alentejanos, na Atalaia. Aliás, este ano, a implantação do Alentejo é original e completamente diferente das Festas anteriores, tendo por base a ideia da foice e do martelo. A foice, com pinturas e palavras de ordem «A terra a quem

a trabalha», por exemplo, agora ainda mais actual, está vocacionada para o tratamento da presença política; no martelo, serão alojados os restantes elementos de presença alentejana, nomeadamente gastronómicos e artesanais.

● Ribatejo: peixe não puxa carroça...

O velho ditado «Peixe não puxa carroça» aplica-se nas tasquinhas de **Alpiarça, Chamusca e Almeirim** na Festa do «Avante!». Ali, as boas carnes da região servem de base aos petiscos que, regados com os afamados vinhos de Alpiarça, estarão ao dispor dos visitantes da Festa.

De **Alpiarça** virá o carneiro guizado, da Chamusca a língua de porco e perna de frango estufados e de Almeirim a afamada sopa da pedra.

Contudo, não se esgota nestas tasquinhas a presença dos «comes-e-bebes» da região. Haverá ainda uma tasquinha de **Coruche** e espaços próprios para a docaria regional, para a confecção e venda de farturas e bem fornecidas cafetaria e cervejaria.

Os frutos secos, a genuína aguardente de figos de Torres Novas e a variedade dos vinhos regionais estarão ainda presentes noutros *stands* do Ribatejo.



lavradeira abastada, de romaria e de **Ver a Deus**, que serão mostrados na Festa do «Avante!».

Também do distrito de **Castelo Branco**, agora da vertente sul da serra da Estrela, virá o Rancho da Boidobra, antiga freguesia do concelho da Covilhã. Estão previstas duas actuações deste Rancho, igualmente no Palco Arraial, no início e no fim da tarde de sábado, dia 8 de Setembro.

Além da presença destes grupos folclóricos beirões, haverá ainda no Palco Arraial actuações de grupos provenientes de zonas ribeirinhas do Tejo, numa diversidade de estilos que tornará certamente mais aliciante o programa do Folclore da Festa do «Avante!»/1990.

No Palco Arraial, além do folclore que dominará a programação das tardes de sábado e domingo (dias 8 e 9 de Setembro), teremos em acção 33 artistas circenses dirigidos por Karley Aida em três es-

Interessante será, certamente, apreciar ao vivo o trabalho dos artesãos que lá produzirão cestos, rendas de bilros, tapetes e docaria.

Um espaçoso «snack-bar» completado com serviço de mesas servirá o afamado arroz de marisco e pela primeira vez caldeirada de atum e de búzios. A animar esta espaço de «comes-e-bebes» (que inclui ainda uma marisqueira e um cocktail-bar) haverá charolas e acordeonistas com as músicas e cantigas desta região.

Vive-se já a expectativa pela vinda à Festa, concretizada na procura das excursões já em organização por todo o Algarve. Partirão pelas 24 horas do dia 7 de Setembro e regressarão pelas 20 horas de domingo, dia 9, das seguintes povoações: Almansil, Aljezur, Faro, Lagoa, Lagos, Olhão, Portimão, S. Bartolomeu de Messines, Silves, Vila do Bispo e Vila Real de Santo António.



Com filatelistas, selos e postais, na Festa

Maximafilia. Um *palavrão* desconhecido de muitos, um motivo de interesse para outros tantos que ao ouvi-lo arrebitam as orelhas e esfregam as mãos de contentes perguntando logo: onde? onde? Como não queremos fazer mistério declaramos desde já que vai ser na Festa do «Avante!» que o caso se vai dar. Preparem-se por isso os colecionadores, os amadores e os curiosos, vão pensando em alargar os cordões à bolsa e esperem pacientemente até Setembro. A Festa, que de há muito vem abrindo caminho no terreno da filatelia, dedicar-lhe-á este ano um espaço privilegiado integrado na campanha dos 150 mil contos para o terreno da Atalaia.

Pois é verdade. A Festa contará este ano com um grande pavilhão de filatelia, com exposição e venda de selos para angariação de fundos. Mas a iniciativa não se fica por aqui. Por iniciativa do «Avante!» vai ser editada uma série de três postais tendo como tema a imprensa e informação do PCP, os quais servirão de suporte a «máximos», que é como quem diz vão enriquecer a galeria da maximafilia.

Mas afinal o que é isso da «maximafilia»?

Dizem os entendidos que a palavra entrou no vocabulário português nos alvares da década de 30 adaptada, como tantas outras, da palavra francesa «maximaphilie». O que continua a não ser grande ajuda para os leigos na matéria, há que convir.

Passemos então à análise etimológica do termo: verificamos que provém dos étimos latino «maximum» e grego «filos»; o primeiro, como se está mesmo a ver, significa **máximo**; o segundo, como se sabe, quer dizer **amigo**. Como a lógica não é uma batata, a soma das partes dá «**amigo do máximo**». Ora como é de postais que estamos a falar, chegamos a «**amigo do postal máximo**».

Postas as coisas neste pé chegamos a outra pergunta, ou não fossem as perguntas como as cerejas... Afinal, o que é um **postal máximo**?

A resposta, imagine-se, é simples. Trata-se de uma peça filatélica composta por três elementos: um postal ilustrado obedecendo aos requisitos oficiais, um selo e um carimbo.

Mas atenção! Se estão a pensar que um selo da Ria de Aveiro, um postal de Camões e um carimbo dos Correios de Beja fazem um «**máximo**» estão redondamente enganados.

Na verdade, aqueles três elementos, para serem um «**máximo**» têm de estar li-

gados entre si segundo certas regras que lhes conferem o «**máximo**» de concordância. Ou seja, trocando por miúdos, a partir de um selo da Ria de Aveiro teríamos um «**máximo**» colando-o num postal da mesma temática (num dos cantos da ilustração postal) e conseguindo o carimbo do selo na estação dos CTT da localidade indicada no verso do postal (no caso vertente, de Aveiro). Então sim, teríamos um «**máximo**».

Para os apreciadores de termos mais técnicos a fórmula correcta é a seguinte:

**Filatelia + Cartofilia +
+ Marcofilia = Maximafilia**

Como facilmente se conclui, estamos perante uma actividade que reúne em si três colecções, cada qual com as suas características próprias, que motiva o colecionador para múltiplas pesquisas a fim de conseguir a concordância entre os três elementos, afinal o seu principal atractivo.

Segredos do ofício

Como em todas as actividades, também esta de colecionador tem os seus *segredos*. Assim, para obter um verdadeiro «**máximo**», há que respeitar as regras constantes do Estatuto Internacional da Maximafilia, estabelecidas e aprovadas nas Assembleias Gerais dos colecionadores europeus da modalidade em Bucareste (1974), Paris (1975) e Milão (1976), em que estiveram representantes da Áustria, Bélgica, Bulgária, Checoslováquia, França, Grã-Bretanha, Grécia, Hungria, Itália, Luxemburgo, Polónia, Portugal, República Democrática Alemã, República Federal Alemã, Roménia e Suíça.

Sem pretender desvendar todos os mistérios da arte - qual o colecionador que não aprecia o prazer da descoberta? - sempre revelamos algumas regras para ajuda aos principiantes.

Começemos pelo selo postal: deve ter poder de franquia, não ter defeitos e ser apostado no lado da ilustração do postal; os que não correspondam a estas normas não são válidos para o efeito.

Quanto ao postal: a sua ilustração deve ter a maior concordância possível com o motivo do selo, ou com um deles se houver vários motivos; o seu formato deve respeitar as normas admitidas pelas administrações postais; deve ser, de preferência, de edição comercial ou, na sua falta, ser de edição privada que reproduza um documento existente antes da emissão do selo.

Finalmente, no respeitante à obliteração: deve ser autêntica, legível e apresentar dupla concordância com o selo apostado no postal - de lugar: o nome da localidade onde é aposta deve ter relação directa com o motivo do selo e, por consequência, com o do postal; de tempo: a data da obliteração deve estar compreendida dentro do período em que o selo tem poder de franquia, isto é, entre o primeiro dia de emissão e o da sua retirada de circulação.

Com estas *luzes* sobre tão vasta matéria, os interessados só têm de meter mãos à obra. E, claro, ir à Festa.

É o máximo

Na Festa, o pavilhão de filatelia tem para oferecer aos visitantes três exposições temáticas de alto nível: uma exposição de «**máximos**» sobre Lisboa e o Tejo; uma exposição de selos sobre o Tejo e outra de «**máximos**» sobre pintura espanhola. Para os leigos, fica já agora a infor-

mação de que uma exposição temática não é apenas a apresentação, a esmo, de um conjunto subordinado ao mesmo tema. Trata-se, pelo contrário, de contar uma história através do exposto, o que implica naturalmente apurada pesquisa sobre a temática escolhida, a elaboração de textos adequados, a investigação sobre o que se pretende apresentar.

Uma pergunta pode ser feita: porquê o Tejo?

Um olhar à história das Festas do «Avante!» mostra como esta importante iniciativa esteve, desde os seus primórdios, de algum modo relacionada com o Tejo. Foi primeiro a FIL a acolher a Festa, com o rio ali mesmo ao lado; no Alto da Ajuda, a Festa tinha o rio a seus pés, num enquadramento inesquecível para quantos o puderam apreciar; duas passagens fugidias pelo Jamor e por Loures e eis que enfim a Festa ocupa um lugar à sua altura, no magnífico terreno da Atalaia banhado pelo Tejo.

Um tema escolhido com toda a propriedade.

E o mesmo se pode dizer a propósito da série de três postais que, como já referimos, o «Avante!» vai editar, subordinados ao tema da imprensa e informação do Partido. Os selos utilizados para o efeito foram editados em 1978 e 1983 e fazem parte de uma série dedicada a instrumentos de trabalho, de que se escolheram três: um representando uma tipografia e as artes gráficas, outro as comunicações radioeléctricas e um último sobre agricultura. Os postais correspondentes reproduzem ilustrações de Dias Coelho (o prelo clandestino), de António Domingues (sobre rádios clandestinas no tempo do fascismo) e do jornal «A Terra» que tem no seu cabeçalho símbolos do trabalho agrícola.

Vai ser o «**máximo**». A não perder, claro.

Lisboa, o Tejo e tudo!

Avante!
Festa



150

mil Contos
para o Terreno
da festa

70 000 contos

Informações de última hora dizem que está atingido, a nível nacional, 47 por cento do objectivo final da campanha dos 150 mil contos para o terreno da Quinta da Atalaia, palco futuro da Festa do «Avante!». Significa isto que o total das organizações do PCP envolvidas nesta campanha conseguiram já obter mais de setenta mil contos, o que representou um salto de dez mil contos na última semana, desde que publicámos o último gráfico actualizado do evoluir da campanha.

Parece pois termos chegado a uma altura em que o ritmo será crescente, multiplicando-se também as iniciativas das diversas organizações para rapidamente ser possível atingir as metas definidas.

Ainda bem que assim é! «Avante!» com a campanha!

Emigração Uma presença uma força na campanha

A campanha dos 150 mil ultrapassou as fronteiras e continua a ser um factor de dinamização da actividade dos emigrantes portugueses membros do PCP, amigos da Festa do «Avante!» e do Portugal de Abril.

Entretanto, no próximo dia 5 de Agosto o recinto da Festa — a Quinta da Atalaia, na Amora — vai conhecer a animação festiva de um convívio de emigrantes, aberto a todos os interessados. Está previsto o seguinte programa a partir das 10 horas — chegada e concentração no local; visita guiada ao terreno da Festa; confraternização; depois, almoço (sardinha assada e não só) e animação musical com artistas da emigração.

A intervenção política (15.30 h) estará a cargo de **Lúisa Araújo**, do Secretariado do Comité Central.

Recorde-se que ao longo das suas edições, a Festa do «Avante!» tem assinalado a representação dos emigrantes, destacando das mais variadas formas o conjunto de problemas e aspirações que as comunidades portuguesas no estrangeiro têm vivido nos últimos anos.

Suíça

Ainda falando de emigrantes, saliente-se a realização pela terceira vez consecutiva da festa anual promovida na Suíça por militantes comunistas, em Junho. Sobre a situação política falou o camarada **Martins Coelho**, membro do CC. Particularmente em foco estiveram as conclusões do XIII Congresso (Ext.) do Partido.

Variados temas de interesse para os trabalhadores emigrados na Suí-

ça e na Europa estiveram presentes no debate político realizado no âmbito deste animado convívio, onde não faltaram as actividades desportivas, a música e os petiscos. Para o ano há mais.



Avante! com a campanha
EMIGRAÇÃO

PAÍS	Percentagem	10	20	30	40	50	60	70	80	90	100	
FRANÇA	50,4	[Bar chart showing 50.4% progress]										
ALEMANHA FEDERAL	45,0	[Bar chart showing 45.0% progress]										
SUIÇA	44,0	[Bar chart showing 44.0% progress]										
CANADÁ	30,5	[Bar chart showing 30.5% progress]										
BRASIL	21,0	[Bar chart showing 21.0% progress]										
ANGOLA	71,0	[Bar chart showing 71.0% progress]										
MOÇAMBIQUE	1,7	[Bar chart showing 1.7% progress]										
HOLANDA	84,7	[Bar chart showing 84.7% progress]										
AUSTRÁLIA	17,0	[Bar chart showing 17.0% progress]										
BÉLGICA	10,0	[Bar chart showing 10.0% progress]										
LUXEMBURGO	12,3	[Bar chart showing 12.3% progress]										
INGLATERRA	90,9	[Bar chart showing 90.9% progress]										
SUÉCIA	15,7	[Bar chart showing 15.7% progress]										
VENEZUELA	12,1	[Bar chart showing 12.1% progress]										
CPTEE	50,9	[Bar chart showing 50.9% progress]										